

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS

**AGROECOLOGIA EM ASSENTAMENTOS DOS MST NO RIO
GRANDE DO SUL: ENTRE AS VIRTUDES DO DISCURSO E OS DESAFIOS
DA PRÁTICA**

MELISSA MICHELOTTI VERAS

Florianópolis, abril 2005

MELISSA MICHELOTTI VERAS

AGROECOLOGIA EM ASSENTAMENTOS DO MST NO RIO GRANDE DO SUL:

ENTRE AS VIRTUDES DO DISCURSO E OS DESAFIOS DA PRÁTICA

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Ademir Antônio Cazella

Co-orientador: Prof. Dr. Wilson Schmidt

FLORIANÓPOLIS
2005

FICHA CATALOGRÁFICA

VERAS, Melissa Michelotti

Agroecologia em assentamentos do MST no Rio Grande do Sul: *entre as virtudes do discurso e os desafios da prática* / Melissa Michelotti Veras – Florianópolis, 2005.

114f.

Orientador: Ademir Antônio Cazella

Co-orientador: Wilson Schmidt

Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias.

Bibliografia: f.99-105

1. Agroecologia - Teses. 2. Movimentos sociais - Teses. 3. Assentamentos rurais - Teses. I. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

MELISSA MICHELOTTI VERAS

AGROECOLOGIA EM ASSENTAMENTOS DO MST NO RIO GRANDE DO SUL:

ENTRE AS VIRTUDES DO DISCURSO E OS DESAFIOS DA PRÁTICA

Dissertação aprovada em 20/4/2005, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Ademir Antônio Cazella

Prof. Dr. Wilson Schmidt

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Sandro Luiz Schlindwein
Presidente (CCA-UFSC)

Prof^a Dr^a Walquíria Krüger Correa
Membro (CFH-UFSC)

Prof. Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado
Membro (CCA-UFSC)

Prof^a Dr^a Maria José Reis
Membro (CFH UFSC)

Prof. Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho
Coordenador do PGA

Florianópolis, 20 de abril de 2005.

Assentados fundo, ou fundassentados,
à prova de qualquer abalo e falência,
se centram no problema circunscrito
que o prato de cada um lhe apresenta;
se centram atentos na questão prato,
atenção ao mesmo tempo acesa e cega,
tão em ponta que o talher se contagia
e que a prata inemocional se retesa.
Então, fazem lembrar os do anatomista
o método e os modos dêles nessa mesa:
contudo, êles consomem o que dissecam
(daí se aguçarem em ponta, em vespa);
o prato deu soluções, não problemas,
e tanta atenção só visa a evitar perdas:
no consumir das questões pré-cozidas
que demandam das cozinhas e igrejas.

João Cabral de Melo Neto

AGRADECIMENTOS

QUANDO NÃO SABEMOS POR QUEM COMEÇAR, PARECE UM BOM SINAL.

SUMÁRIO

| | |
|---|-------------|
| <i>LISTA DE SIGLAS</i> | <i>ix</i> |
| <i>RESUMO</i> | <i>xii</i> |
| <i>ABSTRACT</i> | <i>xiii</i> |
| <i>INTRODUÇÃO</i> | <i>1</i> |
| <i>As origens do MST, a construção da categoria Sem Terra e a agroecologia.</i> | <i>16</i> |
| 1. Conformação do território e da economia do Rio grande do Sul | 16 |
| 2. A via de desenvolvimento da década de 1970 | 20 |
| 3. O surgimento do Movimento Sem Terra | 24 |
| 4. Da condição de Sem Terra à de agricultores assentados | 28 |
| 5. A agroecologia e o espaço da contra-racionalidade | 32 |
| <i>O MST: aproximações e distanciamentos com a agroecologia</i> | <i>37</i> |
| 1. A história vivida: escrita e falada | 38 |
| 2. A ideologização da produção | 46 |
| 3. A influência do Estado na implementação da agroecologia | 62 |
| 4. Ampliam-se ações em favor da agroecologia | 64 |
| <i>Entre as virtudes do discurso e os desafios da prática</i> | <i>70</i> |
| 1. Construindo uma vinculação com o alternativo | 72 |
| 2. Viabilização da agricultura familiar através da agroecologia | 81 |
| 3. Agroecologia e razão simbólica | 88 |
| 4. Os espaços de socialização e construção do conhecimento | 91 |
| <i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i> | <i>96</i> |

LISTA DE SIGLAS

- AS-PTA – Assistência e Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa
- BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CIMI – Conselho Indigenista Missionário
- CETAP – Centro de Tecnologias Alternativas e Populares
- CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária
- COOPERAL – Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados
- COSULATI – Cooperativa Sul-riograndense de Laticínios LTDA
- CPA – Cooperativa de Produção Agrícola
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- ENA – Encontro Nacional de Agroecologia
- FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
- FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MASTER – Movimento dos Agricultores Sem-Terra
- MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- ONG – Organização Não Governamental
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
- PROCERA – Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária
- PT – Partido dos Trabalhadores
- PTA – Projeto de Tecnologias Alternativas

SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados

UDR – União Democrática Ruralista

UNESCO – Organização da Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 01 - Mapa de localização dos assentamentos pesquisados

ANEXO 02 - Roteiro de entrevistas com agricultores

ANEXO 03 - Roteiro de entrevistas com técnicos dos assentamentos

RESUMO

VERAS, Melissa Michelotti. **Agroecologia em assentamentos do MST no Rio Grande do Sul: entre as virtudes do discurso e os desafios da prática**. 2005. 114f. Dissertação (mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

O foco principal de ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é a oposição à concentração de terra e de capital. Ao longo de sua trajetória, entretanto, uma série de outras lutas sociais combinadas, que estão relacionadas ao seu cotidiano, se desenvolve no seu interior. Buscando perceber e discutir a incorporação de novos componentes à luta pela terra – em especial a agroecologia, este trabalho resgata uma parte do histórico do Movimento, procurando identificar os principais mediadores que interferem em tal processo. De forma mais específica, foram levantados os motivos que impulsionam agricultores assentados no estado do Rio Grande do Sul a incorporar a agroecologia nas suas práticas produtivas. Os fundamentos estão associados a um discurso construído ideologicamente, que propugna pela contraposição ao modelo da agricultura moderna ou industrial amparada pelo latifúndio. Ao mesmo tempo, contudo, estão relacionados a dificuldades e necessidades particulares. Servem de exemplo os impedimentos ao acesso a auxílios financeiros; a busca por segurança alimentar na escala local, através da diversificação de produtos para o auto-consumo; a possibilidade de relativa autonomia desses agricultores na vinculação aos mercados; a busca de qualidade de vida; e a (re)criação de espaços de socialização através da comercialização via feiras. Note-se que os motivos estão fortemente identificados com a condição de excluídos dos assentados, remetendo a uma possibilidade de inclusão social desta parcela de agricultores historicamente marginalizada. Percebe-se que ao longo da trajetória do MST, este discurso modifica-se, passando de refratário a receptivo às proposições agroecológicas. Na passagem do discurso à prática, deve-se considerar que a condição de marginalidade, ao mesmo tempo em que constitui a força dos assentados na luta pela “transformação social”, os impele à reintegração no interior do mercado, visando garantir resultados imediatos no plano da reprodução social. Essa tensão fez com que o Movimento criasse um discurso coerente com as proposições agroecológicas, buscando ressaltar sua faceta de resistência e atenuar as contradições com o enunciado ideológico. O aporte desta dissertação ao debate é apontar os mecanismos que a agroecologia aciona nos assentamentos de reforma agrária estudados e as mudanças – sejam concretas, sejam de perspectiva – que ela traz para as famílias assentadas.

Palavras-chave: Agroecologia, Movimentos sociais, Assentamentos rurais.

ABSTRACT

VERAS, Melissa Michelotti. **Agroecology in settlements of MST in Rio Grande do Sul: between the discourse's virtues and the practice's defiances.** 2005. 114f. Dissertação (mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

The main focus of the Landless Peasants' Movement (MST) action is the opposition to land and capital concentration. However, the Movement has undergone a number of changes since it was started. A number of other combined social struggles within the movement are closely related to peasants' day-to-day life. This paper includes a historical survey of the Movement, seeking to grasp and discuss how the movement has incorporated such "new elements" into the struggles for land and which are the main intervening factors that interfere with this process. A survey was carried out among the peasants settled in the state of Rio Grande do Sul, currently engaged in an agro-ecological perspective, with the purpose of determining the reasons impelling them to incorporate agro-ecology in their productive practices. Answers appear to include general elements that are strongly associated with an ideological discourse, such as the opposition to the so-called "modern" agriculture model, which is backed up by the "latifundium;" but they also include drives related to their own difficulties and needs, such as the lack of access to funds; the strive for safe food resources at a microlevel through the diversification of consumption products; the possibility of relative autonomy for those peasants in the markets; the strive for life quality and the (re)creation of socialization spaces through commercialization fairs. It is to be noticed that such reasons are strongly connected to their condition of marginalized citizens, adverting to the possibility of a social inclusion of this historically outcast portion of rural workers. At the same time, this discourse was changed in the course of MST pathway, shifting from refractory to receptive to agro-ecological proposals and to family agriculture. As a conclusion, their actions are in practice exposed to a few risks when compared to the discourse, which is to be taken into account. The marginalization condition of the movement constitutes a strength in their struggle for "social changes," and, at a time, drives them to a reintegration within the market, seeking to guarantee immediate results in the social reproduction plan. This contradictory condition led the Movement to generate a discourse that is consistent with the agro-ecological proposal, in an attempt to emphasize their resistance facet, although hiding that which contradicts the ideology. Our contribution to this debate was to point out both the mechanisms set forth by agro-ecology in those settlements and the changes - either concrete or potential - that agro-ecology brings to settled families.

Key-words: Agroecology, social movements, rural settlements.

INTRODUÇÃO

Os acampamentos e assentamentos de reforma agrária organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) são uma realidade em todo o território brasileiro. No estado do Rio Grande do Sul, grande parte dos agricultores acampados e assentados ligados ao Movimento provém daquela parcela de agricultores familiares que, ao longo da década de 70, com a modernização da agricultura, viu suas possibilidades de reprodução reduzidas passando então a se organizar em torno desse movimento social.

O Movimento ganhou visibilidade no cenário nacional como uma das principais forças que contestam um modelo de sociedade que vem se mostrando excludente e incapaz de solucionar os problemas agrários e de distribuição de renda. Mas o MST passa, ao mesmo tempo, por transformações. Hoje, ele já é muito diferente do que era início da década de 80. Ainda que a acumulação de terra e de capital continuem sendo o foco central das suas ações, novos elementos vão sendo incorporados ao seu ideário, ou mesmo, tomam centralidade no debate.

A realidade de exclusão vivenciada pelos agricultores Sem Terra, assim como sua proximidade com mediadores religiosos e algumas ONGs ambientalistas, foram fatores que contribuíram para que o Movimento incorporasse nas suas discussões as questões ambientais, indicando a necessidade de uma nova forma de agir e pensar na agricultura, diferente daquele modelo produtivo adotado na modernização agrícola. No entanto, com raras exceções, dentro dos assentamentos do MST, as *tecnologias alternativas*¹ de produção foram relegadas a

¹ Segundo Almeida (2002), a noção-chave “tecnologias alternativas”, amplamente utilizada por ONGs e agentes ambientalistas desde meados da década de 70 até o final da década de 80, pouco a pouco foi sendo substituída pelo termo agroecologia. Ao mesmo tempo, o termo agroecologia vai assumindo uma multiplicidade de formas

segundo plano pelos agricultores assentados e pelas próprias lideranças do Movimento. A ênfase da direção do MST recaía sobre a necessidade de agregar valor à produção através da industrialização dos produtos agrícolas, em que pese, a organização dos agricultores assentados em grupos de cooperação agrícola seria a principal proposta do Movimento. Assim, a regra foi implementar tecnologias que em nada se diferenciaram do padrão tecnológico moderno, incidindo graves impactos sociais e ambientais nos assentamentos do MST.

Sua proximidade com uma vertente marxista aparece como um fator importante para explicar estes fatos. Durante algum tempo o Movimento apontou, como passo necessário em direção ao Socialismo, para o desenvolvimento máximo das forças produtivas na agricultura, visto como sinônimo da incorporação crescente de “insumos modernos”. Nessa perspectiva, para o Movimento o problema principal não estaria nas tecnologias em si, mas apenas na apropriação desigual dos benefícios por elas gerados e no crescente monopólio da terra.

A alta dependência de insumos externos (agroindustriais), a falta de créditos, os baixos preços pagos pelos seus produtos, as terras de baixa qualidade e de tamanho insuficiente², tem contribuído para que agricultores assentados busquem estratégias produtivas que garantam a sua permanência na atividade agrícola³. Ao mesmo tempo, a crescente percepção dos impactos negativos que as tecnologias modernas imprimem sobre as condições de trabalho desses agricultores, especialmente no que tange sua saúde, faz com que a agroecologia passe a figurar como uma alternativa de viabilização econômica, social e ecológica da agricultura

de uso. Torna-se, assim, necessário apreender as – diferentes – referências que os atores sociais tomam – em determinado momento – para defini-la. Este tópico será retomado para discussão ao final do primeiro capítulo.

² Segundo Navarro (1995), cerca de 33% das famílias assentadas no estado do Rio Grande do Sul entre 1979 e 1992, acabaram abandonando ou trocando seu lote. O principal motivo está no tamanho insuficiente para a obtenção de renda que garantisse a manutenção da família na área (máximo de 15 ha e mínimo de 1,2 ha de área agricultável por família).

³ Os dados apresentados pelo IBGE (2005), demonstram o desaparecimento de cerca de 195 mil estabelecimentos familiares na região Sul do Brasil em apenas 10 anos (1985/95).

familiar e dos assentamentos de reforma agrária no estado. Ressalte-se ainda que no Rio Grande do Sul, em 1999, a entrada de um governo com identificação no campo das esquerdas fez com que se fortalecessem iniciativas em favor da agricultura familiar e da agroecologia.

Estes elementos contribuem para que o MST retome as discussões acerca de um modelo alternativo de produção, passando a defender a agroecologia como uma alternativa para estes setores marginalizados economicamente. Desenha-se a busca de um modelo alternativo de desenvolvimento, que seja sustentável dos pontos de vista ambiental, socioeconômico, político e cultural. Ganha corpo a idéia de que “A reforma agrária, a agroecologia e o desenvolvimento sustentável são lutas que se complementam. Uma não existe sem a outra”⁴. É necessário ressaltar, primeiro, que esta é uma preocupação recente dentro do MST e depois, que, apesar de estar presente em seus discursos, poucos são os assentamentos que trabalham atualmente com uma agricultura alternativa⁵.

Gradativamente, amplia-se o número de agricultores assentados do Rio Grande do Sul que alteram suas práticas produtivas, voltando suas atividades para a construção de um modo de produzir na agricultura com bases na agroecologia. É também nesse momento que a sociedade passa a discutir e se organizar em busca de melhor qualidade de vida em relação à alimentação, constituindo um mercado de produtos advindos de uma agricultura alternativa que se expande rapidamente em todo o Brasil. Note-se que é crescente o número de feiras ecológicas, assim como redes de super mercados que destinam setores especificamente para esse tipo de produto. Ao mesmo tempo, de acordo com De Jesus e De Assis (2002), cria-se um mercado de “insumos orgânicos” como produtos foliares, compostos, produtos para controle de insetos e doenças, fortalecedores vegetais, entre outros.

⁴ Discurso proferido em 14 de agosto de 2003 no Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) por Ciro Eduardo Correa, membro da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

⁵ Serão utilizados como sinônimos agroecologia e agricultura alternativa.

A partir de então, surge uma série de questionamentos acerca da agroecologia e suas reais potencialidades em criar uma nova forma de produção da vida na agricultura e na sociedade. Segundo Almeida (2000), este “movimento de contestação” muitas vezes tem se limitado a propor alternativas de (re)inserção desta categoria marginal em nível econômico, numa verdadeira (re)adequação de setores marginalizados economicamente ao mercado, distanciando-se das aspirações que inicialmente o mobilizaram.

Buscando clarificar esta agitação que envolve a agroecologia pretende-se, nas discussões que seguirão, compreendê-la dentro de um horizonte estratégico para estes agricultores familiares ligados ao MST, considerando suas possibilidades e limites. Este debate propõe apontar os mecanismos que a agroecologia aciona em assentamentos de reforma agrária e as mudanças – sejam concretas, sejam de perspectiva – que ela traz para as famílias assentadas.

Pretende-se, ainda, perceber as modificações no discurso do MST para as questões que envolvem a agroecologia, identificando os principais mediadores que, em determinado contexto histórico, influenciam tais mudanças, assim como, identificar as motivações dos agricultores assentados para a implementação da proposta agroecológica.

A relação entre a proposta agroecológica e as aspirações do MST evidencia-se à medida que a agroecologia mostra-se como um elemento de resistência, com aspirações de transformação das relações na sociedade moderna. Certamente, há limites para alcançar tais mudanças, entretanto a agroecologia torna-se um instrumento de luta política que pretende (re) orientar o modelo de desenvolvimento em andamento.

O ponto de partida

Quando as fontes materiais não são suficientes para explicar determinados fatos, torna-se necessário recorrer a outros recursos como a memória oral, individual ou coletiva, para resgatar acontecimentos que ainda não foram devidamente registrados ou mesmo que necessitam ser revisados. Especialmente quando eles retratam aspirações – presentes nos discursos – que, muitas vezes, não representam as ações praticadas dentro dos assentamentos do MST.

Passa-se então a (re)construir um quadro narrativo histórico complementar às fontes materiais existentes. É possível, assim, perceber a dicotomia entre o veiculado nas publicações do MST – nas falas das lideranças – e o praticado pelos agricultores assentados, desvelando-se as reais motivações desses para adotar a agroecologia dentro dos assentamentos organizados pelo Movimento⁶. Este estudo não se propõe apenas a revelar estas ambigüidades, mas colher evidências para construir um quadro de referências capaz de explicar – mesmo que parcialmente – uma realidade social, buscando, assim, contribuir para a implementação da agroecologia dentro dos assentamentos do MST.

Para realização da pesquisa foram selecionadas duas comunidades rurais criadas a partir de políticas de reforma agrária, mais especificamente dois assentamentos organizados pelo MST e localizados no Estado do Rio Grande do Sul. Eles deveriam possuir tempos de implantação e trajetórias distintos e ter, na atualidade, como referencial de produção a Agroecologia. Escolheu-se os assentamentos “Santa Elmira” – um dos primeiros assentamentos a trabalhar numa perspectiva agroecológica no estado, criado no ano de 1989 e

⁶ Convém destacar que na década de 80, outras forças políticas passaram a atuar na organização de agricultores *desapropriados* dos meios de produção (especialmente terra e capital), para constituir assentamentos de reforma agrária em todo o Brasil, ou seja, nem todos os assentamentos existentes no Brasil têm influência do MST.

localizado no município de Hulha Negra – e “Carlos Marighella” – implantado em Santa Maria no ano de 2000, que já nasce com a proposta de usar como base produtiva a agroecologia. A localização geográfica destes assentamentos pode ser verificada no ANEXO 01. Ressalte-se ainda que esta definição levou em consideração o fato destes assentamentos estarem mais avançados nas discussões acerca da agroecologia, tornando-se, na atualidade, referência em nível nacional para o Movimento e demais assentamentos organizados por ele.

As dificuldades em efetuar uma pesquisa de campo, sobretudo quando não existe a disponibilidade de recursos para isso, fizeram com que a metodologia fosse definida de forma a ocupar um curto espaço de tempo. Ela permitiu que fossem selecionados apenas estes dois assentamentos organizados pelo MST, e que o tempo de permanência dentro desses fosse reduzido a, no máximo, uma semana.

A escolha destes assentamentos esteve permeada pela pretensão de captar as motivações e transformações desenhadas ao longo da trajetória do Movimento acerca dos diferentes formatos tecnológicos adotados pelos agricultores assentados até chegar à agroecologia. A finalidade foi reconstruir um quadro narrativo histórico para este assunto específico a partir dos depoimentos dos entrevistados e, posteriormente, confrontar estas informações com as publicações do Movimento, permitindo perceber as reais motivações que levaram agricultores assentados a construir uma forma de produzir na agricultura com bases na agroecologia.

Através de um roteiro de entrevistas semi-estruturadas (ANEXO 02) procurou-se, junto aos agricultores assentados, relatos das suas percepções pessoais, dos acontecimentos de sua vida com relação à militância no MST e, ao mesmo tempo, da questão produtiva, das

dificuldades na implementação das diferentes propostas tecnológicas desde a criação do assentamento e seus desdobramentos. O roteiro envolveu ainda perguntas que pudessem fornecer elementos sobre como os agricultores concebem a agroecologia e como a praticam, os diferentes motivos que – ao longo de cada trajetória – os levaram a trabalhar numa perspectiva agroecológica e qual a influência do MST e outros mediadores nesse processo.

A meta era entrevistar pelo menos dez agricultores em cada assentamento. Geralmente as entrevistas aconteciam nas suas casas em horários em que esses não estavam em sua atividade de trabalho. No assentamento *Carlos Marighella* todas as 10 famílias foram entrevistadas e, algumas vezes, as entrevistas foram individuais – entrevistava-se separadamente agricultor e agricultora – noutras, participaram ao mesmo tempo mais de um membro da família.

Entre os agricultores do assentamento *Santa Elmira* foram selecionados aquelas famílias que atualmente se organizam para comercializar seus produtos nas feiras agroecológicas. Nesse assentamento 11 famílias foram entrevistadas. As entrevistas realizaram-se com aqueles membros da família que no momento estavam acessíveis, pois não havia possibilidade de retornar em cada casa em outro momento. Da mesma forma, algumas entrevistas foram coletivas, outras individuais.

Nas entrevistas não houve distinção – quanto ao roteiro – para aqueles agricultores que são lideranças do movimento ou não, pois há uma certa dinâmica que permite à grande parte deles já ter desempenhado alguma atividade diretiva dentro do Movimento. Ao identificar essa faceta buscou-se explorar quais suas atividades enquanto dirigente e sua relação com

lideranças estaduais (ou mesmo nacionais), assim como a orientação dessas em relação à agroecologia.

Pelo menos um técnico de cada assentamento foi entrevistado. As perguntas relacionavam-se com suas atividades dentro do assentamento, sua visão sobre a relação dos agricultores com as práticas agroecológicas, os avanços nas discussões e práticas agroecológicas, as dificuldades e as perspectivas para a questão dentro do assentamento e do próprio Movimento (ANEXO 03).

Após a transcrição das fitas foram agrupadas as informações relevantes para a pesquisa de acordo com a fundamentação teórica e analisado criticamente o sentido dos dados, dos conteúdos manifestos e o sentido de suas significações. É importante, ainda, salientar que tais relatos são lembranças organizadas segundo uma lógica subjetiva que seleciona e articula elementos que nem sempre correspondem a fatos concretos, objetivos e materiais, ou seja, a memória é múltipla, algo que trabalha com o vivido e constrói representações coletivas (MEIHY, 2000. p.75-76). A memória é a base da história, mas não é a própria história. Torna-se necessário, então, confrontá-la com o que se torna público ou o que vem à tona para a sociedade, como os documentos históricos produzidos, na tentativa de fazer um desenho mais claro dos acontecimentos.

Para construir esta conexão foi realizada ampla pesquisa documental nas publicações do próprio Movimento, confrontando com os relatos orais dos entrevistados. Foram estabelecidas articulações entre os dados coletados nas entrevistas, nos documentos do Movimento e o referencial teórico da pesquisa levando em conta os seus objetivos. Segundo Minayo (1994, p.79) “assim, promoveremos relações entre o concreto e o abstrato, o geral e o

particular, a teoria e a prática”. A partir daí, deu-se relevo aos elementos que foram determinando a vinculação da agroecologia à proposta do MST.

A caracterização do universo pesquisado

O Assentamento “Santa Elmira”

O assentamento “Santa Elmira” está localizado no município de Hulha Negra, região da *Campanha* do Estado do RS, com uma população aproximada de 5.359 habitantes (IBGE, 2005). Nessa região prevalecem grandes propriedades monocultoras com forte predomínio de pecuária extensiva. Durante longo tempo, operou-se um discurso de que para essas áreas somente esse tipo de produção era viável. Em meados do século XX, no entanto, parte dos agricultores da região passou a se especializar na produção de arroz irrigado e, mais recentemente, em outras culturas – especialmente soja, trigo, uvas varietais e leite – que gradativamente foram substituindo os espaços de pastagens nativas (GEHLEN e MÉLO, 1997).

A implantação de assentamentos a partir de políticas de reforma agrária, ao final da década de 80, viabilizou um complexo agrícola baseado na agricultura familiar, transformando este espaço rural que passa a diversificar as atividades e ampliar a produção comercial da região. O assentamento integra, hoje, um aglomerado de 56 assentamentos alocados em chamados *bolsões*⁷. A paisagem do município é tipicamente rural, com uma pequena parcela de atividades comerciais e de serviços sendo desenvolvidas. A precariedade nos sistemas de transporte, comunicação e serviços faz com que o município de Bagé, distante

⁷ De acordo com dados do MST, existem aproximadamente 224 assentamentos e cerca de 9.600 famílias assentadas no estado do Rio Grande do Sul (MST, 2005). O Movimento contabiliza, atualmente, mais de duas mil famílias distribuídas em 56 assentamentos somente nessa região.

aproximadamente 50 Km, figure como local privilegiado para o abastecimento de produtos agrícolas, serviços, educação, entre outros.

A chegada das primeiras famílias no assentamento *Santa Elmira* aconteceu em 1989. Os agricultores que ali se instalaram constituíam unidades de produção agrícola com base no trabalho familiar, desenvolvendo parte de suas atividades de forma coletiva através das cooperativas agrícolas familiares ou através da formação de grupos para fins específicos (como comercialização ou produção)⁸. Cada família possui um lote de aproximadamente 25 hectares.

Compõe este assentamento, famílias que tiveram origem entre filhos de agricultores – especialmente do norte do estado - que, devido o tamanho insuficiente de terras para produzir e pela impossibilidade de partilha por herança, decidiram se organizar em torno do MST. Outra parcela destes agricultores constituem uma segunda geração de agricultores sem terra – cujos pais foram assentados em áreas vizinhas – que decidem engrossar as fileiras do MST e, assim, conseguir seu próprio pedaço de terra.

As famílias assentadas na região vivem basicamente da atividade leiteira, entregando o produto *in natura* para a Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados (COOPERAL) ou para a Cooperativa Sul-riograndense de Laticínios LTDA⁹ (COSULATI). Outra atividade predominante é o cultivo de sementes de hortaliças que são produzidas em sistema integrado com empresas privadas ou para a BioNatur. Esta última, uma empresa criada pelo Movimento no ano de 1997 que comercializa atualmente cerca de 32 variedades de sementes olerícolas

⁸ Para uma análise da construção e princípios norteadores da proposta de cooperação agrícola do MST ver, entre outros autores, Cazella (1992).

⁹ Cooperativa criada em 1973 que abriga 3.801 cooperados e 1.129 pequenos agricultores integrados, abrangendo atualmente 27 municípios da região Sul do Estado.

ecológicas, orientando suas ações para o aumento da produção dentro dos assentamentos com perspectivas de competir nos mercados nacional e internacional (CORREA, 2004).

Parte dos agricultores entrevistados produzem sementes ecológicas para a BioNatur, entretanto, esta não é a única atividade que envolve bases ecológicas para a produção. Há cerca de 2 anos algumas famílias passaram a se organizar em grupos, direcionando suas atividades para a diversificação da produção através da implantação de hortas, pomares e criações. O objetivo é comercializar tais produtos em feiras ecológicas da região de Bagé.

Os agricultores assentados descrevem os primeiros tempos no assentamento como um período de grandes dificuldades, especialmente, pela ausência de infra-estrutura básica para a produção, falta de crédito, de moradia, de energia elétrica, transporte, entre outros, desencadeando, em alguns casos, abandono, venda ou troca de lotes dentro do assentamento. Especialmente entre esses agricultores, a modernização da agricultura se fez de forma parcial e incompleta, não se constituindo aí um padrão tecnológico dominante. Os motivos para este fato podem ser encontrados na pouca utilização de créditos oficiais, ou no uso destes créditos para alimentação e moradia e não para investimentos na produção, nas dificuldades de acesso rodoviário a essas áreas, ou mesmo pelas condições de fertilidade do solo, que se mostram favoráveis, dispensando o uso de grande parte de insumos químicos industrializados. A passagem para uma agricultura alternativa – agroecológica – realizou-se de forma mais “fácil” e essas famílias ou grupos, classificados antes como atrasados – ou pouco estratégicos – pelo Movimento, hoje, ganham maior visibilidade.

Atualmente, a assistência técnica é feita através de técnicos ligados ao Centro de Tecnologias Alternativas e Populares¹⁰ (CETAP). A ação desta organização tem influência direta no rearranjo das atividades dos agricultores. Trata-se de uma tentativa de dinamização da economia local, baseada na diversificação das atividades e na comercialização dos produtos em feiras locais.

O assentamento “Carlos Marighella”

O assentamento “Carlos Mariguella” está localizado no município de Santa Maria, região centro-norte do Estado. A ocupação dessa região se deu a partir do séc XVIII, como recompensa às conquistas militares do território brasileiro. De acordo com Brum (1988), *o gado e as guerras* marcaram profundamente a formação do Rio Grande do Sul, permitindo que tropeiros e militares se instalassem nas áreas de campos, participando do *Ciclo do Charque* através da exploração agropecuária extensiva.

A partir de 1824 até 1850, imigrantes europeus se instalam nas regiões de matas dessa região, às margens dos rios navegáveis – áreas marginais para a produção pecuária –, formando as chamadas colônias velhas¹¹. Essas áreas experimentaram relativo dinamismo e expansão econômica, formando uma classe média rural amparada na comercialização de sua produção excedente (BRUM, 1988). De acordo com dados apresentados pelos IBGE (2005), Santa Maria possui aproximadamente 261.980 habitantes. Portanto, um importante centro comercial e referência para obtenção de serviços básicos como saúde e educação¹², entre outros, para os municípios vizinhos. Predominam pequenos e médios estabelecimentos rurais,

¹⁰ Fundado em janeiro de 1986, o CETAP compõe a “rede de tecnologia alternativa”. Atuando em cerca de 11 estados brasileiros e têm alcançado resultados significativos na implementação de técnicas “alternativas” junto aos agricultores.

¹¹ As colônias velhas são constituídas, principalmente, de núcleos de origem alemã ou italiana (BRUM, 1988).

¹² Abriga, ainda, a Universidade Federal de Santa Maria, primeira universidade criada no interior do estado do Rio Grande do Sul.

cuja atividade está centrada na produção de grãos (especialmente arroz e soja) e na pecuária extensiva.

O assentamento está localizado a aproximadamente 7 Km do centro urbano de Santa Maria, e conta com uma área de aproximadamente 300 hectares. Desenvolve atividades diversificadas, entre elas a criação de pecuária de corte, de leite, frangos, suínos, hortas, pomares (ainda em fase de implantação), lavouras de milho, mandioca, batata, e mais recentemente soja e arroz. A assistência técnica é prestada por um técnico autônomo contratado pelas famílias assentadas.

O MST através da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária (CONCRAB), participou na definição dos critérios para a escolha do grupo a ocupar a área do assentamento. A prioridade foi assentar famílias que organizassem suas atividades produtivas de forma coletiva e com base na agroecologia. Foi implantado no início de 2000 e é considerado pelo Movimento um “assentamento modelo”. Conta hoje com 10 famílias assentadas as quais orientam suas atividades visando a comercialização dos seus produtos nas feiras locais (agroecológicas ou não), ou em alguns pontos de comercialização.

Entre os agricultores assentados estão filhos de agricultores que decidem ingressar no Movimento devido a pequena propriedade dos pais e conseqüente redução das possibilidades de continuidade na atividade; filhos de agricultores que perderam suas terras em decorrência de dívidas em bancos e que até então exerciam atividades diversas nas cidades; e, ainda, trabalhadores rurais assalariados que decidem buscar seu próprio pedaço de terra para trabalhar.

Apresentando a estrutura do trabalho

Compreender o que leva indivíduos a se organizarem em torno de um movimento social passa, tanto por apreender a formação de sua identidade¹³, como perceber a interação desse movimento com outros mediadores¹⁴ políticos. Desta forma, no início do primeiro capítulo, serão abordadas as origens do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a construção da categoria Sem Terra, partindo-se das diferentes frentes de ocupação do território do Rio Grande do Sul e as diferentes etnias que o compõe. A partir de então, busca-se vincular estas categorias marginais na economia e na sociedade – marginalidade que cresce a partir das transformações ocorridas com a modernização da agricultura – e com a organização de uma parcela de agricultores em torno do MST.

Esse universo de contestação inclui a agroecologia como um contraponto à agricultura moderna, mas igualmente como uma estratégia que visa garantir a reprodução econômica desta categoria marginal dentro da sociedade moderna¹⁵. A partir da construção desta narrativa sobre o MST, o segundo capítulo evidencia as mudanças nos discursos das lideranças, buscando compreender a forma como ele vem incorporando “novos elementos” à luta pela terra. Ressaltar tais características (de contestação/ reinserção) permitirá compreender os caminhos e descaminhos rumo à agroecologia, evidenciando os diferentes formas de produzir na agricultura defendidas pelo MST e aquelas adotadas dentro dos assentamentos. Ao mesmo tempo, busca-se salientar a influência dos mediadores (principalmente religiosos, o Estado e os técnicos de ONGs) que participam neste processo.

¹³ De acordo com Castells (1999), identidade é fonte de significado, ela é construída a partir das experiências e relações sociais que atores sociais estabelecem dentro de um contexto econômico, político e social - que se transformam ao longo dos tempos – e que constroem não um indivíduo, mas um ator social coletivo. Identidades organizam significados.

¹⁴ Mediadores são definidos como agentes sociais que “têm um trabalho direto ou de apoio às lideranças e às organizações dos movimentos, desenvolvidos por profissionais, técnicos, militantes políticos e missionários religiosos” os quais influenciam, utilizam e modificam seus discursos (GOHN, 1987. p.01).

¹⁵ Sociedade moderna aqui entendida no sentido histórico, ou seja, indicando o período da história mundial posterior à revolução industrial – que compreende aos últimos decênios –, caracterizada, de forma geral, pelo aprofundamento das relações capitalistas na sociedade em escala global.

O intuito do capítulo 3 é compreender a agroecologia a partir da ótica dos agricultores assentados, as motivações e dificuldades relacionadas à adoção da agroecologia, enfatizando seu caráter de contraponto à agricultura moderna. Este quadro, no entanto, carrega uma série de tensões e ambigüidades que ora colocam a agroecologia como contraponto (resistência) à agricultura moderna, ora a colocam como alternativa viável para inserir nos mercados esta categoria historicamente marginalizada tanto socialmente, como do ponto de vista econômico. Compreender as motivações dos agricultores em propor a agroecologia nestes espaços rurais permite, nas considerações finais, apontar alguns possíveis caminhos para avançar nas proposições agroecológicas.

CAPÍTULO I

As origens do MST, a construção da categoria *Sem Terra* e a agroecologia.

Neste capítulo será descrita a ocupação do território do Rio Grande do Sul, assim como o desenvolvimento e as transformações da sociedade e da sua economia. A ênfase recai sobre o período iniciado na década de 60, que compreende o processo de modernização da agricultura¹⁶. Serão considerados os efeitos da consolidação do modo de produção capitalista, enquanto modo de produção dominante, e seus desdobramentos, ressaltando a realidade de exclusão social e os conflitos sociais decorrentes desse processo. A partir de então, será abordada a organização de agricultores em torno de um movimento social, o MST, retratando a ligação da categoria dos agricultores Sem Terra à agroecologia. Compreender a conformação deste sujeito – a partir da construção (e metamorfoses) desse enquanto uma categoria empírica – permitirá a compreensão de suas ações e, portanto, sua aproximação com a agroecologia. Essa entendida como uma possibilidade de inserção – e ao mesmo tempo resistência – dos agricultores assentados aos ditames econômicos da sociedade contemporânea.

1. Conformação do território e da economia do Rio grande do Sul

No período que precedeu a chegada dos espanhóis e portugueses no Rio Grande do Sul, habitavam estas terras aproximadamente 500 mil índios (BRUM, 1988). O encontro – nada pacífico – dos colonizadores com um ambiente “natural” e os povos indígenas que aqui

¹⁶ O termo modernização da agricultura compreende, ao mesmo tempo, o aprofundamento das relações capitalistas no campo e mudanças na base técnica da agricultura, especialmente pelo uso intensivo de máquinas e implementos agrícolas.

se encontravam (guaranis e kaingang) acabou definindo mudanças importantes quanto aos arranjos culturais, sociais e ecológicos nas diferentes regiões do estado do Rio Grande do Sul (GHELEN e MÉLO, 1997).

A ocupação do território Riograndense aconteceu em quatro frentes distintas. A primeira, no final do séc. XVII e início do séc. XVIII, iniciada pelos jesuítas e bandeirantes que partiram do litoral e adentraram o estado, demarca uma mistura étnica com traços culturais indígenas e europeus dando origem aos povos da região das Missões. A segunda, no séc. XVIII atingiu a região da Campanha. Sua base social era formada de peões de estância, tropeiros e escravos, constituindo o tipo social caboclo, dedicado à cultura de subsistência nas fazendas que se estabeleceram visando a consolidação das fronteiras. A base da atividade das estâncias era a produção de gado para as charqueadas. A terceira corrente aconteceu entre 1748 e 1772 atingindo o litoral e parte de Porto Alegre e consistiu da entrada de migrantes vindos de Portugal que, a partir de um plano de colonização, vieram para o Brasil na tentativa de implementar um modelo agrícola familiar, complementar ao colonial exportador. Esta tentativa apresentou, no entanto, resultados insatisfatórios, mas deu origem a núcleos urbanos nessas regiões. Entre 1830 e 1890 temos o quarto fluxo ocupatório, resultante da migração de trabalhadores de economia familiar excluídos no processo de industrialização de alguns países da Europa. Mais uma vez, buscava-se implementar no Brasil uma economia (rural, industrial e comercial) de tipo familiar que contrabalançasse e complementasse o modelo tradicional baseado nas sesmarias (BRUM, 1988; GHELEN e MÉLO, 1987).

Ao chegarem no estado do Rio Grande do Sul, os imigrantes europeus se fixaram nas áreas de mata que até então estavam “desocupadas”¹⁷ por serem inadequadas para a criação

¹⁷ Cabe ressaltar que estas áreas permaneciam ocupadas pelos povos indígenas que, pouco a pouco, foram sendo expulsos de suas terras.

de gado. Comumente denominados de colonos, eles centraram suas atividades na agropecuária diversificada com base na pequena propriedade familiar. Foram os principais responsáveis por garantir o abastecimento de alimentos no mercado interno, através da comercialização de sua produção excedente, fazendo com que houvesse uma dinamização da economia local (BRUM, 1988; SCHIMITT, 2004).

A entrada dos imigrantes acontece de forma simultânea com a proclamação da independência em 1822 e com a libertação dos escravos em 1888, que até então, segundo Brum (1988), prestavam serviços domésticos e realizavam atividades ligadas às Charqueadas no estado. Ao instituir a apropriação camponesa da terra, o governo permitiria criar no espaço brasileiro uma alternativa à força de trabalho escrava (Martins, 1984). Essa parcela de imigrantes e trabalhadores libertos reforça o contingente de agricultores que praticam uma agricultura de subsistência com recorrentes atividades mercantis, tentando casar suas práticas tradicionais de produção a novas culturas agrícolas.

O setor agrícola brasileiro é marcado por contínuas crises de abastecimento, conseqüência de uma baixa produção para o mercado interno e uma distribuição ineficiente, provocando desbalanço nos setores econômicos. Ao final da II Guerra Mundial em 1945¹⁸, revelava-se a preocupação com o *progresso* à partir de propostas modernizantes que visavam a elevação do nível técnico e a produtividade do setor agrícola brasileiro. Wanderley (1985) afirma que esta preocupação modernizante já estava presente entre o governo brasileiro, mas é apenas em meados da década de 50 que esse passa a disponibilizar estímulos – através de políticas agrícolas – para o desenvolvimento e modernização das grandes propriedades.

¹⁸ Vive-se um momento de aspirações democráticas no Brasil, repercutindo com o ressurgimento das *esquerdas* e a destituição do presidente Getúlio Vargas. Ampliam-se os conflitos sociais desencadeando a organização de lutas pela terra no campo. Talvez as de maior repercussão sejam o MASTER, no Rio Grande do Sul, e as ligas camponesas que buscaram unificar os diferentes segmentos de pequenos agricultores contra o latifúndio e pelo fim da exploração dos trabalhadores (BOEIRA, 2004).

Ressalte-se que estes estímulos não atingiram, ou atingiram apenas parcialmente, os pequenos agricultores.

De acordo com Wanderley (1999), historicamente, à agricultura camponesa concedeu-se um lugar secundário na economia brasileira, impossibilitando-a de desenvolver suas potencialidades. Esses segmentos foram estimulados e contemplados pela política agrícola somente enquanto desempenharam funções como de desbravar e liberar terras novas, ou como produtores complementares que não concorriam com os produtos valorizados pelo mercado, ou mesmo, enquanto reserva de força de trabalho para as fronteiras em expansão. Porém, ao reivindicar acesso à terra, melhores preços, acesso ao crédito, assistência social e sanitária, foram totalmente “esquecidos” pelo Estado (GEHLEN e MÉLO, 1997). Restou a estes setores, lutar por um espaço próprio na economia e na sociedade, estabelecendo – em oposição ao latifúndio – lutas cuja identidade central foi sua condição de marginalidade¹⁹.

Segundo Gehlen e Mélo (1997), o agricultor familiar do sul do Brasil apresenta algumas características particulares “trazidas da matriz Européia (no caso do colono) ou reelaboradas (no caso do caboclo)”. Para o colono, a terra define-se como condição de afirmação da identidade, um espaço de trabalho necessário para a reprodução familiar que, em determinados momentos, se orienta pela lógica do mercado aproximando-se do “produtor moderno”. Entre agricultores familiares a noção de trabalho torna-se um valor ético central trazendo, ainda, características comuns como a prática dos policultivos, associando cultivos e criação de animais destinados ao consumo da família e comercialização dos excedentes; uso de mão-de-obra basicamente familiar; e partilha de terras por herança, dando origem aos minifúndios (BRUM, 1988).

¹⁹ Para este tema consultar José de Souza Martins em seu trabalho clássico *Os camponeses e a política no Brasil* (1984).

O padrão tecnológico usado nas pequenas propriedades familiares consistia de técnicas e práticas menos intensivas (se a compararmos ao padrão atual) com baixo uso de insumos externos e máquinas. Entretanto, a crescente inserção mercantil e intensificação do uso dos recursos naturais configuram uma nova realidade, acentuando os impactos sociais e ambientais nos espaços rurais (PASTORE, 2003). Segundo Brum (1988, p.30), entre os colonos “a propriedade pequena e a família numerosa obrigavam a uma intensa exploração do solo, o que provocou rápido esgotamento da sua fertilidade natural”. Associado a isso, outros fatores como o baixo preço dos seus produtos e a transferência de renda para os comerciantes e indústria (pela aquisição de bens) permite que, a partir da década de 60, haja uma estagnação ou mesmo declínio da agricultura tradicional.

2. A via de desenvolvimento da década de 1970

A ideia de que o Brasil seria dividido entre a dinâmica industrial e a estagnação agrícola fez com que, na década de 60, o debate estivesse concentrado sobre a necessidade de redefinir os rumos do desenvolvimento da agricultura brasileira. As teorias desenvolvimentistas liberais ou marxistas, embora bastante distintas entre si, fundamentaram-se a partir das sociedades ocidentais ricas e avançadas industrialmente para propor *modelos* de desenvolvimento para os países *pobres* (ALMEIDA, 1998).

A corrente neoclássica, representada nas ideias de Schultz (1964), acreditava que o capitalismo agrário – e o desenvolvimento da indústria voltada à agricultura – aumentaria a eficiência na produção agrícola promovendo desenvolvimento no espaço rural. Basicamente, isso se daria através do aporte de fatores externos, substituindo os insumos “tradicionais” por insumos “modernos” (ou da indústria).

O pensamento hegemônico dentro da vertente marxista tinha o desenvolvimento capitalista como um dado inevitável, levando às últimas conseqüências a premissa de que as contradições originadas na base econômica são preponderantes para gerar um potencial revolucionário dentro do quadro histórico-social. Enfatizava, entretanto, a necessidade de transformação na estrutura fundiária para promover a distribuição da renda agrícola e o aumento da eficiência do uso da terra (ROMEIRO, 1998; ABRAMOVAY, 1992). Esse diagnóstico político constituía-se num programa de desenvolvimento histórico em nome de “interesses políticos mais amplos”. Nessa perspectiva, ao camponês restaria um lugar secundário na história podendo esse se inserir de forma “subordinada” às diretrizes da classe operária ou através da “conscientização” a partir dos “efeitos historicamente positivos” da expropriação e desenraizamento do campesinato (Martins, 1984. p.23-25).

A política agrária que seguiu, amparada pelos governos militares, viabilizou uma *modernização conservadora*, alterando a base tecnológica sem, no entanto, modificar a estrutura agrária vigente (MEDEIROS, 1989; PAULUS, 1999; SAMPAIO, 2001). O Estado assume importância na indução da modernização da agricultura através de créditos subsidiados (GRAZIANO DA SILVA, 1981), que visavam basicamente a aceleração do processo de industrialização. Mediante um trabalho integrado entre a pesquisa e a assistência técnica da extensão rural, cria-se um mercado interno para o desenvolvimento nacional da indústria de bens intermediários, permitindo abrir caminho para que as relações capitalistas dominassem o setor.

De acordo com Castro (1984), as políticas de modernização da agricultura pretendiam transformar a agricultura tradicional seguindo a implementação do padrão tecnológico dominante dos países desenvolvidos. As pesquisas foram orientadas para os cultivos de

exportação, cabendo às instituições de crédito viabilizar a adoção de insumos modernos e máquinas preconizados pelas instituições de pesquisa e difundidos pela extensão rural. As políticas do governo foram direcionadas para a descentralização dos serviços dedicados ao setor agrícola através de privilégios ao setor privado na difusão do padrão tecnológico desejado.

De forma assimétrica ocorre a consolidação da integração entre os setores agropecuário e industrial no âmbito nacional. Se estabelece uma forma “mais técnica” de produzir, cujo ponto chave foi a substituição da estrutura produtiva tradicional – considerada limitante e atrasada – por uma “moderna”, intimamente e perfeitamente relacionada com o setor industrial (GRAZIANO DA SILVA, 1981). Isso permitiu que a agricultura se tornasse gradativamente subordinada à indústria, a qual acabava definindo, mesmo que parcialmente, o processo de produção agrícola – o tipo de produto a ser gerado, suas quantidades e, por conseguinte a tecnologia a ele incorporada –, apresentando-se como uma forma peculiar de dominação capitalista.

O governo militar direciona a política agrária para concessão de subsídios e incentivos fiscais, principalmente aos médios e grandes produtores, estimulando a expansão da fronteira agrícola e a intensificação da produção por homem e por área cultivada através da incorporação de insumos complementares na atividade agrícola. A produção agrícola amplia-se rapidamente, fazendo crescer o mercado interno rural para produção industrial, favorecendo a concentração dos meios de produção (sobretudo terra) e de renda no campo (MEDEIROS, 1989; NAVARRO, 1996).

Segundo Medeiros (1989), o Brasil protagonizava vários conflitos sociais em torno das questões de posse e uso da terra, no entanto, com o Golpe de 1964, tínhamos um momento de relativo refluxo nas lutas, que ressurgirão com força apenas após o período de repressão. Se, de um lado, o governo militar demonstra a preocupação com o crescimento do setor agrícola, de outro, implícita ou explicitamente, visava evitar a radicalização política e os conflitos sociais – uma vez que a Revolução cubana de 1959 estava em curso. Brumer e Tavares dos Santos (1997) afirmam que a ditadura militar dificultava o estabelecimento de um modelo alternativo de produção, ao mesmo tempo em que mantinha sob censura o tema dos conflitos sociais.

O processo de industrialização redefine os papéis da agricultura na sociedade brasileira, transformando a agricultura familiar em consumidora de produtos agroindustriais e produtora de matéria prima para a indústria. Os agricultores familiares tentam adaptar-se e integrar-se a esse novo contexto, entretanto, como bem afirmou Caporal (2002), essa modernização mostrou-se fortemente excludente, pois se deu de forma parcial, uma vez que não estava acessível para a maioria dos agricultores, atingindo apenas parte das regiões, dos cultivos e das criações, ao mesmo tempo, incluindo e excluindo agricultores.

Wanderley (1985) afirma que, ao longo da modernização da agricultura, parcela dos agricultores familiares passou a especializar sua produção, direcionando seus esforços para aqueles produtos que se mostram com preços mais vantajosos no mercado, acentuando sua dependência com este, uma vez que o auto consumo cede lugar à venda. Mesmo que o trabalho continue tendo centralidade ética na agricultura familiar, a partir da modernização da agricultura introduz-se a noção de produtividade e intensidade do trabalho. De acordo com Moreira (1999), a atividade produtiva passa a ser mensurada também pelo tempo, induzindo a

adoção de tecnologias poupadoras não só de trabalho, mas, agora, de tempo, tornando a agricultura familiar cada vez mais dependente do mercado. Pequenos agricultores submetem-se a novas regras de colonização no estado, visando basicamente garantir a reprodução da família.

As transformações ocorridas no meio rural – representadas pela mercantilização das atividades produtivas, pela especialização da produção e integração aos novos complexos agroindustriais – desencadearam uma crescente diferenciação social. As conseqüências desse conglomerado de pressões são a redução no dinamismo das pequenas propriedades e a concentração de renda no campo. Produziu-se um contingente de marginalizados, na sua maioria agricultores familiares, trabalhadores rurais assalariados, arrendatários, meeiros e parceiros, todos excluídos do processo de modernização agrícola que ou deixaram o campo entre 1960 e 1980 em busca de novas fronteiras agrícolas ou de uma “vida digna” nas cidades (NAVARRO, 1996; FERNANDES, 1998) ou, ainda, permaneceram no meio rural submetendo-se a condições de miséria e empregos temporários. O desenvolvimento não reduziu as desigualdades sociais em nosso País e o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ao final da década de 70, representa nada mais que uma faceta dos tantos conflitos sociais que permearam a história brasileira.

3. O surgimento do Movimento Sem Terra

No final da década de 70, o cenário sócio-econômico indicava o início da crise do modelo de industrialização e da modernização na agricultura, fruto de sua incapacidade em promover desenvolvimento sem exclusão social. O próprio regime militar dá sinais de esgotamento. Segundo Medeiros (1989), é um período de *agitação política*, desencadeando

intensas discussões acerca dos problemas sociais do País. Ressurgem as greves e ganha força a luta pela anistia, ao mesmo tempo em que crescem os conflitos sociais no campo.

Nas regiões de seringais do Acre, conflitos entre posseiros e empresas agropecuárias reflorestadoras são freqüentes; no Sul do país expropriam-se terras para a instalação de projetos estatais visando geração de energia a partir de barragens hidrelétricas²⁰, o que deflagra conflitos entre agricultores e o Estado; na região Nordeste, barragens são construídas com fins de irrigação para os latifúndios, os posseiros expulsos resistem (GRZYBOWSKI, 1990).

Simultaneamente, no norte do estado do Rio Grande do Sul, acontecem conflitos entre comunidades indígenas e colonos que ocupavam terras irregularmente. Em 1979, esses posseiros são despejados da reserva indígena, mas recusam-se a aderir ao *Plano de Colonização*²¹ proposto pelo governo. Os agricultores, então, se organizam para ocupar as fazendas Macali e Brilhante na região de Sarandi. Este movimento contou com a participação de um número considerável de famílias de agricultores sem terra que, inconformados com sua condição social de excluídos, mostram-se dispostos a lutar por um pedaço de terra (MEDEIROS, 1989; GRZYBOWSKI, 1990). Embora existam algumas tentativas de desqualificar tais lutas, a fim de torná-las episódicas, desnuda-se a real base criadora dos movimentos sociais do campo. As tensões e conflitos existentes, que embora assumam variadas formas, expressam as diferentes nuances das contradições do capital (GRZYBOWSKI, 1990).

²⁰ Como a construção da Itaipu, entre 1978 e 1982 (GRZYBOWSKI, 1990).

²¹ O governo militar através do chamado Plano de Colonização passa a estimular os colonos a migrar para as áreas de fronteiras, no entanto, o isolamento e a falta de uma política agrícola que dê condições para a instalação das famílias faz com que muitos migrantes retornem, denunciando as condições de precariedade encontradas (MEDEIROS, 1989).

De acordo com Medeiros (1989), a ação de diferentes mediadores que buscavam unificar demandas locais à luta nacional pelo direito à terra, foi fundamental para a construção da categoria política dos sem terra. O êxito nas ocupações que aconteceram e a presença de mediadores religiosos que apoiavam suas ações, facilitaram o recrutamento de novos agricultores, fazendo com que o Movimento²² crescesse agilmente nesse período (NAVARRO *et al*, 1999).

Influenciado pelo período de redemocratização vivido pelo país, o discurso desses movimentos centrou-se na valorização da democracia de base via instalação de mecanismos de democracia direta (SCHERER-WARREN, 1987; MEDEIROS, 1989). De acordo com Navarro *et al* (1999), esse universo de lutas continha uma visão utópica – por tentar construir uma sociedade igualitária – com impulsos democráticos, de participação/reintegração social.

Somando-se a isso, havia uma forte influência de setores da Igreja católica e luterana que estimulavam a participação política como alternativa para superar as dificuldades vividas pela população rural (NAVARRO *et al*, 1999). Despertando nessas comunidades a noção de “luta dos oprimidos”, os setores progressistas destas Igrejas conseguiram mobilizar um grande número de agricultores em defesa do que consideravam seu direito, o acesso a terra. Para isso, estimulavam reflexões sobre a realidade vivida por estas comunidades rurais, encorajando os agricultores a se organizar para a construção de uma sociedade mais justa, sem excluídos.

Quanto a isso, Medeiros (1989. p.13) afirma que:

Embora a ação dos sindicatos, dos partidos, das Igrejas, etc., seja, no decorrer de sua trajetória, fundamental para projetar essas lutas para fora delas mesmas, para articular alianças, para fazer a costura entre lutas

²² Alguns autores afirmam não haver uma data precisa para o surgimento do MST, datando-a do final da década de 70, mesmo que oficialmente ele seja criado apenas em 1984 (ver CALDART, 2002?).

particulares e lutas mais gerais, não é essa ação que por si só cria o conflito. Este surge a partir de contradições vividas no interior do processo de trabalho, no rompimento de determinadas normas costumeiras, de uma ameaça das condições de reprodução de um grupo de trabalhadores. Tais situações de tensão, vivenciadas a partir de uma determinada experiência cultural e dentro de uma determinada conjuntura, desencadeiam reações que vão da migração à violência individual ou à organização em defesa do que considera legítimo.

Mesmo que seja difícil prever numericamente quanto dos descendentes europeus, caboclos, índios, negros, entre outras categorias marginais constituem o MST, nota-se sua presença em praticamente todos os acampamentos e assentamentos organizados por ele (AUED e FIOD, 2002). Essa característica torna-se importante, à medida que permite compreender a organização dos agricultores sem terra em torno de um movimento social a partir de ações de resistência dessa categoria marginal dentro do processo de desenvolvimento em curso na região Sul do Brasil. O MST consegue aglutinar os segmentos que se sentiam marginalizados no meio rural através de um discurso que representava novas possibilidades de organização, de criação de direitos e a oportunidade de reconstruírem sua identidade, a identidade social dos *excluídos*, destruída pelo recente desenvolvimento capitalista no país. Berger (2003) afirma que o MST passa a ser instância mediadora desses *novos sujeitos sociais* que decidem “lutar pela terra e pela reforma agrária”. Para a autora:

Há mediações ancestrais conduzindo a decisão de um Sem Terra a ingressar no movimento e elas encontram-se [...] na tradição cristã que legitima a Igreja progressista (avaliadora das reivindicações); está, também na memória de lutas passadas (que informa possibilidades de organização) e na origem do processo de colonização (que inscreveu os colonos como desapropriados históricos) (BERGER, 2003. p.194).

De acordo com Navarro (1995), os resultados da expansão capitalista no campo podem ser percebidos nas transformações que se desenham no espaço rural repercutindo em vários domínios da vida social: nas atividades produtivas e sua base técnica, no padrão de ocupação das áreas agrícolas, e a emergência de sujeitos coletivos organizados que passam a

exercer contestação política frente à apatia do governo aos impactos negativos deste processo de transformação no meio rural. Para o mesmo autor, estes grupos sociais refletem a *reação dos colonos* que a partir do conflito, organizam-se, criam sua própria ideologia, objetivos e símbolos transformando-se num movimento social organizado.

Mesmo que a criação da *identidade social dos excluídos* a partir de sua condição de desenraizado possa ser considerada relevante por alguns autores, esta identidade é bastante difusa entre os indivíduos que compõe o MST. Para Martins (2003), torna-se necessário que as particularidades vivenciadas pelos agricultores sejam resgatadas na tentativa de (re)construir uma ação autônoma, com base em experiências concretas. É preciso não reduzir esta categoria ao retorno a um passado idílico, mas à resignificação de valores e atividades que foram perdidas no processo de modernização.

Cabe ainda ressaltar que os diferentes modos de interpretar a própria experiência e luta pela reforma agrária, refletem a diversidade existente entre os indivíduos que compõe o MST. Entretanto, há de se considerar a especificidade dessa categoria emergente a qual parte da definição da sua condição de excluído, para constituí-lo como sujeito. Ser Sem Terra, portanto, é sinônimo de resistência que implica a necessária intervenção crítica na sua realidade.

4. Da condição de Sem Terra à de agricultores assentados

Ao passar da condição acampado para a condição agricultor assentado o sujeito – Sem Terra – transforma-se, acrescentando (e retomando) conteúdos na construção desse novo

entorno²³. Para Martins (2003. p.12.), o agricultor assentado é “um sujeito que surpreende e contraria quando sua verdade social se manifesta em contradição com o desenho ideológico que lhe imputam os que dele esperam conduta diversa”. Ou seja, ao incorporar sua (nova) condição de proprietário, regulada pela racionalidade e contradições do capital, engendra novas contradições, embora deseje algo diferente daquilo que manifesta nas ações. Essa junção faz surgir um sujeito não harmônico porque recria as contradições do capital ao conflitar-se com a necessidade de inserção no modo de produção capitalista para a sua reprodução. Este sujeito empírico vive em meio a tensões e conflitos, por vezes, de forma avessa daquilo que uma militância (precária) ideologicamente lhe impõe.

Grande parte dos agricultores assentados tem sua origem na agricultura familiar, fazendo com que suas motivações encontrem-se no âmbito da afirmação ou renovação de valores sociais relativos à organização da família. Ao se tornarem agricultores assentados, os traços que o identificam como agricultor familiar se fortalecem expressando-se em suas práticas, valores e racionalidades. Segundo Martins (2003. p.44) existe uma atmosfera de “reavivamento, renovação e modernização dos valores tradicionais relativos à vida comunitária”, ou seja, as pessoas beneficiadas no processo de reforma agrária encontram-se predispostas para uma ressocialização, buscando se incorporar a formas modernas de uso da terra e de organização da economia familiar.

De modo geral, pode-se dizer que a agricultura familiar se constitui num modo específico de produzir e de viver na sociedade, abrigando uma estrutura produtiva que associa família-produção-trabalho, e que determina a forma como ela intervém na economia e na sociedade (WANDERLEY, 1999). Entretanto, essa *tradição camponesa* sofre alterações ao

²³ Este termo compreende o espaço físico (lugar onde vivem), mas também lugar de onde se vê e se vive, que constrói relações e referências destes agricultores ao se inserir nas diferentes esferas da sociedade.

longo da história. A condição de marginalidade da agricultura familiar dentro da economia moderna fez com que, segundo Carneiro (1998), restasse a ela incorporar estratégias que – respeitando suas características particulares, que tem como centro a reprodução da família – lhe permitissem, mesmo transformada, permanecer no rural.

A modernização do processo de produção agrícola e a integração de tal setor aos mecanismos dos mercados modificaram, em diferentes medidas, a forma de produzir do campesinato tradicional. Para Abramovay (1992), embora a origem da agricultura familiar moderna esteja no campesinato tradicional, ela mantém laços cada vez mais tênues com seu passado, incorporando em sua racionalidade características de uma empresa capitalista. Segundo o mesmo autor, apesar de estabelecer uma integração parcial e incompleta com os mercados, há uma relativa perda da identidade camponesa devido à subordinação desta pequena produção ao regime do capital. Cria-se uma variabilidade de formas sociais, de acordo com a relação (e rupturas) que este personagem estabelece na economia e na sociedade atual.

No entanto, alguns traços característicos do camponês tradicional podem ser retomados neste estudo visando compreender determinados comportamentos entre os agricultores assentados. Especificamente no que tange à busca de reavivar práticas abandonadas – durante o processo de modernização da agricultura – como uma forma de (re)encontrar relativa autonomia dentro do sistema econômico. Suas ações pretendem renovar valores sociais que têm como principal característica a reprodução da unidade familiar e, ao mesmo tempo, inserir estes agricultores nos mercados.

Mesmo que a direção política do MST, durante longo tempo, tenha preconizado a inserção dos agricultores assentados nos mercados via “cooperação agrícola” (conforme abordaremos no segundo capítulo), a agroecologia acaba fazendo parte nas ações de alguns agricultores, através da ação dos missionários das Igrejas católica e luterana e ONGs, tornando-se elemento que permite integrar estes agricultores à economia e proporcionando relativa autonomia desses no processo produtivo. Esta seria uma tentativa de diminuir sua condição de marginalização progressiva dentro do processo de desenvolvimento da economia global.

Ao retomar a lógica da agricultura familiar para explicar parcialmente as ações deste sujeito – as práticas adotadas no interior dos assentamentos do MST – deve-se salientar que ele, ainda que de forma precária, incorpora em seu imaginário sua condição histórica de Sem Terra. Suas ações, portanto, são igualmente permeadas por uma *práxis transformadora*²⁴. Caldart (2002?) nos remete a um *Sem Terra* que não se esgota no hoje, na luta pela terra, mas leva em conta o seu passado e projeta transformações na sociedade a partir de valores avessos aos da sociedade capitalista. Ressalte-se que este personagem se diferencia das categorias tradicionais, englobando um modo de agir e pensar bastante particular. Nesse caso, estas aspirações se refletem na construção de um modo de vida e de produção na agricultura diferente daquele que o excluiu.

Uma produção ampla de escassez conduz os atores que estão de fora do círculo da racionalidade dominante à descoberta de sua exclusão e à busca de formas alternativas de racionalidade, indispensáveis à sua sobrevivência. Através desta *contra-racionalidade*, estes

²⁴ Para isso consultar Henri Lefebvre, entre outros autores. A questão da práxis será entendida no sentido da ação produtiva da experiência que os homens tem de si próprio e dos objetivos da sua existência durante a transformação produtiva do mundo, considerando as relações e meios de produção historicamente dados que influenciam - e ao mesmo tempo são influenciados pela - sua ação.

atores pretendem estabelecer ações contrárias à racionalidade dominante e ao mesmo tempo, garantir, embora precariamente, a manutenção e reprodução da família ou do grupo. Para Santos (1999):

Essas contra-racionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais “opacas”, tornadas irracionais para usos hegemônicos. Todas essas situações se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes, já que não dispõem dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea. Essa experiência da escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente. (SANTOS, 1999.p.246)

Assim, a agroecologia aparece como uma resposta – entre outras possíveis – à crise da agricultura modernizada e igualmente como condição de reprodução social de uma camada de agricultores marginais em nível econômico. O que é definido aqui como alternativo, transforma-se em ajustamento ao sistema dominante, mesmo que se pretenda um modo singular de inserção social baseado em ações simultâneas de resistência e adaptação.

5. A agroecologia e o espaço da contra-racionalidade

Alguns autores restringem o uso do termo agroecologia à *noção técnico-científica* (ALTIERI, 1989), ou a um campo de conhecimentos de natureza multidisciplinar com potencialidade de apoiar o desenvolvimento agrícola e rural (CAPORAL e COSTABEBER, 2004). É preciso, entretanto, captar os princípios que a norteiam segundo o contexto social em que está inserida a fim de compreendê-la além de um conceito estático. Nesse sentido, é partindo de vivências passadas dos agricultores assentados, permeado por uma realidade de exclusão social e de perda – mesmo que parcial – a partir do processo de modernização da agricultura, que se pretende apreender esse termo.

A adoção ainda que parcial do modelo de modernização tecnológica da grande propriedade – inclusive dentro dos assentamentos do MST – proporcionou um ambiente de perda à estes agricultores. Os monocultivos implantados trouxeram a acentuada redução no número de variedades de espécies cultivadas, diminuindo drasticamente a biodiversidade e a relativa estabilidade que garantia segurança alimentar contra as adversidades ambientais. Ao mesmo tempo, a crescente diminuição na participação do agricultor no processo produtivo, pelo uso de fatores externos de produção para o controle das condições ambientais, acabou estabelecendo uma ruptura com o processo de construção do conhecimento. Separou-se o ato de conhecer do ato de produzir, implicando na perda e invalidação dos conhecimentos gerados no nível prático-concreto, transformando o conhecimento em algo externo ao processo produtivo. De modo geral, o modelo dominante de desenvolvimento na agricultura amparou-se no crescimento da indústria petroquímica (de insumos agrícolas), fazendo com que o mercado acabasse tomando centralidade no processo produtivo (devido a ampliação da necessidade de compra de insumos e bens de consumo), tornando os agricultores familiares gradativamente mais dependentes desse.

Note-se que o termo agroecologia associa as questões ambientais a elementos sociais que extrapolam o campo da agricultura buscando, a partir de experiências passadas, encontrar elos que permitem livrar os agricultores assentados do crescente processo de exclusão a que foram submetidos. Partindo-se da(s) experiência(s) de exclusão vivenciada(s) – e identificadas – pelos agricultores é construído o conceito de agroecologia. Assim, o termo assumirá o paralelo (alternativo) a uma determinada condição de marginalidade vivenciada, ou seja, em determinado momento, ela tomará um contorno definido segundo a negação dessa condição de exclusão, sempre com uma faceta alternativa. Dessa maneira explica-se porque ela aparece de forma tão diversa conforme o ator e o contexto em que está inserida.

A agroecologia torna-se uma “tecnologia alternativa” sempre como negação às tecnologias modernas que não estão acessíveis ou não correspondem às expectativas dos agricultores. Quando estes agricultores não legitimam o modelo de desenvolvimento em andamento que “exclui agricultores familiares” ela assume a faceta de “um modelo alternativo de desenvolvimento para agricultura familiar”. Á medida que o agricultor não se identifica com o conhecimento gerado através de pesquisa oficial – porque esse não pode ser aplicado naquela realidade social, econômica e ambiental – a agroecologia torna-se uma área de conhecimento que se orienta pela observação e experimentação a partir das condições do entorno. Resume-se a um ato econômico (quando o agricultor visa comercializar o produto agroecológico), sempre que este representar possibilidade de melhor remuneração do seu trabalho na atividade produtiva. Enfim, a agroecologia é proposta – sempre – como negação àquilo que está estabelecido – e que o colocou “fora” –, ou seja, como busca do que lhes foi negado.

Conforme apresentado por Martins (2003, p.63), “a modernização foi proposta como perda, como substituição, isto é, como dominação e aniquilamento daquilo que [os agricultores] de fato sabiam fazer e lhes pertencia”. A vivência (prática) destes atores – que lhes informa sua condição de marginalidade – tornou-se não só meio de construir identidade, mas tornou sua condição (de excluído) o “meio de identificação positiva com o alternativo”, construindo uma *faixa intermediária* de alternativas econômicas e sociais.

Pode-se então compreender porque, corroborando com o encontrado por Almeida (1999), em determinados momentos a agroecologia aparece como aspiração a um novo modelo de desenvolvimento; noutros como construção de soluções técnico-científicas para mitigar a situação de precariedade vivida pelos agricultores; como resgate de práticas e

valores culturais desses agricultores; como uma área de conhecimento, ou mesmo, como uma alternativa de (re)inclusão econômica e social através da ocupação de um nicho de mercado emergente, onde os produtos ecológicos passam a ter um valor (monetário) superior aos produtos convencionais. Dessa forma, a agroecologia ou a agricultura alternativa, se inscreve num movimento que busca autonomia frente ao processo produtivo. Sua ação pressupõe frear o processo de marginalização progressiva por que passam os agricultores familiares. Almeida (2000) sugere que essas ações tentam abranger três dimensões de autonomia: a) o domínio da sua estrutura de produção, incluindo aqui os conhecimentos necessários à produção; b) conhecer o espaço em que está inserido, permitindo a partir destas informações definir sobre o processo produtivo; c) e restituir ao agricultor o domínio do tempo.

Em determinados momentos, a ação dos atores que defendem a agroecologia parece restringir-se a querer incluir as minorias (agricultores familiares), através de respostas a interesses imediatos. Esta busca Almeida (2000. p.47) chamou de *autonomia-solução* e que nasce justamente a partir de um estado de crise (geralmente econômica) e, em geral, não sugere um projeto social futuro. É produto de uma visão fragmentada, desprovida de um processo de transformação social, limitando-se a “uma reivindicação por uma maior democratização do Estado e de seu sistema político de representação”. Esse discurso carrega o *invisível* desejo de ser incluído, de fazer parte da economia na sociedade moderna.

Nesse sentido, a agroecologia coaduna para a construção de em uma proposta alternativa de desenvolvimento²⁵, contrária aos paradigmas²⁶ que orientam o atual modelo de

²⁵ Segundo alguns autores, a agroecologia converge para uma proposta alternativa de desenvolvimento (que seja sustentável dos pontos de vista social econômico e ambiental). Ela orienta-se pelo conceito de desenvolvimento local, que leva em consideração valores, capacidades, conhecimentos e elementos culturais dos grupos sociais organizados e implicados no processo de desenvolvimento (ALMEIDA, 2003. p.511; CAPORAL e COSTABEBER, 2004). Para uma análise do tema quanto à suas origens e diferentes orientações teóricas, consultar Guzmán (1998).

desenvolvimento na agricultura. A agroecologia torna-se, assim, um instrumento de luta política que ao mesmo tempo busca construir experiências produtivas alternativas ao modelo dominante proposto (ou imposto). Entende-se que seja esse o elo que permite vincular a agroecologia a um projeto mais amplo de transformação da sociedade apoiado pelo MST, mesmo considerando seus limites para isso.

Pretende-se no capítulo seguinte perceber como o pensamento agroecológico vai evoluindo e se modificando dentro do discurso do MST, assim como, quais os diferentes mediadores e contextos históricos que influenciam nesse processo.

²⁶ Esse termo refere-se a um conjunto de conceitos, valores e práticas (um arcabouço teórico) compartilhados por uma determinada comunidade, dizendo de outra forma, constitui-se num quadro de referências sobre o qual uma sociedade se organiza.

CAPÍTULO II

O MST: aproximações e distanciamentos com a agroecologia

Nem sempre a agroecologia foi proposta e implementada dentro dos assentamentos organizados pelo MST. Pode-se dividir o discurso do Movimento²⁷ em relação às questões produtivas e ambientais, em três fases distintas²⁸: 1)A primeira, do surgimento do MST (ao final da década de 70) até meados da década de 80, quando o Movimento sofre forte influência de mediadores religiosos e, portanto, a questão produtiva é inserida dentro de um discurso que busca o retorno das condições de um passado ideal e harmônico²⁹. Aqui, ainda inexistia a noção agroecologia, estando estas questões restritas às *tecnologias-alternativas de produção*; 2)A partir de então temos o deslocamento deste discurso, aproximando-o do que se chamou *ideologização da produção*. Esse período coincide como início da Nova República e o lançamento do I PNRA. O crescente número de famílias assentadas impõe ao MST o desafio de viabilizá-las economicamente, para isso, o Movimento volta suas preferências para a organização dos agricultores em cooperativas e grupos de cooperação agrícola, buscando produzir em escala e agregar valor aos produtos para alcançar mercados nacionais e internacionais. As tecnologias alternativas de produção, embora não desapareçam são relegadas a um segundo plano. 3)A forma como o Movimento passa a se organizar

²⁷ Embora ao longo do trabalho se utilize uma concepção ampla dos termos Movimento e MST, na qual estão incluídos os agricultores assentados como parte constituinte dessa organização, aqui, adota-se uma conotação mais restrita do termo, remetendo-o às lideranças do MST, ou à sua chamada “estrutura orgânica”.

²⁸ Cabe ressaltar aqui que estes limites não são muito claros, sobrepondo-se em certos momentos. Isso se deve basicamente por se tratar de elementos contidos em um discurso que não necessariamente coincide com o praticado dentro dos assentamentos, ou mesmo, reflexo da diversidade existente no “praticado” entre agricultores assentados.

²⁹ Os assentamentos tornam-se locais estratégicos para a ação de técnicos da Federação dos órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), surgida em 1983, com a finalidade de formar uma equipe de assistência técnica a fim de remediar as dificuldades encontradas pelos agricultores nas áreas de reforma agrária. Segundo Almeida (1999, p.86-91), posteriormente, ela dará origem à Assistência e Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa (AS-PTA). Estas questões serão retomadas ao longo do capítulo.

internamente permite a mobilidade das lideranças que se profissionalizam, passando – no início da década de 90 – a se aproximar de outros mediadores – como ONGs, movimentos ambientalistas, entre outros. O termo agroecologia é acolhido em seus discursos, sem que necessariamente tenha reflexo em ações dentro dos assentamentos organizados por ele. A agroecologia substitui o termo tecnologias alternativas, abrangendo grandes contornos que extrapolam os limites do campo da agricultura, englobando preocupações com o ambiente e com a sociedade.

Neste capítulo, faz-se uma breve incursão pela história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ressaltando sua aproximação com mediadores políticos e religiosos, a emergência de um movimento de *politização ecológica* que toma contornos na sociedade moderna e, ainda, alguns aspectos conjunturais da política brasileira. Assim, torna-se possível compreender, parcialmente, o campo de disputas em que o Movimento está inserido e, ao mesmo tempo, as alianças que são traçadas e os fatores que alteram suas estratégias produtivas ao longo dessa trajetória, passando a clarificar os motivos que aproximam (e distanciam) o Movimento das questões que envolvem a agroecologia. Para que estas nuances sejam percebidas, foram utilizados como subsídio na análise tanto os documentos publicados pelo Movimento, como as entrevistas realizadas durante o trabalho de campo com agricultores, técnicos e lideranças.

1. A história vivida: escrita e falada

A organização de agricultores em torno do MST tem forte relação como o trabalho, de organização e formação política de agricultores, que a Comissão Pastoral da Terra³⁰ (CPT)

³⁰ Segundo Medeiros (2002), a CPT, entidade ligada à igreja católica brasileira, surge em 1975, a partir da intervenção de bispos em áreas de conflitos por posse de terras no Norte e Centro-Oeste do país. Logo, espalhou-se por praticamente todo o Brasil atuando como mediadora de conflitos e organizando trabalhadores em torno dos preceitos de justiça social.

vinha desenvolvendo. Segundo Fernandes (1998, p.34-35), missionários da Igreja católica organizavam encontros entre lideranças dos movimentos sociais locais, propiciando discussões acerca das diferentes experiências de luta pela posse da terra, buscando articular tais lutas em um movimento social mais amplo.

Até meados de 1986, o MST é fortemente influenciado pela presença de mediadores religiosos que conseguiram mobilizar amplas redes de solidariedade em favor da reforma agrária. A Igreja é tida como principal interlocutora entre os movimentos sociais e o Estado neste período (MEDEIROS, 1989; STRAPAZZON, 1996, NAVARRO *et al*, 1999). Em muitos casos as instituições religiosas atuaram dando suporte para o Movimento e mesmo para a produção e estrutura dos assentamentos, conforme ilustrado na fala dos agricultores.

No primeiro ano nós plantamos [...] a Cáritas que ajudou nós, deu semente de milho pra nós começar a plantar. (agricultor do assentamento Santa Elmira)

Não tinha transporte [...] o Movimento não tinha nenhum carro [...] foi conseguido através da diocese uma Toyota velha [...] os próprios bispos emprestaram aquela Toyota pro assentamento (agricultora do assentamento Santa Elmira).

A influência desses setores da Igreja é percebida tanto no âmbito da produção e estruturação dos assentamentos, quanto nos discursos e materiais produzidos pelo Movimento quando este, através de suas cartilhas, valoriza o conhecimento e as práticas do agricultor, remetendo ao retorno de condições de vida idealizadas, a um passado bom, de autonomia, anterior à subordinação do agricultor às indústrias multinacionais, conforme demonstra o documento produzido pelo Movimento.

Juntamente com a introdução dessas ‘novas técnicas modernas’ foi realizada uma campanha de desmoralização dos conhecimentos do agricultor e daquelas práticas que ele vinha utilizando tradicionalmente. E forçando a utilização de adubos químicos, inseticidas, venenos e maquinaria em geral como um único modelo certo na agricultura. (MST, 1986, p. 26. Caderno de Formação Agrícola n.10)

Conforme estes registros, os assentamentos consolidavam a utopia de construir uma sociedade baseada nos princípios da solidariedade. As *multinacionais*, por sua vez, eram apontadas como a principal forma de dominação do capitalismo no campo, impondo, de acordo com seus interesses, “novos padrões de consumo” aos agricultores. De outro lado, o MST apresentava aos agricultores as vantagens da cooperação agrícola, a qual permitiria a compra de máquinas, tratores, adubo e o cultivo de grandes lavouras, garantindo facilidade na assistência técnica e melhores preços na hora de comercialização (MST, 1986. Caderno de Cooperação agrícola n.10).

Martins (1986, p.68-69) afirma que a partir de 1964 a Igreja católica vem construindo uma crítica ao Estado, apontando as conseqüências do processo de pauperização da população de forma geral. Sua posição define-se em favor das minorias, sempre na perspectiva da distribuição, de garantia dos direitos das pessoas, contra “uma forma de propriedade que é expropriativa, e que é causadora do desenraizamento das populações rurais, do estabelecimento não só da miséria, mas também da miséria moral e social.” . Nesse sentido, os mediadores religiosos acabam influenciando o discurso do Movimento, que incorpora valores de respeito ao próximo e à natureza, à dignidade humana e à solidariedade.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é fundado oficialmente em 1984 e no seu I Congresso Nacional do MST, realizado em janeiro de 1985, são deliberadas as diretrizes do Movimento: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores. Em maio daquele mesmo ano acontece o I Encontro Nacional dos Agricultores Assentados. A conquista da terra é a tônica para as ações do Movimento e a orientação é para que os agricultores assentados se organizem de forma coletiva – em mutirões, grupos de cooperação, associações e cooperativas – para

enfrentar as dificuldades para produção e comercialização (MST, 1986. Cadernos de Formação n.10).

O número de assentamentos é crescente, assim como as dificuldades em responder às “questões de produção” dos agricultores. De acordo com Conde (2004) o balanço feito pelo MST indicava falta de estrutura básica dentro dos assentamentos (alimentação, insumos agrícolas, escola, rede elétrica, entre outros) deflagrando graves problemas nos assentamentos. Segundo o MST as condições eram piores onde os agricultores não haviam se organizado em grupos de cooperação³¹.

Segundo Navarro (1999) no período que compreendeu 1978 a 1985, foram criados 12 assentamentos na região do Alto Uruguai. O mesmo autor afirma que as ações do governo federal nesse período resumiram-se à compra de terras de baixa qualidade e havia uma ausência de recursos financeiros e técnicos, inviabilizando assim o impulso inicial à produção nos novos assentamentos. O resultado foi o abandono ou troca de 33% dos lotes em busca de melhores condições de vida.

De acordo com Gonh (1997. p.57), os próprios movimentos sociais desencadearam a criação de ONGs que, na década de 80, serviram de apoio aos movimentos sociais passando esses a ser os principais interlocutores nas relações entre Estado e sociedade civil. Esta relação, no entanto, mostrou-se conflituosa, pois havia interesses destas ONGs em justificar projetos de financiamento de instituições filantrópicas internacionais, fazendo com que o MST e ONGs, de certa forma, disputassem o prestígio (frente a tais instituições) e o acesso às mesmas fontes de recursos financeiros.

³¹ Nesse período as linhas de crédito oferecidas pelos bancos voltavam-se basicamente para a produção de culturas para a exportação (NAVARRO, 1995), estando pouco acessíveis aos agricultores assentados, os quais não dispunham de garantias frente aos bancos para solicitar financiamentos.

Embora houvesse divergências dentro do próprio Movimento acerca do *melhor* formato tecnológico para os assentamentos (NAVARRO, 1995), tais dificuldades deram suporte para que o Movimento e seus mediadores políticos (ONGs e instituições religiosas) defendessem o uso de *tecnologias alternativas de produção* entre os agricultores assentados. Essa seria uma tentativa de garantir a produção dentro dos assentamentos, livrando os agricultores de dívidas em órgãos de financiamento e da possível dependência econômica desses com as empresas multinacionais que dominavam o setor agrícola.

O MST coloca em xeque as *novas técnicas modernas* alertando os agricultores, através de suas cartilhas, para que buscassem formas alternativas de produção. Nesse momento, o *Setor de Assentamentos* do Movimento articula-se com outras entidades para a formação de Centros de Tecnologias Alternativas, dentro de um Programa de Tecnologias Alternativas da FASE³² (MST, 1986. p.27. Caderno de Formação agrícola n.10).

Ultimamente começou a surgir uma reação de agrônomos, técnicos e agricultores contra a utilização das técnicas impostas pelas multinacionais. A partir daí começou-se a pensar em utilizar as tecnologias alternativas. Estas novas técnicas seriam alternativas ao modelo insumista e destruidor das multinacionais de agrotóxicos, buscaria o desenvolvimento e aplicação de técnicas a partir do conhecimento de nossa agricultura, de nosso solo, de nossa natureza e de nosso clima, utilizando os insumos industrializados sempre e quando representassem respeito ao equilíbrio da natureza, ao efetivo aumento da produtividade e a preservação da saúde e do meio ambiente. (MST, 1986:26-27. Caderno de Formação agrícola n.10).

De acordo com Navarro (1995), ao final da década de 80 os assentamentos passam a ganhar visibilidade pública fazendo com que a questão produtiva assumisse maior importância entre as preocupações do MST, das instituições públicas e da sociedade civil

³²A FASE consistia em uma rede de ONGs, associações ou grupos que tinham a “agricultura alternativa” e mais tarde a agroecologia como princípio norteador para suas ações (ALMEIDA, 1999. p.86-88). Schimitt (2004), afirma que muitas das iniciativas de produção ecológica hoje existentes no Sul do Brasil tiveram a contribuição do Projeto Tecnologias Alternativas da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – PTA – FASE, que, em 1990, torna-se autônomo em relação à FASE, passando a assumir a denominação de Assistência e Serviços a Projetos de agricultura alternativa (AS-PTA).

organizada³³. Pressionado pela opinião pública, em 1985, o então presidente José Sarney, através do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), elabora a Primeira Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República, o I PNRA, que em linhas gerais mostra-se favorável a “mudar a estrutura agrária do País”. As propostas consistiam em assentar 7,1 milhões de famílias em 15 anos (meta que posteriormente foi redimensionada para um número, aproximadamente, 5 vezes menor). Entre os contrários ao plano estavam os grandes fazendeiros, que se organizam para fundar, em 1987, a União Democrática Ruralista³⁴. Acenando com esse Plano, o governo conseguiu diminuir as pressões advindas da sociedade civil para a realização de uma reforma agrária, assim como desmobilizar os movimentos sociais que, de certa forma, deram credibilidade ao plano (BISCAIA, 2004).

Os avanços na implementação da proposta de reforma agrária são lentos, assim como os estímulos (através de recursos) à produção dentro dos assentamentos já existentes, fazendo com que em abril de 1986 os participantes do II Encontro Nacional dos Agricultores Assentados retomem alguns princípios organizativos e objetivos do Movimento. Sua linha política é orientada para ofensivas aos latifúndios e terras de multinacionais através da organização dos trabalhadores do campo e da cidade. Medeiros (1989), afirma haver um clima de denúncia ao abandono do governo, assim como, de conivência desse com os massacres que estavam acontecendo no País contra os Sem Terra. Nesse encontro amplia-se a pauta de reivindicações do MST, que passa a encampar as questões referentes à produção,

³³ No início de 1986 é fundado o Centro de tecnologias alternativas e populares (Cetap), uma ONG com forte ligação com os movimentos sociais no Rio Grande do Sul associada à rede de tecnologias alternativas. Segundo Navarro (1995. p.113), o Cetap passa a prestar assessoria e assistência técnica a alguns assentamentos do Rio Grande do Sul, especialmente, através do Programa especial de crédito para a reforma agrária – Procerca., entretanto, o principal apoio financeiro à entidade provém de agências de cooperação internacional que, segundo Almeida (1999. p71), contribuem com aproximadamente 70% do orçamento da entidade em 1990, decrescendo desde então.

³⁴ A UDR era composta basicamente por deputados, senadores e políticos de grande influência na política nacional, cujos objetivos eram favorecer grande propriedade rural e inviabilizar qualquer processo de reforma agrária.

comercialização e assistência técnica. Dentre outras resoluções do congresso surge a proposição para o fortalecimento de uma agricultura de pequeno porte³⁵ (MST, 1986. Cadernos de Formação n.10).

As experiências produtivas dos assentados, no entanto, continham uma “expectativa modernizante” fazendo com que, contrariamente ao discurso de algumas lideranças do Movimento e de suas organizações de apoio (setores da Igreja católica e luterana) e assessoria (algumas ONGs), se firmasse dentro dos assentamentos um modelo muito longe daquele “alternativo”³⁶. A base técnica que vigorou, apoiada pela maioria dos agricultores e lideranças do Movimento, priorizou a implantação de monoculturas, mecanização agrícola, integração com agroindústrias e o uso de insumos agroindustriais para a produção (Navarro, 1995;).

É interessante notar que, de acordo com Paulilo (1994), ser pequeno produtor tradicional³⁷ era algo não desejado nem pelos agricultores assentados, nem pelo próprio Movimento. Os principais motivos residem na necessidade de demonstrar a viabilidade dos assentamentos de reforma agrária. Para isso, lançou-se mão de todo o aparato tecnológico disponível para não “ficar para trás”, exacerbando-se assim o critério econômico em detrimento aspectos ambientais e sociais.

³⁵ O termo “agricultura de pequeno porte” permite interpretações dúbias, tanto podendo estar relacionado a uma agricultura de subsistência, como a uma agricultura que se contraponha aos latifúndios, portanto, não necessariamente de subsistência. A dificuldade para esta interpretação decorre de um discurso, por vezes, bastante “panfletário”.

³⁶ Dados apresentados por Bergamasco (segundo NAVARRO, 1999. p.45-46) a partir do “I censo da reforma agrária”, demonstram que, nos assentamentos do Incra no Rio Grande do Sul, as práticas agropecuárias estavam baseadas em uma intensa utilização das técnicas de produção em “bases modernas”, tais como: uso de mecanização, sementes selecionadas, adubação química e orgânica, defensivos agrícolas, práticas de correção de solo e controle de sanidade animal. O uso de adubo químico nessas áreas atinge índices de 90,3% e de defensivos agrícolas 65%.

³⁷ Esse termo refere-se a agricultores com pouca disponibilidade de terra, aqueles que não implementaram mecanização agrícola nem utilizam insumos modernos para a produção.

Com o argumento de que não havia mais espaço para uma cooperação espontânea e isolada, que dirigia sua produção unicamente para o auto-sustento e venda dos excedentes (MST, 1989: 28-29. Caderno de Cooperação Agrícola n.5), em janeiro de 1987, no III Encontro Nacional do MST inaugurava-se uma “nova forma de cooperação agrícola”.

Acontece em fevereiro de 1989 o V Encontro Nacional do MST cujo lema é “ocupar, resistir e produzir”. No período que seguiu, a motivação para implementar a proposta de cooperação nos assentamentos passa a ser econômica, buscando acumular capital, e política, para o suporte da estrutura do Movimento (GRADE, 1999. p.161). Essa última originaria algumas lacunas dentro do Movimento – a profissionalização das lideranças, as quais irão distanciar seus discursos em relação à sua base.

Pela primeira vez formula-se linhas políticas para a organização dos assentados e para a organização da produção [...] Passamos a entender que era impossível avanços organizando a produção apenas no nível de subsistência. Isso não mexia com o capitalismo; ao contrário, ele nos excluía. Surge o desafio de fazer uma produção que envolvesse a subsistência e o mercado (MST, 1989: 31. Caderno de Cooperação Agrícola n. 5).

Consolida-se a proposta de criar o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) e as Cooperativas de Produção Agrícola (CPAs). As cooperativas representavam a principal estratégia proposta pelo Movimento para viabilizar a produção e comercialização agrícola dentro dos assentamentos. Pretendia-se promover “o avanço da ciência e da técnica para obter maior produção e produtividade e ao mesmo tempo alcançar uma vida social digna” para os agricultores assentados. (MST, 1987. Cadernos de Estudo n.11). Para Navarro (1995, p.112), a *participação comunitária* é uma iniciativa geralmente aceita pelas populações migrantes³⁸, especialmente, diante de pressões advindas da crescente redução de seus horizontes de

³⁸ Esta “cultura de participação” está presente, sobretudo entre aqueles agricultores de origem européia, resultante das condições precárias do processo de colonização vivenciado que informa sobre a necessidade de organizarem-se coletivamente para superar tais dificuldades (NAVARRO, 1995. p.112) .

reprodução. Este também foi fator contribuinte para que as proposições de cooperação agrícola – mesmo em moldes distintos – fossem adiante dentro dos assentamentos.

2. A ideologização da produção

Ao final da década de 80, a coordenação do MST se aproxima de um ideário marxista-leninista deslocando o eixo articulador de seus discursos e ações, do político-religioso para o político-econômico (STRAPAZZON, 1996). Esse processo Navarro *et al* (1999) denominou “ideologização da produção”. O discurso em favor da implantação de cooperativas inteiramente coletivizadas viria como resposta para viabilizar economicamente o crescente número de assentamentos organizados pelo MST. Em certa medida, essa mudança estratégica possibilitou maior eficácia na conquista de melhores posições nos mercados e na luta por incentivos à produção, mas de outro lado, aproximou o Movimento ao discurso hegemônico, dotando-lhe de uma posição muito próxima ao regime de economia de mercado (STRAPAZZON, 1996).

O Movimento enfatiza o caráter socialista e revolucionário da luta, deflagrando alterações significativas nas suas estratégias de ação e objetivos. Intensificam-se as metas do Movimento no sentido de integrar os agricultores assentados à economia de mercado, definindo estratégias para atingir inclusive mercados externos (GOHN, 1997, p.148-149). Fortemente inspirado por uma vertente marxista, e tendo as experiências das CPAs cubanas como referencial empírico, a coordenação do Movimento passa a defender a organização e estruturação das Cooperativas como premissa para a “superação do modelo capitalista de produção”. Passa-se então a priorizar um modelo agrícola apoiado no uso de tecnologias e

insumos modernos, cuja expectativa era competir nos mercados através da criação de empresas agrícolas coletivas³⁹.

É importante ressaltar que dentro de uma perspectiva marxista (na qual a coordenação do MST se apóia), as tecnologias não são vistas como um problema em si⁴⁰. O problema central reside na apropriação desigual dos benefícios gerados e no crescente monopólio dos meios de produção (terra e capital)⁴¹. Assim, o que importava discutir não era a própria tecnologia, mas o sistema social e econômico onde ela se encontrava. Justificava-se, assim, utilizar um arranjo tecnológico na agricultura em bases “modernas”, que aumentassem a produção e a produtividade dentro dos assentamentos, uma vez que as cooperativas garantiriam o acesso aos meios de produção e promoveriam a divisão integral dos resultados obtidos.

Com o fortalecimento das CPAs, pretendia-se promover ações como compra de insumos, contratação de assistência técnica especializada, divisão de prejuízos em caso de adversidades (secas, “pragas” e enchentes), assim como facilitar a reivindicação dos direitos dos agricultores e viabilização da comercialização dos produtos agrícolas. É no interior dessa concepção de cooperação agrícola que o MST define a sua lógica de organização e inserção da produção dos assentamentos no modo de produção capitalista.

³⁹ Este modelo estava amparado ideologicamente no modelo experimentado pela (ex) União Soviética e, sobretudo, por Cuba. O MST preconizava uma metodologia de organização de produtores conhecida como “laboratório experimental”, intensamente descrito por Moraes (1986), ex-militante das ligas camponesas, no documento intitulado “Elementos sobre a teoria da organização no campo” e amplamente difundido pelo Movimento. Esta metodologia tinha por objetivos superar os “vícios” camponeses dos agricultores assentados.

⁴⁰ Embora esta interpretação tenha gerado uma série de problemas, concorda-se com Winner (2002) ao afirmar que a tecnologia em si é neutra, porém, mediada pela sociedade.

⁴¹ Caio Prado Júnior (1966) afirma que mesmo que estas relações afetem as condições de vida do trabalhador rural “é preciso não confundir tecnologia desenvolvida com capitalismo”

Desta maneira, o MST, implicitamente, relega a segundo plano as *tecnologias alternativas* de produção, dando entender que era preciso avançar na produção e na produtividade dentro dos assentamentos, abolindo o caráter de agricultura de subsistência de inspiração camponesa, tornando-os competitivos dentro dos mercados.

A agricultura não conseguirá se desenvolver se cada assentamento ou pequeno agricultor familiar continuar fazendo tudo sozinho ou com a família. Fazendo desde o preparo do solo até a colheita. E cada um plantando um pouco de tudo e criando tudo o que for “bicho” (MST, 1997: 21. Caderno de cooperação agrícola n.5).

Para a coordenação do Movimento, a produção do camponês por ser basicamente familiar e artesanal, em que se observa uma mínima divisão social do processo produtivo, determinava um comportamento ideológico “reacionário, personalista e isolacionista” (MST, 1986. Caderno de Formação n.11), portanto, indesejável dentro dos assentamentos do MST, uma vez que desaparecia o processo produtivo que, teoricamente, deveria estar socialmente dividido. Conforme demonstra o depoimento de agricultores, os *laboratórios experimentais* se difundiram em diversos assentamentos do MST nesse período.

Nós estávamos entre onze famílias que saíram da COOPAHUL que acabou se quebrando. [risos] A idéia de ficar rico em poucos dias. Fizemos um laboratório na Conquista [assentamento]. Noventa dias fazendo curso, [...] esse tal laboratório é pra 95 [dias], pra nós participar, ver como é que nós ia fazer na cooperativa, ver que tipo de cooperativa é [...] um monte de argumento que nós ia ficar rico e tal [risos] [...] Tentamos fazer safra de feijão e milho e coisa e se quebre tudo (agricultor do assentamento Santa Elmira).

Conforme ilustrado, as cooperativas agrícolas se disseminaram em alguns assentamentos organizados pelo MST. Muitas famílias assentadas passaram a seguir uma lógica de mercado, adotando estratégias de “economias de escala” como principal forma de garantir sua reprodução e inserção nos mercados. A maioria dos agricultores assentados, no entanto, não adotaram os preceitos da cooperação agrícola e muito menos da coletivização. Os

que seguiram as orientações do Movimento foram aqueles agricultores mais jovens, com maior escolaridade e mais afinados com o discurso político do MST. As dificuldades, porém, tornaram-se evidentes, conforme demonstra o depoimento de um agricultor que foi assentado no final da década de 80.

Inventamos de fazer uma cooperativa, aí juntamos umas 40 famílias e fizemos [...] aí nós dividimos, começou a vim os projetos e nós começamos a comprar vaca, porco, aí fizemos um coletivão. Aí dividia: tantas pessoas para cuidar das vacas, tantas pessoas pra cuidar das lavouras. [E porquê acabou o coletivo?] Tinha dívida que ta loco [...] trabalhava um mês inteiro, chegava o fim do mês recebia dois, três pila. Era dívida de financiamento, de custeio, essas coisas que nós pegava e nós nunca tinha pra pagar [...] nos últimos anos já não dava, tinha que comprar milho, comprar feijão, não dava, o colono tinha que comprar tudo. (agricultor do Assentamento Santa Elmira)

A tentativa de inserção no modelo de agricultura moderna, sem considerar os aspectos ambientais e os diferentes traços culturais entre agricultores assentados, mostraram erros estratégicos responsáveis por inúmeros fracassos dentro dos assentamentos do Movimento. A especialização da produção impôs ao agricultor a tarefa de vender sua produção ao mercado fazendo com que, de outro lado, ele tivesse que comprar parte da alimentação e seus equipamentos para produzir. Isso fez com que gradativamente o agricultor fosse perdendo sua capacidade de autonomia. Em contra partida, este “fracasso” será preponderante para que, mais tarde, agricultores assentados busquem através da agroecologia restabelecer esta autonomia (mesmo que relativa) dentro do processo produtivo. Almeida (2000) inscreve a autonomia como principal manifestação contestadora em favor de uma “agricultura alternativa”.

Embora não seja o propósito aqui aprofundar as discussões acerca dos problemas decorrentes do modelo de cooperação agrícola adotado pelo MST, é importante notar que tal estratégia, como bem abordaram Vilela e Wilkinson (2002, p.220), mostrou-se insuficiente

nas atividades tradicionais de produção de grãos, levando a níveis muito baixos de renda líquida para os agricultores assentados.

Note-se ainda que, conforme ilustrado por Guanziroli (1994, p.52), grande parte do crédito destinado às áreas reformadas⁴² foram utilizados na estruturação dos assentamentos (alimentação, construção de moradia) e não para a compra de insumos. Mesmo amplamente preconizado pelo Movimento e pela assistência técnica oficial, esta base técnica moderna encontrou dificuldades para se estabelecer dentro dos assentamentos. Isso se confirma na fala deste agricultor:

Tinha muito indicativo da EMATER que tinha que comprar vaca [como o dinheiro dos projetos]. Mais vaca de qualidade né, vaca boa. Daí eles fizeram o projeto, que tinha que ser vaca boa [...] mas só que não tinha pastagem, não tinha nada. Daí o que eu disse para ele [o técnico da Emater] olha[...] com esse dinheiro o que eu ia fazer: Eu vou fazer uma casa para morar, eu não vou fazer galpão [...] É muito bonito o cara morar dentro de um barraco, ter um galpão pra botar vaca, e não ter onde morar! (agricultor do Assentamento Santa Elmira)

Segundo os agricultores assentados, as dificuldades para a implementação de uma agricultura em bases modernas decorriam da insuficiência de infra-estrutura básica para produzir, da falta de recursos financeiros para a aquisição de animais, de sementes, de equipamentos e máquinas⁴³. A assistência técnica mostrou-se inadequada para atender uma realidade de precariedade dos assentamentos, fazendo com que algumas famílias voltassem à idéia inicial das chamadas *tecnologias alternativas de produção*. Este movimento surge não só como contraponto ao pacote tecnológico da modernização da agricultura, mas principalmente frente à impossibilidade de acesso às tecnologias modernas de produção. De

⁴² Como os destinados pelo extinto Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), criado em 1986.

⁴³ A partir dos dados colhidos no “I Censo de Reforma agrária”, Navarro *et al* (1999) indicam que aproximadamente 1/3 dos assentamentos localizados no Sul do Brasil (Rio grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) possuíam uma assistência técnica deficitária. Segundo o mesmo autor, com a implantação do Projeto Lumiar, em 1997, criam-se expectativas de melhorias para esta questão.

acordo com Schimitt (2004), tais ações iniciaram com o apoio das ONGs junto aos agricultores familiares (assentados ou não) passando, posteriormente, a sofrer influência de grupos de consumidores e profissionais de origem urbana inspirados em princípios ecologistas e, mais recentemente, com a intervenção e apoio da EMATER-RS.

De acordo com Navarro (1994, p.96), na contramão do que as lideranças preconizavam, a partir do início do Procera em 1986, o CETAP⁴⁴ consegue através de convênio com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) efetivar algumas ações voltadas para o desenvolvimento de *tecnologias alternativas* dentro dos assentamentos do MST. Segundo o mesmo autor, “entre 1985 e 1988, gradualmente se formariam argumentos e compreensões divergentes acerca do ‘melhor’ formato tecnológico para os assentamentos”, fazendo com que o CETAP fosse reduzindo, paulatinamente, sua presença técnica nas áreas reformadas, especialmente após o término do convênio referido, mantendo suas ações apenas a grupos de agricultores receptivos às suas propostas.

De acordo com Navarro (1996), é apenas a partir da década de 90 que se consolidam alguns focos de agricultores assentados receptivos às alternativas tecnológicas. Antes disso, algumas ONGs tentaram – e pouco conseguiram – praticar algumas ações dentro dos assentamentos de reforma agrária. Grande parte dos agricultores, e de grande parte das lideranças do próprio MST – inspirados em princípios de coletivização e estruturação interna das cooperativas similar à “grande propriedade empresarial” – mostraram-se impermeáveis a tais tecnologias, evidenciando suas preferências para um modelo muito próximo ao difundido pelo “pacote tecnológico da revolução verde”. Estas preferências podem ser explicadas pela matriz ideológica do Movimento, que se empenhava em organizar agricultores em

⁴⁴ Os profissionais do Cetap eram responsáveis, no estado do Rio Grande do Sul, pela assistência técnica dada aos agricultores que recebiam os recursos do Procera (NAVARRO, 1995, p.96)

cooperativas para acessar as tecnologias e insumos modernos, quanto (e principalmente) pelas *expectativas modernizantes* dos agricultores assentados, advindas da sua experiência de escassez, que segundo Paulilo (1994), os informava sobre a necessidade de não “ficar novamente de fora”.

A década de 90 é marcada pela criação de várias Cooperativas dentro dos assentamentos visando contornar tais dificuldades. No Rio Grande do Sul, é constituída a Cooperativa Central de Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCEARGS), a primeira Cooperativa de Central de Reforma Agrária, a qual constituía-se numa estratégia político-organizativa e econômica para o Movimento. Reafirma-se dentro do MST a proposta de fortalecimento das cooperativas quando é criada, em maio de 1992, a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária (CONCRAB). A finalidade seria organizar a produção nos assentamentos do MST, com atividades voltadas para a assessoria, assistência técnica e acompanhamento da organização dos agricultores ligados ao Movimento, representando-os politicamente e juridicamente (MST, 1997. Caderno de Cooperação Agrícola n.5). As preferências ideológicas da CONCRAB voltaram-se para a coletivização das atividades dentro dos assentamentos.

Mesmo que no interior dos assentamentos a base técnica moderna estivesse, ainda, longe de concretizar-se – devido à insuficiência de recursos e capital – a especialização da produção e seu conjunto de aparatos técnicos foram amplamente defendidos pela assistência técnica oficial e pelo próprio Movimento. Durante um longo tempo, apoiou-se a reprodução do padrão de monocultivo dominante, trazendo todos os problemas produtivos, ambientais e sociais relacionados a este modelo.

Paralelo a isso, os eventos e materiais organizados pelo Movimento denunciavam os problemas sociais e ambientais que o modelo agrícola estava gerando. Entretanto, as estratégias de “economias de escala” continuavam sendo defendidas pelo Movimento com o objetivo de contornar os problemas de produção e comercialização e inserir os agricultores nos mercados.

Contraditoriamente, os veículos de informação produzidos pelo Movimento (ver MST, 1991. Documento básico do MST) estimulavam o uso de tecnologias alternativas, atacando as tecnologias “impostas pelas multinacionais” e a assistência técnica oficial, principal difusora dos “pacotes tecnológicos modernos”. Instigavam a valorização do conhecimento do agricultor e das práticas tradicionais, alertando sobre os problemas com a saúde dos agricultores e consumidores causados pelo “uso abusivo de agrotóxicos”, e indicavam a necessidade de avaliar as reais necessidades de uso destes insumos e as possibilidades de produção de acordo com a realidade ambiental de cada região.

Assim, o Movimento versava sobre uma “agricultura alternativa” ao mesmo tempo em que, inversamente, estimulava a implementação de estratégias de produção em escala, investindo numa “agricultura moderna”. Explicar este paradoxo reside em perceber que a experiência da escassez vivida pelas famílias assentadas permite que parte das lideranças do Movimento dê sustentação – enquanto os agricultores estivessem estruturando suas cooperativas – à adoção de um “modelo alternativo de produção”. Este modelo cumpriria papel complementar no processo de inclusão social promovendo segurança alimentar através da diversificação da produção e uma certa estabilidade econômica para estas famílias ao garantir a produção dentro dos assentamentos.

Assim, o MST provaria a viabilidade de uma reforma agrária no País, desencadeando alianças e apoio para a sua luta. Para o Movimento, os assentamentos são a vitrine do MST, corroborando para estabelecer alianças importantes para o fortalecimento de suas lutas (MST 1997, p.12. Caderno de Cooperação Agrícola n.5). Desse modo, o que num primeiro momento parece um contra-senso, começa a fazer sentido.

No período que compreendeu 1989/93, o Movimento preocupa-se em denunciar a utilização de “insumos modernos” para a expansão de culturas homogêneas com objetivo de exploração industrial e exportação, assim como da utilização irracional de recursos naturais, prejudicando a conservação dos solos e o equilíbrio do meio ambiente (MST, 1991. Documento básico do MST). Mas, ao mesmo tempo, estimula ações direcionadas para a “mecanização em todas as atividades possíveis visando o aumento na escala de produção” (MST, 1991, p.59. Documento básico do MST).

Poucas e isoladas foram as iniciativas de construção deste “modelo alternativo” de produção. A regra foi continuar priorizando uma agricultura “moderna” através do fortalecimento das CPAs, conforme explicitado em matéria publicada pelo Movimento relativa à organização da produção de um assentamento.

Está decidido a usar os recursos do Proceara na compra de uma ensiladeira e na construção de uma plataforma de leite. Mas vem causando polemica a idéia de fazer um condomínio utilizando um dos lotes de um assentado para concentrar a criação de vacas de leite. Embora seja a solução que tornará mais eficiente e viável a produção. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Nov/1995)

Se em nível nacional o Movimento indicava para a “utilização de tecnologias adequadas e um modelo de produção alternativo”, as lideranças locais e regionais, com algumas exceções, consideravam essa uma agricultura *atrasada*, de subsistência, portanto,

com pouca relevância econômica. Esse descompasso se deve, basicamente, pela transição na orientação nacional para estas questões, às quais não foram acompanhadas por parte das lideranças locais, formando uma camada intermediária (atuante nos espaços dos assentamentos) que se manteve fiel à proposta de “modernização da agricultura” e à “cooperação agrícola”.

É interessante ressaltar que segundo Gonh (1997, p.28-29):

A profissionalização ou “liberação” (estar apenas a serviço do movimento) produziu efeitos contraditórios. Criou uma camada de dirigentes que cada vez mais se distanciou das bases dos movimentos, se aproximou das ONGs e se ocupou em elaborar pautas e agendas de encontros e seminários (nacionais nos anos 80 e internacionais nos anos 90). Fora das agendas dos encontros outra prioridade eram as eleições.

Na década de 90 a agenda do Movimento se amplia, passando a integrar a coordenação de vários eventos em conjunto com as mais importantes organizações populares do campo e da cidade, ONGs e entidades que se propunham a discutir os problemas da sociedade moderna. Com isso, embora a imagem do Movimento estivesse em consonância com entidades ambientalistas nacionais e internacionais, dentro dos assentamentos a realidade é bastante diferente, reflexo de uma formulação teórica que chega ao agricultor (base) e às lideranças locais de forma muito incipiente e que apenas recentemente, traduz-se em mudanças no comportamento desses atores.

A Conferência Internacional “Terra, Ecologia e Direitos Humanos”, que aconteceu em maio de 1992⁴⁵, teve a participação de várias entidades, entre elas o MST, originando um

⁴⁵ Nesta conferência, muitas agências de cooperação internacional com viés ecológico estão presentes. Fazem parte da coordenação do evento o Departamento Nacional do Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT), a CPT, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), CETAP, Rhight Livelihood Award Foundation (Fundação Prêmio Nobel Alternativo), entre outros. A meta era manifestar a opinião destes setores em relação aos debates que aconteceriam em junho de 1992, no Rio de Janeiro, na Conferência sobre

documento que deveria balizar as ações dos agricultores assentados do Movimento. Nela são apresentadas as principais idéias sobre “o sistema de miséria, exploração e opressão existente nesses países [pobres] e sobre a destruição do meio ambiente” (MST, 1993, p.05. Terra, meio ambiente, direitos humanos).

O documento foi criado para ser debatido massivamente dentro dos acampamentos e assentamentos do MST. As reflexões que propõe englobam a pobreza e a destruição do meio ambiente como tendo raízes no “modelo industrial capitalista”, cujas tecnologias propostas são uma “armadilha para explorar e dominar ainda mais os países e as populações pobres”. As pequenas propriedades rurais deveriam priorizar a produção de alimentos para o “povo”, diferentemente das grandes propriedades que produzem “culturas extensivas para a exportação”. As grandes empresas e os projetos agropecuários representam um risco para o ambiente pois esta “produção predatória” visa apenas o “lucro fácil e rápido.” (MST, 1993, p.14-15. Terra, meio ambiente, direitos humanos).

A divulgação do relatório FAO/Incra, em 1994, desencadeia o debate acerca da produção familiar e sua relação com o desenvolvimento econômico nas áreas de reforma agrária no Brasil. De acordo com Wilkinson (2004), a partir de então, a agricultura familiar é apontada como alavanca de “um modelo econômico, ao mesmo tempo, mais equitativo (na distribuição de renda) e mais eficiente (no abastecimento alimentar mais barato).” Nessa mesma direção a tese de Abramovay (1992), dá as bases teóricas para que a agricultura familiar deixe de ser pensada como sinônimo de pequena produção, de certa forma, “rompendo” sua relação com o conceito de campesinato. Isso tem reflexo dentro do discurso do próprio Movimento, que passaria a dar credibilidade para a agricultura familiar,

respeitando suas características particulares. Ou seja, sua capacidade de permanecer na atividade produtiva gerando renda monetária através das atividades de subsistência casada com outras atividades (mercantis) de inserção na economia local.

No III Congresso Nacional do MST, em 1995, o Movimento adota o lema “reforma agrária: uma luta de todos”. Era o indicativo de que o Movimento estaria buscando o apoio para sua luta em outros setores da sociedade civil organizada, pactuando alianças estratégicas, que dariam ao Movimento visibilidade nacional e internacional e, conseqüentemente, força na implantação de seu projeto político.

A Via Campesina, entidade que congrega organizações camponesas de todo o mundo, entre elas o MST, é criada nesse mesmo ano durante os debates sobre os 500 anos de resistência da América Latina. Em Congresso realizado na América Central, define seu objetivo central como sendo o de “articular o pensamento e interesses camponeses nos fóruns onde estão sendo tomadas as decisões” sobre as questões que permeiam o desenvolvimento da agricultura e os problemas decorrentes da entrada do capitalismo no campo (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, dez/1996. p.16).

No Brasil, o MST denuncia as políticas neoliberais do governo federal, que estaria ocupado em implementar políticas de subordinação da economia brasileira ao capital internacional e financeiro, promovendo o desmonte do setor público agrícola – de pesquisa, extensão, crédito e regulação de estoques (MST, 2001. Construindo o Caminho). Em um contexto⁴⁶ em que os movimentos populares brasileiros empenham uma campanha contra

⁴⁶ O governo de FHC perdurou de 1994 a 2002. Em 1996, o governo anuncia a intenção de privatizar a Companhia Vale do Rio Doce, desencadeando entre os movimentos populares uma campanha contra a privatização de empresas estatais (CONDE, 2004, p.304) e pela manutenção dos recursos naturais como um bem da humanidade. Em fevereiro do mesmo ano é aprovada pelo senado a “Lei da propriedade industrial”,

determinadas ações governamentais, o MST, através de matéria produzida pelo seu Jornal “Camponeses do Mundo todo se unem contra o Neoliberalismo” (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ago/1996) norteia as ações que seguiriam.

É um período em que desencadeiam, em todo o mundo, ações contra uma globalização que traz implícita a ideologia neoliberal. Dentro do discurso do MST são articulados elementos políticos, econômicos, sociais, culturais que marcariam sua trajetória, influenciando, definindo e/ou fortalecendo as estratégias políticas que seriam adotadas pelo Movimento para contrapor-se às ações neoliberais.

Nesse sentido, a busca pela democratização da propriedade da terra, da tecnologia e dos mercados; a oposição à apropriação dos recursos naturais por empresas privadas; as ações contra a privatização de materiais genéticos, especialmente, contra a lei de patentes no Brasil; a defesa da autonomia alimentar; e a luta pelo fim das políticas de exportação para geração de divisas visando o pagamento da dívida externa dos países pobres, são parte do discurso e de ações do MST contra as políticas neoliberais em andamento.

Na II Conferência da Via Campesina, em 1996, os integrantes do MST se organizam para participar do Fórum das ONGs, evento que aconteceria paralelo ao encontro da FAO. Na avaliação dessa conferência Paul Nicholson, representante Basco na Via Campesina, afirma: “antes era muito comum as ONGs falarem pelos movimentos, mas depois desse encontro a nossa voz saiu mais fortalecida”. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ago/1996) .

permitindo o patenteamento das novas sementes “transgênicas” a serem lançadas no mercado (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mar/1996). O MST assume uma posição de denúncia e contrariedade ao uso de transgenia na agricultura.

Aparecem indicativos de que a relação entre ONGs e movimentos sociais apresenta-se de certa forma conflitiva.

O MST participa, através da Via Campesina, do Fórum das ONGs que acontece paralelamente à Conferência Mundial de Alimentação organizada pela FAO em 1996. Egidio Brunetto, dirigente do MST, em entrevista afirma que:

O documento das ONGs aprovado no fórum é ambíguo pois tem algumas posições importantes, mas outras complicadas. Nós defendemos soberania alimentar e não segurança alimentar. Soberania passa pela questão do acesso à terra. Segurança significa que não serão necessariamente os camponeses que irão produzir e o que nós queremos é uma agricultura com camponeses. Há também a questão da Reforma agrária pois os documentos das ONGs a tratam de uma forma muito superficial, sem abordar o problema com a profundidade que merece. (MST. Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. dez/1996)

Com isso, o MST ao mesmo tempo em que articula elementos comuns em seus discursos, incorporando novos elementos que considera em consonância com a sua bandeira de luta, mantém um certo clima de disputas e diferenças. Afirma que as ONGs, embora se apresentem como modernas e renovadas, contém elementos dissonantes. A explicação para isso pode ser encontrada no próprio papel das ONGs, que se colocam como mediadoras entre a sociedade – excluída ou à margem do processo de desenvolvimento socioeconômico –, o mercado e o Estado, atuando por meio de parcerias em políticas públicas (GONH, 1997, p.52). Ou seja, as ONGs são instituições privadas – embora sem fins lucrativos – formuladoras, articuladoras e executoras de projetos demandados pela sociedade. Diferentemente dos movimentos que atuam na linha da militância, as ONGs muitas vezes, pouco se preocupam com as questões ideológicas ou político-partidárias, mas sim com a eficiência das ações e o êxito dos projetos demandados.

As reivindicações centrais da Via Campesina referem-se à não utilização do alimento somente como artigo de compra, venda e acúmulo de capital; pela defesa incondicional dos recursos naturais como um bem da humanidade; e contra a lei de patentes que acabaria com o controle dos países pobres sobre seus recursos naturais. Reafirma ainda a necessidade de internacionalização das lutas e de ocupar os espaços públicos para a denúncia das políticas neoliberais. A posição do Movimento pretende aproximar possíveis aliados na sua luta sem, no entanto, desviar-se de suas questões políticas centrais.

Hoje com a globalização da economia especialmente com a globalização da fome, os camponeses tem mais necessidades de ocupar os espaços de forma inteligente. Como estamos organizados e concordamos nos principais pontos, mostramos claramente nossa posição, tanto na conferência da FAO, como também na conferência paralela e na imprensa internacional. (MST. Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. dez/1996).

Em abril de 1997 acontece a Marcha Nacional por terra, emprego e justiça. A caminhada iniciou em três diferentes pontos do país em direção a Brasília e durou dois meses. A chegada de mais de trinta mil pessoas na capital, no dia 17, um ano após o Massacre de Eldorado de Carajás⁴⁷, repercutiu nacionalmente, tornando-se o principal assunto da mídia (MST, 1998. Caderno de formação n.30, p.48.). Essa foi uma estratégia que reforçou a visibilidade nacional e internacional do MST. O Movimento Sem Terra torna-se conhecido internacionalmente, desencadeando apoio dos mais diversos segmentos da sociedade na luta pela terra. Entram em cena mediadores políticos que, embora não alterem seu eixo principal de luta, vão influenciar o discurso dos dirigentes do MST. A aproximação do MST com instituições ambientalistas faz com que intensifique seu discurso em favor de iniciativas para “um modelo alternativo” de produção, englobando aí o uso do termo agroecologia. Para

⁴⁷ Em 17 de abril de 1996 ocorre um massacre em Eldorado dos Carajás, no estado do Pará, onde 19 sem terras são mortos e 69 feridos durante a Marcha por emprego e reforma agrária. Esta data torna-se dia internacional de luta camponesa no calendário do MST (CONDE, 2004, p.301).

reforçar estas mudanças o Movimento toma, mais uma vez, como referência o exemplo de Cuba, conforme demonstra documento publicado pelo Movimento.

O bloqueio econômico imposto pelos EUA deu origem a uma nova transformação na agricultura cubana. Hoje Cuba conta com mais de cem mil juntas de boi e a adubação orgânica ocupa um lugar de destaque substituindo os herbicidas. Cuba tem seus maiores avanços no controle biológico de pragas, começando a aumentar a produtividade. Esta capacidade de rever o processo sem perder a dimensão socialista é que permite que as conquistas da revolução sejam intocáveis. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. jun/1996).

A criação da BioNatur em 1997 é, sem dúvida, um marco importante na história do MST. Sua constituição inicia em meados de 1993, quando alguns agricultores assentados na região da Campanha do estado do Rio Grande do Sul, que produziam sementes de hortaliças de forma integrada com Empresas privadas, passam a ser excluídos dos sistemas de integração – por serem considerados “menos eficientes”. Para o Movimento a criação da BioNatur, além de uma estratégia econômica importante contém um fundo político, demonstrando a possibilidade de contrapor-se ao monopólio que as empresas multinacionais haviam estabelecido frente ao mercado de sementes (CORREA, 2004). No entanto, mesmo discutindo-se a importância estratégica que a BioNatur constitui para os agricultores e para o Movimento, grande parte das famílias assentadas na região mantiveram-se produzindo de forma integrada com empresas privadas. Os dados apresentados por García (2004) indicam que na atualidade existam aproximadamente 55 famílias assentadas que através da BioNatur produzem sementes ecológicas de variedades locais, tradicionais e comerciais de diferentes espécies de hortaliças. Isso representa um universo muito pequeno, se considerarmos que o número de famílias assentadas na região é superior a 2000, mas reforça a idéia de que a concepção de que o modelo baseado em cooperativas e produção em escala para viabilizar os assentamentos já não é mais hegemônico no interior do MST.

Paralelo a isso, em novembro de 1999, o MST lança no Rio de Janeiro o *Projeto de formação e educação ambiental* e espera com isso adotar “uma reforma agroecológica” em 6 assentamentos desse estado, criando “um novo modelo de agricultura que seja produtivo socialmente, não excludente e que assegure a preservação ambiental” (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, dez/2000. p.07)

3. A influência do Estado na implementação da agroecologia

Com o apoio massivo dos Movimentos Sociais organizados (incluindo o MST) e de outros segmentos da sociedade (sindicatos de trabalhadores), em 1998, Olívio Dutra é eleito governador do Estado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Assumindo o cargo em 1999, cria mecanismos de regulação e gestão pública do Estado, articulando políticas que redefinem os caminhos do desenvolvimento, capazes de incluir os segmentos que historicamente foram marginalizados na sociedade. Na agricultura, há reestruturação das instituições de pesquisa e extensão⁴⁸ agropecuária, assim como, políticas de crédito voltadas para a construção de um modelo agrícola com bases na agroecologia e na agricultura familiar, passam a ser prioritários.

Com o apoio do governo do estado, em 2001, é realizada a I Conferência Estadual de Reforma Agrária, demonstrando que se inaugurava uma espécie de trégua, um diálogo entre Movimentos Sociais e Governo. Nesse quadro, a partir da promoção de encontros e palestras, dentro dos acampamentos e nos assentamentos do Movimento, os agricultores passam a ser orientados a construir uma matriz produtiva com base na agroecologia. Os assentamentos

⁴⁸ Caporal (2002) relata o processo transição agroecológica que vem ocorrendo no meio rural do estado do Rio Grande do Sul, e que, no período de 1999-2002, contou com a iniciativa dos trabalhadores da empresa de Extensão Rural oficial deste estado, a EMATER/RS.

criados nesse período tiveram maior apoio do Estado (através de políticas de crédito e da assistência técnica oficial) e do Setor de Produção e Meio-ambiente do MST.

Partindo-se das idéias de Moreira (1999. p.37), ao afirmar que “a modernização tecnológica não passa apenas pela adoção de determinadas tecnologias disponíveis em um determinado momento na história, mas igualmente pelo jogo dos interesses econômicos e pelo jogo político que é articulado na consecução desses interesses econômicos”, pode-se afirmar que este governo, teve importante papel na construção das proposições agroecológicas nesse período. Nesse sentido, as políticas públicas de incentivos, a exemplo o crédito agrícola, que historicamente priorizaram a grande propriedade, se deslocam para iniciativas em favor da agricultura familiar e de uma agricultura alternativa ao modelo dominante. Este processo acabou refletindo dentro dos assentamentos do MST, permitindo avanços no debate em torno das questões que envolvem a agroecologia e na implementação destas propostas, conforme verificado nas entrevistas.

Daí surgiu essa área aqui do governo que era para ser um assentamento coletivo e agroecológico [Quem definiu?] Quem definiu foi o governo e o Movimento né?! Porque era perto de uma cidade grande [...] tinha critérios para concorrer para essa área. (agricultor do assentamento Carlos Marighella)

Nesse meio apareceu essa área do governo do Estado que foi definida pra um grupo coletivo e a gente tinha na cabeça de produzir agroecológico[...] mas pra nós a gente não tinha bem claro o que era produzir agroecológico a gente entendia a questão de não prejudicar o ambiente[...] de comer tudo sem veneno[...] a intenção de produzir produto saudável pra sociedade próximo de nós[...] a população mais deficitada, melhor preço[...] essas coisas. (agricultor do assentamento Carlos Marighella)

Nesse caso, a definição do modelo tecnológico a ser adotado pelos agricultores que ocupariam a área aconteceu em conjunto com o governo do estado e o MST. Dentro do acampamento, o grupo estava formado e o projeto estava em consonância com os critérios

pré-estabelecidos. Note-se ainda o apoio através de créditos orientados para a produção agroecológica.

Daí veio o recurso, dinheiro pra calcário, dinheiro pra esterco orgânico. Veio pelo governo. (agricultor do assentamento Carlos Marighella)

A partir de então, no Rio Grande do Sul, são efetivadas ações com finalidade de fortalecer iniciativas em favor da agroecologia. As ações do Estado dão suporte às propostas agroecológicas através da criação de linhas de crédito e da reestruturação, mesmo que precária, da assistência técnica oficial. Parte dos técnicos da Emater passam a encampar as práticas agroecológicas e buscar, junto com os agricultores, tecnologias alternativas de produção.

Nós buscamos os técnicos da EMATER e na verdade eles também entraram na experiência. Porque na faculdade, na universidade não se ensina muito isso, o que se ensina é químico, é tudo para aquele lado, né[...] então a agroecologia é uma experiência nova. (agricultora do assentamento Carlos Marighella)

4. Ampliam-se ações em favor da agroecologia

Se antes as ONGs foram a única voz que se somou àquelas dos agricultores que por diferentes razões não adotaram as “tecnologias modernas” de produção, agora, o Movimento (especialmente através de suas lideranças) e a assistência técnica oficial (Emater) passam a dar credibilidade para estes agricultores. Conforme a pesquisa indica, mesmo que desde meados da década de 90 o Movimento já dê sinais (em seu discurso e documentos) da necessidade construir um modelo alternativo de produção, é apenas recentemente que são verificadas algumas mudanças nesse sentido dentro dos assentamentos.

Falar na coordenação [do movimento]. Às vezes discutem lá em cima na região [...] várias vezes vem sobre isso [agroecologia] também. A nossa feira tava indo mal por que não tinha [...] muita vontade das lideranças do Movimento dando uma força, um apoio. A gente queria que [os técnicos do

CETAP], eles retornassem discutindo, cada mês mostrando um pouco [...] e eles [lideranças do Movimento] não davam a mínima importância. (agricultor do assentamento Santa Elmira)

A BioNatur também. Tinha um esquema de tantas famílias tocando, mas não tinha aquela importância pro Movimento. Agora o Movimento se botou a trabalhar junto. É mais ou menos um ano pra cá [2003 para 2004], não chega a fazer um ano. Então eles começaram a dar importância. É coisa que não tinha antigamente,[...] eu nem participava disso. Era um bloquinho, eu participava aqui, levava para coordenação do grupo da semente [da BioNatur] e hoje não. (agricultor do assentamento Santa Elmira)

Este parece ser um importante indicativo de mudanças nas bases do Movimento, podendo desencadear transformações efetivas dentro dos assentamentos do MST. Mais recentemente, no III Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre em 2003, o MST em conjunto com a Via Campesina lança uma campanha internacional, intitulada: “Sementes: Patrimônio da Humanidade”, cujo objetivo é:

Garantir o direito a todos os agricultores familiares a produzirem suas próprias sementes, de forma individual ou na sua comunidade – como é feito na Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados (COOPERAL) no estado do Rio Grande do Sul - além, é claro, de denunciar as empresas multinacionais que querem controlar a produção de sementes no mundo e pressionar para que a FAO e a UNESCO declarem as sementes como Patrimônio Cultural de toda a Humanidade. (GARCÍA, 2004)

Esse tema passou a ser debatido tanto dentro dos assentamentos – entre lideranças locais – quanto nacionalmente pelo MST desencadeando, no final de 2003, um projeto chamado Diagnóstico Participativo de Biodiversidade nos Assentamentos e, simultaneamente, na construção de uma rede nacional de produção de sementes ecológicas baseada na experiência da BioNatur (GARCÍA, 2004).

Acontece em maio de 2003 a II Jornada de agroecologia com o tema “Terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos”. Foram três dias de debates, oficinas e mobilização “contra os transgênicos e pela construção de um projeto popular para a agricultura e o Brasil”, que culminou com a destruição de uma estação experimental de soja transgênica no estado do RS

(Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mai/2003. p.06). Esta ação política vem reforçar a posição do Movimento contrária aos transgênicos e em favor da agroecologia. A partir de então, começam a acontecer mudanças no comportamento de lideranças locais que até então consideravam a agroecologia (ou a produção com baixo uso de insumos) como secundária dentro dos assentamentos do Movimento. O MST intensifica sua participação na organização de Encontros, Jornadas e Congressos voltados para a temática do desenvolvimento sustentável e da agroecologia visando:

Promover a troca de conhecimentos técnicos e de experiências de manejo agroecológico entre os agricultores e debater, em conjunto com os movimentos sociais, as diretrizes do projeto popular para a agricultura, incluindo o combate aos transgênicos, as organizações dos trabalhadores do campo, a educação e a cultura camponesa (MST. Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. jun/2004).

Em 2004, a III Jornada de Agroecologia tem por tema “Construindo um Projeto Popular e Soberano para a Agricultura Camponesa”. Essa jornada foi promovida por 21 entidades (entre elas o MST), possuindo como objetivo a implementação de um "projeto popular soberano para a agricultura camponesa, fundamentado na agroecologia".

Os integrantes da atividade reafirmam a luta por uma terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos e criticam a instituição da propriedade da terra pelo capitalismo, que causou o processo de apropriação privada da natureza, sua contínua degradação, a escravidão e exploração dos povos, rompendo os milênios de convivência equilibrada dos povos com seu ambiente (MST. Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. jun/2004).

Pode-se relatar um número considerável de eventos organizados ou apoiados pelo MST em favor de uma agricultura alternativa, especialmente as “Jornadas de Agroecologia”, nos últimos anos. O MST articula-se com outras entidades, mobilizando-se em favor da agroecologia que, segundo ele, é uma realidade viva e em construção pelos povos das mais diferentes etnias e culturas.

A partir dos últimos Congressos do MST, quando é construído um documento intitulado um *Projeto Popular para o Brasil*, o MST evidencia não restar dúvidas sobre a reforma agrária constituir-se o eixo central para a transformação social do País, apontando a agroecologia como o “caminho para a reforma agrária e para a agricultura familiar”, conforme indica a fala de Plínio Arruda Sampaio.

Essa produção ampliada de produtos alimentares não poderá ser realizada com as técnicas atuais (os pacotes tecnológicos fornecidos pelas indústrias), uma vez que isso acarretaria num grau de poluição simplesmente insuportável. Contudo, uma produção mais natural, menos produtiva, mas também menos cara e menos agressiva ao meio ambiente, subverte a lógica de funcionamento das empresas que dominam atualmente o setor. (SAMPAIO, 2001. p.17).

Na avaliação de Correa (2004), membro da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a luta pela terra já é uma luta pela sustentabilidade. Segundo ele:

O acesso aos recursos naturais por toda a humanidade é a única forma de preservar estes recursos. A reforma agrária, a agroecologia e o desenvolvimento sustentável são lutas que se complementam, uma não existe sem a outra. [...] Os produtos convencionais e ecológicos não são questionados no mercado internacional, como ocorre com os alimentos geneticamente modificados. O lobby destas grandes empresas não pode nos forçar a abrir mão desta posição privilegiada (CORREA, 2004)

Embora até aqui estejamos realçando os contrastes e antagonismos que abrangem a agroecologia e o projeto do MST, é preciso salientar que ambos orientam-se pela contestação de um modelo excludente de desenvolvimento. A agroecologia assume uma importância estratégica para o Movimento, apontando para busca de um caminho mais autônomo – para os agricultores assentados – no interior do sistema econômico. Entende-se que estes sejam os elos que permitem vincular a agroecologia a um projeto mais amplo de transformação da sociedade, mesmo considerando seus limites para isso.

Para Castells (1999), a prática discursiva dos movimentos sociais são sua autodefinição, ou seja, o movimento é aquilo que ele diz ser. Cabe ressaltar, entretanto, que o discurso do MST tornou-se sofisticado para as questões ambientais, mas mostrou-se pouco eficiente em ações nas áreas reformadas, uma vez que o número de assentamentos que efetivamente trabalham nessa perspectiva ainda é bastante reduzido, embora crescente, havendo uma multiplicidade de arranjos produtivos-tecnológicos sendo implementados nesses espaços.

O estudo realizado por Leite *et al* (2004. p.204-205) em assentamentos de reforma agrária distribuídos em cinco regiões distintas do Brasil, dá uma panorama geral no que se refere ao uso de insumos e perfil tecnológico nessas áreas. Os dados revelam que 60% dos lotes (do total de famílias assentadas pesquisadas) utilizam insumos químicos, incluindo o uso de agrotóxicos (41%), medicamentos veterinários (42%) e fertilizantes químicos (37%). Apenas 18% dos entrevistados declarou não utilizar qualquer tipo de insumo⁴⁹ e aproximadamente 50% dos entrevistados utilizou apenas um ou dois tipos de insumos (especialmente sementes/mudas compradas). Quando se toma como base a região localizada no Sul do Brasil (oeste de Santa Catarina) os números se ampliam. O uso de insumos⁵⁰ atinge patamares de 90% (especialmente para o uso de semente/mudas) no total de lotes pesquisados. Em 80% dos lotes, são usados insumos veterinários, aproximadamente 65% utilizam fertilizantes químicos e quase 60% utilizam agrotóxicos. O emprego deste último está associado, especialmente, ao cultivo do fumo. Estes números vêm confirmar a afirmativa de que ainda são poucos os assentamentos que utilizam na sua base produtiva os preceitos de uma agricultura alternativa.

⁴⁹ Estes dados referem-se à safra de 1998/99.

⁵⁰ A exceção fica nos lotes de Dionísio Cerqueira que não registram utilização de agrotóxicos, chegando ao extremo, em São José do Cedro/SC, onde 100% dos lotes pesquisados utilizam agrotóxicos.

Recentemente alguns assentamentos, alguns grupos ou mesmo algumas famílias assentadas passam a orientar suas atividades para a produção com bases na agroecologia, entretanto, é preciso ressaltar que as práticas utilizadas pelos agricultores assentados nem sempre estiveram em consonância como o discurso veiculado pelo Movimento. Mesmo quando as orientações centraram-se na adoção do “padrão de agricultura moderna” para estas áreas, isso não se consolidou. Da mesma forma, quando o foco central do discurso foi a defesa de uma “agricultura alternativa”, e a utilização de “tecnologias alternativas de produção”, poucas e isoladas foram as ações nesse sentido dentro dos assentamentos do MST. Fica evidente que as orientações políticas do Movimento para a produção dentro dos assentamentos, embora se constituam num elemento importante, muitas vezes, não representam força capaz de alterar a referência dos agricultores assentados na definição das atividades produtivas⁵¹.

Para compreender as motivações em efetivar mudanças na forma de agir e pensar a agricultura nesses espaços é preciso que estas mudanças sejam olhadas na sua complexidade, ressaltando características particulares que permitiram avanços nas proposições agroecológicas. Ou seja, perceber quais as reais motivações dos agricultores em utilizar (ou não) a agroecologia dentro dos assentamentos, torna-se elemento central para auxiliar em tais transformações. Este tema será discutido no capítulo seguinte.

⁵¹ Para exemplificar, pode-se recorrer ao estudo realizado por Leite *et al* (2004), que aponta os principais produtos em participação no Valor Bruto da Produção Agropecuária em relação ao VBP total em assentamentos da região Oeste de Santa Catarina. Nesse caso, milho, feijão, fumo e soja, são os cinco principais produtos vegetais cultivados nessa região. Produtos como milho e feijão, representam uma importância estratégica para estes agricultores, pois assumem um duplo sentido (comercial e autoconsumo). Já o fumo, constitui-se (nesse estudo) o terceiro produto de maior valor bruto da produção (em % do valor da produção). Estes dados indicam que diferentes –e diversas – referências são articuladas pelos agricultores a fim de orientar suas atividades produtivas dentro dos assentamentos.

CAPÍTULO III

Entre as virtudes do discurso e os desafios da prática

Pretende-se neste capítulo, ao dialogar com os atores envolvidos, descortinar as motivações que impulsionam agricultores assentados a construir uma proposta produtiva-tecnológica com base na agroecologia. As questões orientadoras são: o que figura por trás dos discursos do conjunto de agricultores assentados que utilizam a agroecologia como referência na atividade produtiva, quais as intenções e as necessidades que os levam a aderir a esse *novo modelo* de agricultura.

Ressalte-se que, embora a influência do MST seja fundamental nesse processo, o agricultor assentado sustenta, ainda, outras referências para implementar estas mudanças. Para Lamarche (ano, 230) a maior parte das explorações familiares situam-se

(...)em diferentes graus de autonomia em relação ao mercado e em diferentes níveis de atuação, trazendo uma grande diversidade na composição desse segmento. A coexistência de unidades produtivas, com diferentes dinâmicas internas, inibe uma explicação geral para o funcionamento da produção familiar.(LAMARCHE, 1998. p.230)

No caso estudado e em consonância com o apresentado com Lamarche (1998), a atividade produtiva orienta-se fortemente pela lógica familiar, buscando superar a dependência externa, principalmente no que diz respeito às tecnologias. Muitas vezes, estes agricultores orientam suas ações tomando como parâmetro experiências vivenciadas, encontrando aí respostas para a construção do novo. O agricultor familiar assentado monta, assim, o contraponto que o protege do que julga ser as ameaças do presente. A agroecologia é apresentada, assim, como possibilidade de contornar os efeitos da modernização da

agricultura, lugar de reavivamento onde atividades e valores perdidos no processo de modernização da agricultura são retomados e ressignificados.

Estas atividades, no entanto, somente são recuperadas pelos agricultores assentados quando elas passam a representar uma vantagem, ou seja, quando são “valorizadas” na sociedade, perdendo sua conotação negativa e, assim, tomando um novo significado para estes agricultores. A prática discursiva dos assentados aponta, de um lado, para aspirações de mudanças nos paradigmas da sociedade moderna, mas, de outro, busca a inclusão e manutenção das famílias assentadas no interior do tecido econômico e social. O movimento em direção à agroecologia dentro dos assentamentos deve ser compreendido tanto pelo seu lado inovador, por aquilo que ele contém enquanto proposta de uma nova sociedade, mas igualmente por aquilo que – supostamente – tem de continuidade. Ou seja, pelos traços contidos na herança cultural destes agricultores que os identifica enquanto agricultores marginalizados. Esta última é a principal referência para efetivar mudanças no seu modo de agir, os informando sobre a necessidade de mudanças – renovação – para garantir a sua manutenção na atividade produtiva.

Este capítulo propõe debater o tema a partir destas duas dimensões que se entrecruzam constantemente: 1) os assentamentos de reforma agrária enquanto espaços privilegiados de configurações sociais singulares, fruto de situações de rupturas e luta; 2) os traços que identificam os assentados enquanto agricultores familiares – historicamente marginalizados – e que determinam comportamentos específicos entre estes indivíduos. Essas duas facetas nunca aparecem separadas, ao contrário, militante e agricultor são figuras indissociáveis, uma vez que seus discursos articulam – mesmo que precariamente – um conjunto de elementos

(sociais, econômicos, ambientais) que tornam as ações – em favor da agroecologia – “harmônicas” com os ideais do Movimento.

O desafio está não somente em romper esta superficialidade, revelando a ambigüidade que vive este agricultor ao orientar ações simultâneas de resistência e reinserção no tecido econômico, mas principalmente trabalhar com o real, percebendo a agroecologia dentro de um horizonte estratégico para os agricultores familiares assentados, ressaltando suas possibilidades e limites.

1. Construindo uma vinculação com o alternativo

Fazer parte de um movimento social que pretende interferir na lógica da sociedade capitalista atribuiu aos agricultores assentados organizados – neste caso pelo MST – a tarefa de estar, constantemente, intervindo criticamente na sua realidade. Assim, o discurso em favor da agroecologia é montado a partir da identificação do que acreditam ser as “armadilhas do capital” – aqui representadas pelas empresas multinacionais de insumos industrializados.

A questão da agroecologia também nós já decidimos lá no acampamento[...] que nós íamos trabalhar dessa forma. Apesar de que foi tomada uma decisão meio ingênua, porque nós não tínhamos uma experiência concreta de trabalhar de forma agroecológica. A gente tomou uma decisão política, né. De que nós não íamos trabalhar com produtos químicos, que nós estaríamos fomentando mais ainda o modelo econômico que ta aí né. Nós travamos esse desafio (agricultor do assentamento Carlos Marighella).

Os agricultores constroem argumentações sobre o “sistema de dominação” da sociedade industrial, que os coloca reféns “das indústrias e seus pacotes tecnológicos”. A agroecologia assume um caráter positivo quando a ela são atribuídas características que permitem a estes agricultores, subverter este sistema de dependência e exclusão a que – foram e de certa forma – estão submetidos. A exemplo da política de cooperação agrícola, muitas

vezes este discurso (fragmentário) é construído ainda nos acampamentos do MST, alicerçando idéias (e ideais) em favor da agroecologia.

Então fazíamos o debate da situação econômica do país, dos agricultores e o que tava levando eles a quebrar. Então nós chegamos à conclusão que nós estávamos quebrando por culpa nossa que estamos assimilando um modelo que nós achamos que era fácil de trabalhar, usa adubo químico, veneno, é prático. [...] consegue fazer tudo e na verdade a indústria é que leva a maior parte do que nós produzíamos então nós fizemos a reflexão. Temos que parar com isso, construir um modelo mais sustentável possível, então, levou nós a trabalhar com a agroecologia. (agricultor do assentamento Carlos Marighella)

O Movimento criou um discurso coerente com as proposições agroecológicas, colocando as multinacionais de insumos industrializados como a principal responsável pelo sistema de dominação a que estes agricultores estão submetidos, entretanto, este discurso trouxe alguns problemas de ordem prática. Segundo os próprios entrevistados, a real dimensão na decisão de trabalhar com base na agroecologia só é sentida pelos agricultores à medida que eles são assentados.

Dentro dos setores [do MST] tem o setor de produção e meio ambiente[...] e que faz algumas formações à respeito da agroecologia. As vantagens, o que isso traz de bem pra saúde, pra natureza. [...] Claro que isso também não é uma coisa muito tranqüila. Nos acampamentos o pessoal até vai, entende, mas quando chega na terra a coisa muda. Até porque as questões da agroecologia não ta no óbvio das pessoas. Enquanto movimento nós queremos parar também de dar dinheiro pras multinacionais. Nós queremos recurso, mas que ele seja aplicado pro bem nosso, não pra ser devolvido pras multinacionais (agricultora do assentamento Carlos Marighella)

Há aqui um nítido distanciamento entre ideologia e prática, aquilo que Martins (2003, p.19) chamou de o *grande discurso histórico* e o *pequeno discurso vivencial*. Este “discurso militante” torna-se vazio de significados quando não consegue fazer costuras com a realidade imediata dos agricultores. Ou seja, em alguns momentos o discurso dos agricultores/militantes torna-se bastante genérico, especialmente quando denunciam o modelo econômico vigente, a concentração fundiária, dependência com as indústrias de insumos e a exploração dos

trabalhadores rurais, sua condição de marginalização na economia e na sociedade, entre outros. Para Navarro (1997, p.90), mesmo frente a um quadro de descompasso e distância entre realidades regionais, o MST propõe uma agenda nacional universalizante, através de chamadas genéricas, normalmente no campo dos direitos. Esta matriz discursiva parece querer uniformizar e internacionalizar a luta destes agricultores, mas cria uma vinculação fraca com o cotidiano dos assentados.

A passagem da condição de acampado (espaço da utopia) para a condição de agricultor assentado, é seguida pela tentativa de construção de uma nova organização do seu entorno, que, segundo Paulilo (1994), está permeada tanto pelas idéias novas como pelas experiências passadas dos agricultores. Ser parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra por si só não define sobre a disposição de cada agricultor, cada família, cada grupo ou cada assentamento em trabalhar ou não com base na agroecologia. A influência direta – a partir de orientações explícitas do Movimento – ou indireta – construindo valores avessos aos de uma sociedade excludente – torna-se elemento secundário quando outros elementos sobressaem entre os agricultores assentados.

Há diferentes fatores que ora jogam contra, ora à favor destas mudanças. Dentre estes fatores encontram-se os valores culturais destes agricultores e o grau de rompimento que estabelecem e que permitem uma nova conformação desse sujeito; as orientações de mercado e mesmo as necessidades de reprodução dessa camada de agricultores marginais em nível econômico e social.

Se os acampamentos são o espaço das utopias⁵², portanto bastante férteis ideologicamente, os assentamentos são o espaço da vida concreta, que exige resultados imediatos no plano da reprodução social. Isso não significa dizer que nos assentamentos as utopias não estão presentes, mas que elas se tornam menos evidentes quando se revela uma difícil realidade.

Ao deixar menos evidente esta *unanimidade extraordinária*, são encontrados elementos do cotidiano dos agricultores familiares assentados capaz de construir uma identificação mais sólida com o alternativo (ou com as proposições agroecológicas)⁵³. Note-se que a modernização da agricultura representou para estes agricultores a substituição de suas atividades produtivas tradicionais, tornando-os gradativamente mais dependentes de fatores externos para produzir e conseqüentemente integrando-os de forma subordinada à economia. A atividade agrícola modificou-se, ampliaram-se os riscos principalmente econômicos devido à instabilidade dos mercados, à baixa remuneração dos produtos agrícolas, a contratação de dívidas com os bancos (para a compra de insumos e implementos agrícolas) e a ampliação dos custos de produção. Conforme demonstram as entrevistas, a agroecologia surge como o oposto (alternativo) possível para aqueles agricultores que não se adequaram às modificações decorrentes na modernização da agricultura, permanecendo numa condição de marginalidade.

Quando a gente veio aqui para Tupã, no acampamento, foi surgindo a idéia de fazer um contraponto com a agricultura [moderna]. Que aquele sistema

⁵² Utopia aqui não como algo presente no campo do irrealizável conforme pretendia Thomas Morus ao descrever este lugar que não existe em parte alguma, não existiu e jamais existirá. Essa seria uma conotação simplificada demais, descontextualizada do universo de contestação vivido pelos integrantes do MST. Então, a utopia aqui se mostra como algo presente no campo do real ainda não realizado, que carrega em si um forte sentimento de subversão à medida que se opõe às condições estabelecidas e nunca legítima a realidade existente. Traz, portanto, um caráter motivador das transformações sociais, que não é trabalho de um só indivíduo, pois este sozinho não poderá romper a situação histórica e social estabelecida.

⁵³ Isso não quer dizer que o avanço do capitalismo no campo e seus resultados não sejam reais, o que se pretende salientar aqui é a necessidade de encontrar no trabalho cotidiano dos agricultores assentados esta vinculação do específico com o geral, caso contrário, este discurso – que faz a ligação com o alternativo – corre o risco de dissipar em médio e longo prazo, quando as dificuldades para manutenção destes agricultores na atividade produtiva se acentuarem (retomaremos esta discussão mais adiante).

pra agricultura familiar não era viável. Como a gente já vem daquela agricultura né, já viu que tinha vários problemas. Era muito trabalho e não sobrava nada (agricultor do assentamento Carlos Marighella).

Note-se que a reorganização da atividade agrícola, provocada pela modernização da agricultura, representou para estes agricultores a “otimização” dos tempos para o cultivo e a necessidade de aumento na produtividade daqueles produtos destinados à comercialização em detrimento de alimentos para o autoconsumo. Estas “proposições modernizantes” permitiriam o “aumento na renda líquida” dos agricultores, garantindo acesso aos bens de consumo. Entretanto, conforme demonstram as entrevistas, o resultados não foram suficientes para garantir uma renda monetária adequada para os agricultores.

Tinha dívida que ta loco [...] trabalhava um mês inteiro, chegava o fim do mês recebia dois, três pila. Era dívida de financiamento, de custeio, essas coisas que nós pegava e nós nunca tinha pra pagar [...] nos últimos anos já não dava, tinha que comprar milho, comprar feijão, não dava, o colono tinha que comprar tudo. (agricultor do Assentamento Santa Elmira)

Note-se ainda que ser agricultor familiar – colono⁵⁴ – e passar a ter que “comprar os alimento” para o consumo da família, constitui-se em uma prática inadmissível – culturalmente – para os agricultores familiares assentados. Assim, (re)elaborar estratégias que o tornem livre desta “armadilha” torna-se elemento fundamental para que este agricultor busque nas proposições alternativas referentes uma solução.

A pesquisa indica que as ações destes agricultores em favor da agroecologia (e de tecnologias alternativas de produção) tem como base não só as experiências passadas, mas sua realidade imediata, orientando suas atividades com vistas a reprodução do núcleo familiar ou do grupo de cooperação. Nesse caso, a redução de custos na atividade produtiva é parte no

⁵⁴ Denominação usual para aqueles agricultores familiares proveniente da Europa que chegaram no Brasil através das chamadas correntes migratórias iniciadas no século XIV.

conjunto de ações que eles executam buscando se inserir na economia visando garantir sua manutenção na atividade agrícola.

A vantagem que tem é que tu não tem aquele gasto né, porque hoje se tu for comprar o adubo 30-15 sai em torno de 50 reais o saco, a uréia hoje [...] ta na média de 70 a 80 reais. [...] então o que eu vejo?! Eu boto as vacas a dormir ali num lugar, junto esterco, levo para horta [...] eu pego a urina da vaca e faço o mesmo da uréia. [...] Então o custo é baixo. O custo é eu pegar [esterco]. Então tu tem vantagem de não estar desembolsando dinheiro do bolso. Dinheiro que tu não tem às vezes. (Agricultor do assentamento Santa Elmira)

A agroecologia aqui se transforma em uma tecnologia possível, o contraponto frente à impossibilidade de aportar recursos financeiros para a aquisição de insumos para a atividade agrícola. O caráter familiar da produção agrícola evidencia-se à medida que suas condições técnicas são definidas com base num trabalho intensivo, muitas vezes penoso que, segundo Wanderley (1999), exige uma disposição que somente os membros da família se dispõem a aceitar. As vantagens da agroecologia se encontram, nesse caso, na garantia de bons resultados econômicos pelo menor uso de insumos industrializados e pela ausente necessidade (e disponibilidade) de recursos financeiros para investimentos.

Entre estes elementos de exclusão estão a freqüente ausência de recursos financeiros para aquisição de insumos e implementos agrícolas para produzir; uma assistência técnica portadora de um conhecimento incapaz de corresponder à realidade de precariedade vivida pelos agricultores assentados e, enfim, a inadequação da agricultura familiar ao modelo de agricultura dominante.

Conforme aponta esta pesquisa, a agroecologia insere-se nesse movimento de contraposição aos efeitos da agricultura moderna, se tornando um instrumento de luta política que pretende simultaneamente construir experiências produtivas alternativas capazes de

mitigar a situação de precariedade vivida pelos agricultores familiares assentados. A multiplicidade de formas que a agroecologia assume, tem relação direta com cada situação de exclusão vivenciada dentro de um contexto social definido. Ressalte-se que, para além da negação do padrão de agricultura moderna, o discurso destes agricultores contém ações de resistência frente ao processo de marginalização progressiva a que agricultores familiares estão submetidos. Longe das teorias e ideologias a que este discurso se refere, sua prática pretende garantir sua inserção e manutenção – ainda que precária – na economia e na sociedade.

Esta (nova) realidade acaba por construir um sujeito ambíguo que engendra novas contradições ao (re)propor sua inserção na economia através de uma alternativa viável para estes setores marginalizados. De acordo com Mészáros (1981), buscar uma melhoria dentro da estrutura dada, e por meios fornecidos pela mesma estrutura, torna estes personagens sujeitos às mesmas contradições que pretendem neutralizar.

O discurso contra as *multinacionais de insumos agroindustriais* assemelha-se àquele veiculado nas publicações do Movimento desde a década de 80. A diferença encontrada hoje é que a cooperação agrícola não é apresentada como solução única e acabada, capaz de inserir os agricultores nos mercados. A agroecologia aqui se torna parte na construção desse “novo modelo”, tornando-se uma alternativa capaz de garantir não só a produção dentro das áreas reformadas, mas permitindo relativa independência econômica destes agricultores e – em grande medida – a apropriação integral dos resultados gerados na atividade produtiva.

A resposta encontrada para contornar tais dificuldades foi buscar, através da agroecologia, uma situação mais confortável, com níveis de liberdade e independência

maiores, mesmo que não se constitua uma ruptura total com a economia e a sociedade moderna. Muito mais que um “modelo de dominação imposto pelas multinacionais”, avalizado pelo discurso do militante, são nas suas dificuldades (e possibilidades) cotidianas que eles encontram respostas para enfrentar este momento de vertigem, garantindo a persistência da agricultura familiar. Surgem aí propostas alternativas para aquela parcela da população rural que as transformações econômicas historicamente marginalizaram.

Vamos produzir num tradicional, um convencional aí que nós já era filho de agricultor e que nós não produzia porque não tinha recurso? E que avaliando que desde a época de 60 pra frente foi passado máquina, essa produção aí convencional né. E isso tava cada vez piorando mais a situação do agricultor e da natureza. (agricultor do assentamento Carlos Marighella).

A agroecologia se inscreve nesse movimento que busca autonomia frente ao processo produtivo dentro do sistema econômico vigente. Sua ação pressupõe frear o processo de marginalização progressiva por que passam os agricultores familiares, onde a busca de autonomia compõe ações que desejam libertá-los da dominação da racionalidade moderna. Os agricultores encontram no seu passado e presente elementos de exclusão, construindo, assim, o contraponto que permite esta uma “nova” forma de produzir na agricultura.

Deste modo, o extraordinário (inovador) se dilui naquilo que, supostamente, tem continuidade, ou seja, no caráter familiar da organização da produção. Uma forma de produzir na agricultura com aporte reduzido de insumos e de capital externo (crédito para aquisição desses bens); o retorno a práticas abandonadas durante o processo de modernização da agricultura, capazes de diminuir determinados custos e conseqüentemente riscos e incertezas frente a instabilidade dos mercados dos produtos agrícolas, convergem para assegurar relativa autonomia aos agricultores familiares.

Conforme apresentado por Lamarche (1998):

A questão do caráter familiar da unidade de produção continua a se colocar na atualidade, na medida em que continuam a existir nas sociedades modernas unidades de produção cuja força de trabalho fundamental é fornecida pela família proprietária. E isso mesmo quando a produção familiar se moderniza e se integra ao processo global de acumulação do capital na sociedade. Em segundo lugar, o reconhecimento de um processo mais amplo e determinante de subordinação da produção agrícola ao “movimento do capital” não é incompatível com o reconhecimento da existência de um movimento interno da unidade de produção familiar, cujo eixo é dado pelo seu caráter familiar e que tem como objetivo preservar uma margem de autonomia da família proprietária que trabalha. (...) é possível afirmar que ao longo desse período em que a agricultura sofreu um profundo processo de transformação, a produção familiar permaneceu como um setor importante da agricultura, inclusive em países de capitalismo avançado (LAMARCHE, 1998. p. 42).

Essa análise torna-se importante, à medida que se observa que: mesmo a agricultura familiar assentando suas bases no modo capitalista de produção, ela tinge na atualidade uma complexidade e uma dinâmica própria, mantendo em sua essência a unidade familiar como responsável pela organização da produção. Isso fica bastante evidente nas falas e práticas dos agricultores.

Se tu vai pensar que tu vai plantar uma verdura, tu só comprando, que nem[...] tu compra semente aí depois no outro ano, se tu não tira aquela semente aí tu vai sempre gastar[...] Porque tu sempre vai depender do mercado. Se tu não plantar e tirar pra ti comer e tirar a própria semente da planta[...] pro próximo ano tu sempre vai depender do mercado. E assim não (agricultora do assentamento Santa Elmira).

De acordo com os atores que defendem a agroecologia, ela vem garantindo a produção agrícola com o baixo uso de insumos e recursos externos, assim como, o resgate de valores referentes à manutenção da vida e do meio-ambiente, garantindo relativa autonomia como condição para a reprodução do núcleo familiar.

A questão da autonomia[...] consegue produzir tua semente, não precisa de grandes insumos de fora. Você consegue produzir tudo dentro da tua própria propriedade[...] e outra é a própria saúde da pessoa[...] não contaminar o ambiente. Tu consegue viver num ambiente mais sadio (técnica do assentamento Carlos Marighella).

Buscar um sistema mais autônomo dentro do sistema dominante é o mesmo que encontrar o elo perdido no processo de modernização da agricultura, admitindo a estes agricultores re-elaborar sua identidade e, de acordo com Muller (segundo ALMEIDA, 2000), “responder às suas tentativas pessoais de reencontrar a coerência do modelo camponês”. Este não seria um retorno ao passado, mas a (re)significação de valores perdidos no processo de modernização da agricultura capazes de protegê-los das ameaças do presente. Como bem observou Wanderley (1999), esta autonomia é sempre relativa, pois na sociedade moderna, este personagem necessita utilizar parte de seus recursos para efetuar trocas com o conjunto da sociedade.

Mas este retorno a determinadas práticas produtivas não significa simplesmente (re)visitar o passado. Esta ressocialização somente tornou-se possível porque atividades perdidas ao longo do processo de modernização da agricultura ganharam novo significado na sociedade moderna. Dizendo de outra forma, aquilo que foi proposto como perda durante a modernização da agricultura hoje é valorizado pelo capital. Nesse sentido, o que é definido como alternativo torna-se ajustamento ao sistema econômico dominante, mesmo que permita – a estes setores marginalizados – um modo singular de inserção social, baseado em ações de resistência e adaptação ao mesmo tempo.

2. Viabilização da agricultura familiar através da agroecologia

Note-se que trabalhar com bases na agroecologia, embora seja considerado pelos agricultores um processo “mais lento” quando comparado à agricultura convencional, é compensado pela perspectiva de benefícios econômicos.

Por que como eu te falei, ele é um processo muito demorado, muito lento sabe? [...] Só que a agroecologia a gente sabe que é assim. Tu fazer 1 Kg de

soja, tu vai e vende por 2,50 [reais] um Kg de soja ecológico. O preço é melhor, muito melhor. (agricultora do assentamento Carlos Marighella)

As iniciativas em favor da agroecologia encontram justificativas que extrapolam os limites de um discurso ideológico. As respostas são encontradas na própria experiência destes agricultores. A exemplo disso, note-se que os agricultores indicam que aqueles investimentos com insumos industrializados nem sempre se traduzirão em resultados econômicos, visto a instabilidade e insegurança que por vezes a natureza impõe à agricultura.

Eu perdi uma lavoura, o ano retrasado, de cebola. Eu tentei controlar só com produto caseiro. Eu consegui controlar até uma altura, depois perdi tudo. Só que as outras empresas aplicaram quatro vezes o herbicida e perderam toda a lavoura igual. [...] Eu perdi, mas eu não investi. Eu perdi meu serviço de plantar, limpar, cuidar e não dar nada. Foi o que eu perdi. Mas ele [outro agricultor] além de perder todo o serviço, perdeu 4 mil e meio e não teve de onde tirar dinheiro (agricultor do assentamento Santa Elmira).

De acordo com Abramovay (1992), a aversão a riscos é um comportamento inerente à lógica da agricultura familiar, fazendo com que suas ações sejam orientadas segundo a garantia de reprodução da unidade de produção. Por outro lado, esta característica acaba tornando difícil qualquer mudança dentro da atividade produtiva. Esta dificuldade é descrita por um técnico da seguinte forma:

Todo mundo queria fazer agroecologia, mas compreensão de como fazer era muito pouco[...] conversava com o pessoal e o pessoal achava interessante, mas no fundo, cada um trazia já dentro de si um jeito de fazer. Esse pessoal se sentia incapaz, ele preferia pegar e fazer aquilo que ele sabia do que correr o risco de se expor. Ele quer [mudar] mas se sente incapaz. (técnico do assentamento Carlos Marighella)

Esta pressão pela urgência em obter resultados positivos no âmbito da produção e reprodução destas famílias, muitas vezes, fez com que as aspirações – de transformação da sociedade – se tornassem mais opacas, favorecendo dentro dos assentamentos a manutenção

de práticas que em nada se diferenciavam das preconizadas pela agricultura moderna, conforme relato de um agricultor assentado.

Trabalhei uns quatro anos, cinco anos na coordenação da área de sementes [da Bionatur] e eu sempre aonde que eu ia nos encontros, eu defendia a agroecologia. Onde que o pessoal trabalhasse encima do lote ganhando menos, mas não tendo problema [...] então hoje dá pra se dizer que dentro do nosso assentamento é o único que conseguiu até agora travar a questão dos produtos químicos e veneno. É o nosso, por que os outros vieram avançando devagarinho. (liderança do assentamento Santa Elmira)

A aparente garantia de remuneração pelo produto e suporte técnico que as empresas integradoras oferecem aos agricultores assentados, acabou dificultando a transição para uma agricultura alternativa, fazendo com que muitos agricultores se mantivessem ou voltassem a produzir de forma convencional. A demora em obter resultados imediatos no plano da reprodução social acaba dificultando estas mudanças, conforme ilustrado na fala de um agricultor:

Como a semente da BioNatur no estado não tinha o reconhecimento, e fora também não tinha, daí a gente tinha que produzir semente bem abaixo [do preço] das outras empresas pra ir colocando um pouquinho aqui, um pouquinho ali até começar a pegar espaço. Então [...] o pessoal plantar abóbora e pegar dois pila o quilo ninguém conhecia [...] plantar cebola, as outras empresas vinham colocavam oito, dez reais o quilo. E daí quando gera pra questão econômica é desgranido, não é fácil segurar. (agricultor do assentamento Santa Elmira)

Conforme afirmam os próprios agricultores, quando a agroecologia passa a constituir-se numa estratégia capaz de viabilizar economicamente estes agricultores através de melhor remuneração do produto, ela passa a ser implementada com maior facilidade pelas famílias ou pelo grupo.

Outra coisa que está [ajudando a fazer com que mais agricultores produzam agroecológico] é o preço da semente da BioNatur. Está conseguindo, agora, está começando a elevar. Tem algumas sementes que já está ultrapassando das outras empresas, então já começa a incentivar o produtor. [...] cenoura, as outras empresas pagam seis. Não, a BioNatur ta pagando oito agora [...] então já começa a visualizar que dá pra ganhar dinheiro[...] É a mesma coisa

da feira, quando vê que ta ganhando pouquinho ele se encolhe [...] mas quando vê que dá pra ganhar dinheiro (agricultor do assentamento Santa Elmira).

A agroecologia reforça melhores oportunidades de remuneração para os produtos através da ocupação de um segmento de mercado que prima pela qualidade dos produtos. Mesmo que no caso das feiras não se pratique sobrepreço, a cotação dos produtos ecológicos no mercado é maior, fazendo com que permaneça no horizonte do agricultor esta possibilidade de remuneração. De outro lado, ao diversificar os cultivos este agricultor minimiza os riscos e incertezas da atividade agrícola, utiliza menor quantidade de insumos externos e, conseqüentemente, garante diminuição na dependência com os mercados.

Note-se ainda que através dos materiais produzidos pelo MST, os agricultores assentados são motivados a buscar “um mercado alternativo”, com uma lógica diferente do “mercado capitalista”, que deve “servir os trabalhadores e atender as suas necessidades”. Para o Movimento, deveria ainda ter um caráter popular (de massa), local/regional e de comercialização direta entre os trabalhadores e, sobretudo, conter um cunho ideológico para a propaganda da reforma agrária. Afirma, ainda, que os agricultores assentados deveriam buscar “nichos de mercado” para melhorar a qualidade de vida de suas famílias (MST, 1997: 39. Caderno de Cooperação agrícola n.5).

Não podemos nos descuidar de possíveis nichos de mercado (espaços comerciais onde comercializaremos produtos diferenciados de elevado valor agregado), em vista de buscar uma qualidade de vida média/boa para os assentados (MST, 1997: 39. Caderno de Cooperação agrícola n.5)

Há diferentes interpretações e posicionamentos para estas questões dentro do próprio Movimento. Algumas lideranças, em consonância com ONGs e outras entidades ambientalistas, encontram aqui uma brecha para que a agroecologia passe a figurar como uma alternativa de inclusão social destes agricultores assentados, uma vez que os produtos

agroecológicos representam uma oportunidade de remuneração adequada para os agricultores assentados.

O valor do produto é melhor, o que tu conseguir confirmar que é agroecológico mesmo, tem um valor mais alto que os outros (agricultora do assentamento Carlos Marighella)

Através da ocupação deste “nicho” de mercado, entretanto, cria-se um vínculo seletivo com um determinado segmento da sociedade, perdendo assim seu caráter de mercado de massas, acessível a toda a população. No entanto, tal estratégia passa ser “permitida” pelo Movimento, à medida que é articulada dentro de um discurso que a justifica, apresentando-a como uma estratégia de resistência dos agricultores frente a um modelo excludente de produção.

De acordo com De Jesus e De Assis (2002), a forma de contornar este impasse seria possibilitar economia de escala à produção orgânica, de forma que esta não tenha sua comercialização restrita a determinados nichos. Nesse caso, o foco passaria a ser apenas o produto (resultado final), buscando a maximização de lucros independentemente dos demais resultados a que se propõe a agroecologia. Como bem afirmou Wilkinson (2004), deve-se considerar ainda que mesmo que as agriculturas alternativas (entre elas a agroecologia) sejam apropriadas pela agricultura em escala, “no momento, elas criam um ambiente propício a uma revalorização da produção familiar”, uma vez que se abre uma oportunidade para a inserção destes agricultores em novos mercados, onde a qualidade é fortemente associada à produção em forma artesanal e ao respeito à saúde de agricultores e consumidores.

Vive-se um momento em que os problemas ambientais passam a tomar uma dimensão global. No Brasil e especialmente no Rio Grande do Sul, há uma conscientização crescente

sobre as práticas agrícolas que envolvem a produção e os benefícios de uma “produção ecológica” para a saúde de consumidores e agricultores. Este mercado consumidor está cada vez mais exigente sobre a qualidade dos alimentos e o impacto ambiental de sua produção. Note-se que o capital se apropria daquilo que em outros momentos não foi remunerado (ou valorizado) dentro da economia e na sociedade. Diferentemente hoje, grandes redes de supermercados abrem sessões para a venda de produtos orgânicos (e agroecológicos), surgem feiras de “produtores ecologistas” dedicados a atender exclusivamente essa demanda, que é crescente segundo os agricultores.

A maioria do pessoal vai [nas feiras] porque sabe que é ecológico, já compra o produto sabendo[...] tão começando a ver com outros olhos, ta começando a se abrir espaço pra agroecologia. E a gente sabe que os outros produtos a gente vai se intoxicando (agricultor do assentamento Carlos Marighella).

A vantagem é que o que a gente produz aqui tem mercado. Tem consumidor [...] tem uns que vão comprar e não se interessam se é [...] compra pelos olhos, pelo tamanho, mas tem uns que tão conscientes né. Já tem aquele pessoal consciente que já vem direto comprar e que sabe (agricultor do assentamento Carlos Marighella).

A agroecologia nesse contexto torna-se aliada em interesses comuns, uma vez que o movimento de consumidores encontra entre estes agricultores respostas para suas preocupações referentes à sua saúde e qualidade dos alimentos, associando a agricultura convencional a riscos (pelo uso de agrotóxicos). De outro lado, os agricultores ligados ao MST encontram sua *aceitação* dentro da sociedade moderna, tornando-se avalisadores dos valores morais da vida e do bem comum.

Pra comercializar produto ecológico é tranqüilo. No começo a agente foi vendendo lá na Cooesperança. Aí as pessoas viam que quem mais comprava de nós eram as pessoas que tinham uma relação próxima com nós. O pessoal da Emater deixava de comprar de todos os outros e comprava de nós. Eles sabiam da forma como tava produzindo. O pessoal da Universidade que a gente conhecia, o pessoal lá do projeto[...] Então a gente queria que viesse cada vez mais gente para cá [visitar o assentamento] que aí a gente ia contando e isso que foi dando mais credibilidade. Não adianta produzir uma coisa ruim e vender pros outros. O Movimento tem essa ética né[...] que a

gente tem que produzir o que é bom pro consumidor. (agricultor do assentamento Carlos Marighella)

Os valores da vida estão freqüentemente associados à não utilização de agrotóxicos, tornando a agroecologia importante referência para o sistema cultural dos agricultores e consumidores ecologistas.

Coisa muito boa trabalhar com agroecologia. Como nós trabalhava aí no veneno. Deus o livre, saímos daquela perdição do veneno, chego me emocionar. Deus o livre. Agora a gente pensa guria a gente botava veneno em pepino tu imaginou? E transportar aquela carga de pepino com veneno, menina do céu. Agora eu fico pensando assim[...] aí, quanta coisa com veneno a gente vendia. [...] Agora é só no agroecológico. (agricultora do assentamento Carlos Marighella)

Essa *ética da salvação*, amplamente referida em Weber (segundo Dickie, 2003) é freqüente na fala dos agricultores assentados, que buscam constantemente libertar o homem dos males que afligem o mundo. Os fatores que deram origem à crise ecológica dizem respeito a práticas agrícolas “poluidoras e predatórias”, estabelecendo aí, o conflito com o “modelo econômico dominante”. Assim, reintroduz-se a noção de natureza no espaço rural. O espaço agrícola passa a abarcar, agora, o meio-ambiente que deve ser preservado como um bem para a humanidade.

Os produtos agroecológicos passam a representar uma nova saída para os agricultores, uma forma de melhorar o rendimento econômico da família ou do grupo. Mas não é somente uma razão pragmática, ou seja, um valor utilitário que – em determinado momento da história – permeia a adoção de determinadas práticas. De acordo com Sahlins (1979), diferentes atividades econômicas racionais poderão ser concebidas visando suprir as necessidades dos indivíduos. Estas motivações são guiadas basicamente por uma *razão simbólica*, ou seja, adotar diferentes estratégias produtivas (a partir da diversidade de técnicas existentes) está,

sempre, mediada pela cultura. Nessa perspectiva a cultura pode conformar-se de acordo com pressões materiais, mas o faz de acordo com um sistema simbólico definido.

3. Agroecologia e razão simbólica

A decisão em trabalhar com a agroecologia está guiada tanto pelas suas particularidades pecuniárias, que lhe agregam um valor diferencial de venda, quanto pela sua correlação com um sistema simbólico de valores. Assim, priorizar uma “alimentação saudável” com “produtos de qualidade”, demonstra que existe esta *razão simbólica* orientando a adoção da agroecologia como um modelo produtivo dentro desses assentamentos.

Enquanto coletivo a gente avaliava como era nossa vida antes, os pequenos agricultores que estão no grupo, trabalhando de arrendatário, já colocavam a situação sobre o veneno né. E aí a gente começou a se dar conta, nós não queremos isso para nós. Até porque dentro da organização a gente defende muito os valores da vida né?! E o veneno vai contra esses valores. E aí a gente foi amadurecendo, criando um projeto de agroecologia. (agricultora do assentamento Carlos Marighella).

Achamos que era a saída, que pudesse viver, comer, se alimentar e ter uma alimentação saudável e que a gente pudesse também vender o excedente da produção na cidade. Um produto de qualidade (agricultor do assentamento Carlos Marighella)

Conforme a pesquisa indica, a agroecologia não é pensada para além de uma substituição de técnicas ou um produto com melhor remuneração no mercado, pois se relaciona igualmente com o sistema de valores. De acordo com Florit (2003), a defesa da natureza está frequentemente associada à defesa de valores (morais). Para este autor, a busca de uma “agricultura mais natural” está vinculada com os riscos e incertezas que a intervenção humana desencadeia (através de sua base científica e tecnológica), fazendo com que a natureza seja seguida como norma para evitar os riscos. Isso fica evidente na fala de um agricultor assentado.

O primeiro motivo [para trabalhar com agroecologia] é a questão da saúde da família. Graças a Deus não tinha nenhuma mãe, nenhuma companheira aqui que tivesse problema de câncer ou causada por produtos químicos, mas nós achamos que nossos filhos, nossa família [...] nós precisamos ter respeito por nós mesmo. [...] Nós queríamos que nossos filhos, nossa família tivesse alimento saudável, que não tivesse o risco daqui um ano, dois ou dez, alguém dissesse assim. Vai no hospital e diga: comeu tal produto com químico e hoje está[...] nós não queremos para os nossos filhos, para os nossos netos, para ninguém. (agricultor do assentamento Carlos Marighella)

O acesso à informação tem um papel importante no aumento da percepção de riscos a que os agricultores estão expostos, mas este sozinho não é um determinante para o não uso de “venenos” entre os agricultores assentados. São nas experiências pessoais e cotidianas, que estes agricultores constroem o que Guivant (1991) chamou de *racionalidade cultural*, que informa que tais eventos apresentam um risco relevante. Segundo a mesma autora (op cit, p.09), esta “racionalidade cultural não separa o risco de um contexto mais amplo”, pois os agricultores “vinculam um evento de risco a outros eventos e fatores” através do código cultural que compartilham, conforme ilustrado na fala de um agricultor.

Porque eu tinha o conhecimento de pessoas lá de fora, de usar veneno, lidar com soja e coisa, e dava um monte de problema. Então tu trabalha com a agroecologia hoje, tu garante que o que tu produzir tu come, não vai ter problema (agricultor do assentamento Santa Elmira).

O risco para a saúde não é algo abstrato ou distante, ao contrário, está nas suas preocupações presentes com relação ao futuro. De acordo com Wanderley (1999, p.29), “para além da garantia de sobrevivência no presente, as relações no interior da família camponesa têm como referencia o horizonte das gerações” . Dessa forma, a noção de risco, amplamente discutida e, freqüentemente, associada à construção do patrimônio fundiário para a sucessão de gerações, expande-se para a questão da saúde que, nesse caso, passa a ter papel central na preocupação com manutenção do grupo ou do núcleo familiar. Para os agricultores assentados, os riscos com a saúde dos agricultores e da própria família não são compensados

pelo uso de insumos industrializados (especialmente agrotóxicos) e aumento da produtividade argumento amplamente utilizado para defender a agricultura moderna. A opção pela *vida* (representada na agroecologia) relaciona-se com a reprodução do grupo ou núcleo familiar.

Aí chega no final tu tem 5 ou 6 mil só que de repente aqueles 3 mil que eles ganham [...], ta comprometendo a saúde deles, as águas deles, os animais que eles tem. Então isso eles não se dão por conta. Eles se dão por conta quando um fica doente e vai lá pro hospital, um adocece e não consegue curar. [...] Hoje tu ganha dinheiro, tu trabalha 4 ou 5 anos e fica o resto da vida sofrendo as conseqüências do veneno. Que aquele dinheiro que tu ganhou não vai resolver o problema (agricultor do assentamento Santa Elmira)

Pra nós é importante saber que isso [veneno] não dá pra botar [...]. Já causa uma doença, uma coisa assim. Se não causar pra nós vai causar pras gerações futuras. É bem claro pra nós isso (agricultor do assentamento Carlos Marighella)

A primeira coisa que acontece nas empresas é veneno, eles vendem o kit, eles dão a semente e te dão o kit, um investimento em agroquímico, é tudo, vem completo. Só que nisso não vem aquela receita dizendo, ó vocês se cuidem que pode dar problema pros teus filhos, pra você e pra tua mulher. Isso eles não dizem. (agricultor da assentamento Santa Elmira)

Diferentemente do encontrado por Guivant (1991), os agricultores assentados tecem críticas tanto no que se refere aos venenos em si mesmos, mas igualmente ao sistema que coloca os agricultores nesse círculo de consumo. A trajetória política do MST criou um discurso coerente com os princípios agroecológicos, validando princípios contestadores do modelo de desenvolvimento e ao mesmo tempo construindo uma relação ética – avalizadora dos valores da vida – com a sociedade.

4. Os espaços de socialização e construção do conhecimento

Ambos os assentamentos utilizam as feiras de comercialização direta com o consumidor ou o chamado circuito curto de comercialização⁵⁵. As feiras ecológicas ocorrem tanto em bairros periféricos de baixa renda, como em centros urbanos. Existem ainda canais de comercialização alternativos, como a “Feira da Economia Popular Solidária”, realizada em Santa Maria. Esta estreita relação com a comunidade local – aproximação entre consumidores e agricultores – cria laços não só comerciais entre esses segmentos. Para Byé e Schmidt (2001), é situado sobre novos segmentos de mercado ou “nichos” comerciais que se fortalece uma agricultura autônoma e respeitosa do meio ambiente.

Para os agricultores entrevistados, o espaço das feiras torna-se importante à medida que – ao aproximar agricultores e consumidores – coloca-se em pauta o tema *reforma agrária*, constituindo-se aí espaços políticos importantes para os agricultores Sem Terra.

Até a própria questão política a gente tenta trabalhar bastante. É uma das dificuldades que a gente encontra aqui também. Tanto por que a gente é do Movimento Sem Terra[...] o pessoal aí da cidade. Ah! É produção dos Sem Terra, eu não vou comprar[...] então é uma questão política também. Mostrando que reforma agrária dá certo, que os produtos são bons. (agricultor do assentamento Carlos Marighella)

As feiras são apontadas como um local de socialização, de permuta de experiências e sementes com outros agricultores e de troca de informações com consumidores. Os agricultores afirmam que esta “também é uma forma de mostrar que a gente está produzindo”. É um espaço onde é possível veicular não só os produtos, mas a imagem da reforma agrária. Esse elo com a comunidade vem permitindo a reconstrução da identidade (de agricultor) antes dilacerada pela sua condição de exclusão.

⁵⁵ Circuito curto refere-se às formas de comercialização direta do agricultor para o consumidor, sem a presença de intermediários ou de outros operadores comerciais. Esta questão poderá ser melhor discutida consultando Schmidt (2001).

Os agricultores assentados mantêm um forte laço com o movimento social que eles integram, cultivando uma imagem própria através dos seus símbolos. Ressaltam a importância em criar uma imagem positiva do Movimento e conseguem isso através dos produtos agroecológicos que a cada dia “estão sendo mais valorizados pela sociedade”. Através das feiras, da organização do próprio MST e da Rede Ecovida de Agroecologia⁵⁶ é possível aos agricultores ecologistas de todo estado intercambiar as diferentes experiências, práticas e conhecimentos.

Nós estamos fazendo visitas nos companheiros de feira [...] agora domingo tem aqui no sítio da vovó. Nós fomos também em Arroio Grande [São reuniões da Ecovida?] é todas elas (agricultora do assentamento Carlos Marighella)

Na questão de cursos nós tivemos assessoria do MST via as cooperativas do Movimento. Os assentados mais antigos que produzem e conseguiram ter um processo mais avançado [na agroecologia] [...] a COOPAC, o pessoal de Sarandi, da região do Alto Uruguai. Então todo esse pessoal já passaram por aqui tentando ajudar nós a avançar (agricultor do assentamento Carlos Marighella)

A participação nas feiras, encontros, e reuniões permitem que estes agricultores, além da troca de experiências com outros agricultores (assentados ou não), conheçam com maior profundidade a esfera política e instituições que regulam suas vidas. Esta mobilidade é sem dúvida uma característica positiva, que retira o agricultor de seu universo isolado, dos limites de sua propriedade, permitindo-o construir um amplo espaço de inserção social.

⁵⁶ A Rede Ecovida começa a se constituir ao final de 1998, visando através da certificação participativa legitimar e fortalecer os processos de comercialização na Região Sul do Brasil. De acordo com Schmitt (2004, p.06), esta iniciativa se dá basicamente “frente às novas exigências do Ministério da Agricultura no que diz respeito à produção, comercialização e certificação do produto orgânico; por outro, pela necessidade de articular grupos, associações, cooperativas de produção, cooperativas de consumo, entidades de assessoria e profissionais autônomos, envolvidos na produção, processamento e comercialização de produtos ecológicos, em função de diferentes objetivos, incluindo aí a discussão e o encaminhamento de problemas relacionados à comercialização do produto orgânico ou ecológico.”.

Conforme indica a fala de um agricultor, mesmo que ainda restem incertezas sobre “como produzir” com bases na agroecologia, este conhecimento vai sendo construído, tornando-se alicerce para novas experiências e troca de informações.

Uma coisa que eles [outros agricultores] dizem, tomate agroecológico não produz, tem que ser com veneno[...]aí eu disse pra ele, olha, eu tenho minhas dúvidas. Tu planta convencional, eu não planto. Vai chegar um dia que eu vou te dizer se produz ou não[...] Eu produzi tomate aí que produzia nove quilos por pé[...] A mesma coisa quando chegamos aqui, o pessoal que morava aí dizia fruta não dá aqui, cana não dá, mandioca não dá, batata doce não dá. Só que não plantavam[...] tu tem que fazer pra saber se vai dar ou não (agricultor do assentamento Santa Elmira)

Esta troca de informações acaba permitindo que estes agricultores fortaleçam e ampliem sua capacidade de resistência e auto-organização, fazendo com que os conhecimentos e proposições agroecológicas sejam difundidas.

Uma das maiores dificuldades encontrados nas áreas de assentamentos é a inexistência de um acúmulo de conhecimento agro-ambiental por parte dos agricultores, já que na maioria das vezes, estes são alocados em um ambiente estranho ao seu local de origem. As lembranças e experiências passadas se tornam pouco efetivas nesse novo entorno físico, ecológico e social. Estes agricultores tentam, a partir das práticas já vivenciadas, construir um saber ecológico local que lhes permita garantir a produção nestes espaços.

A gente não tinha muita noção de quais as dificuldades ia enfrentar, tanto que quando a gente veio pra cá[...] a terra é fraca aqui, a gente sofreu bastante. Agora que conseguiu alinhar um pouco, recuperar um pouco a terra (agricultora do assentamento Carlos Marighella).

Nós chegamos à conclusão que a agroecologia não tinha muita coisa diferente. Era só tentar resgatar como que a gente já trabalhava antes. A minha região, lá onde eu vim, produz milho, muita coisa, quase que sem nada, muito pouco adubo (agricultor do assentamento Carlos Marighella).

Buscar na memória estas práticas e reelaborá-las a partir dessa nova realidade foi o caminho encontrado pelos agricultores para contornar tais dificuldades.

Antigamente produzia sem adubo, sem veneno. Através do conhecimento a gente vai aprendendo. A gente vai custar mais pra ter um retorno. O adubo orgânico ele demora mais, mas com o tempo vai (agricultor do assentamento Carlos Marighella).

A produção depende cada vez mais da descoberta em que o (novo) conhecimento vai sendo construído num longo processo de interação entre o agricultor e o espaço por ele ocupado. Esta realidade desconhecida, esse novo e estranho entorno socio-ambiental, os empurra a buscar novas experiências, um novo aprendizado, uma formulação de conhecimentos específicos para este ambiente. Conforme indicam as entrevistas, o entorno é lugar de troca, matriz de um processo intelectual, em que o processo de integração e entendimento vai construindo um conhecimento (ainda que fragmentário) da nova realidade.

Morreu um pé de pêssego ali que no segundo ano que eu plantei produziu pêssego muito bem. Depois nós plantamos os arvoredos[...] na horta aí, nós produzimos tudo. Tem alguma coisa que tu tem que aprender pra fazer dar. Porque a região é bem diferente daquela lá que o cara vivia [...] lá tu plantava um pé de laranja e quando tu via tava produzindo. Plantava uma bergamoteira e dava que era uma coisa. Lá é bem diferente daqui. Aqui tu tem que ter um certo cuidado[...] tem que aprender pra tu fazer. A primeira coisa é aprender pra depois fazer[...] plantando e vendo o que é possível. (agricultor do assentamento Santa Elmira)

Nas palavras de Santos (1998, p.264), “a noção de espaço desconhecido perde a conotação negativa e ganha um acento positivo, que vem do seu papel na produção da nova história.”. Partindo-se do pressuposto que o saber é construído no interior das relações sociais e seu conjunto, isto é, é uma produção coletiva dos homens em sua atividade real, então, deve-se considerar os homens e sua atividade prática como ponto de partida para a produção do conhecimento. O enfoque agroecológico permite que a questão tecnológica não seja uma trajetória individual (por estar refletindo sobre o ambiente social global) e universal (por demandar que sejam consideradas as particularidades locais), mas sim de um conhecimento construído diariamente, que implica a participação dos atores através da observação do ecossistema, do entorno econômico, social e cultural.

Os agricultores assentados que trabalham numa perspectiva agroecológica acreditam que, por ora, ela tem permitido avanços no âmbito da produção, garantindo sua manutenção na atividade agrícola e na economia a através da obtenção de renda. Ao mesmo tempo constroem uma relação ética com a sociedade através da produção de alimentos saudáveis para a população. Suas ações convergem para a construção de uma nova forma viver na sociedade moderna, que está calcada basicamente na inclusão destes setores historicamente marginalizados na economia e na sociedade.

Assim, o passado comparece como uma das condições para realização do evento – a construção da agroecologia dentro das áreas reformadas –, mas é preciso considerar igualmente que o dado dinâmico da produção da nova história é o próprio presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da trajetória do MST notam-se mudanças significativas em seu discurso em relação às questões produtivas e ambientais. Desde o final da década de 70 até meados da década de 80 o Movimento sofre forte influência de mediadores religiosos e, portanto, a questão produtiva é inserida dentro de um discurso que busca o retorno das condições de um passado ideal e harmônico. Aqui, ainda inexiste a noção agroecologia, estando estas questões restritas às *tecnologias-alternativas de produção*. A partir de então temos o deslocamento deste discurso, aproximando-o do que se chamou *ideologização da produção*. Esse período é marcado pelo número crescente de famílias assentadas, impondo ao MST o desafio de viabilizá-las economicamente. O Movimento volta suas preferências para a organização dos agricultores em cooperativas e grupos de cooperação agrícola, buscando produzir em escala e agregar valor aos produtos para alcançar mercados nacionais e internacionais. As tecnologias alternativas de produção, embora não desapareçam são relegadas a um segundo plano. A forma como o Movimento passa a se organizar internamente – no início da década de 90 – permite a mobilidade das lideranças que se aproximam de outros mediadores – como ONGs, movimentos ambientalistas, entre outros. Nesse momento o MST passa de refratário a receptivo às proposições agroecológicas e à agricultura familiar. A agroecologia substitui o termo tecnologias alternativas, abrangendo preocupações com o ambiente e com a sociedade.

Note-se, entretanto, que essa unanimidade em favor da agroecologia não reflete necessariamente as ações dentro dos assentamentos organizados por ele, uma vez que grande parte desses assentamentos mantém uma base produtiva e tecnológica calcada nos padrões de agricultura moderna. Este discurso sofisticado apresentou-se pouco eficiente em ações nas

áreas reformadas, refletindo apenas parcialmente a realidade existente dentro dos assentamentos organizados pelo Movimento.

As motivações para implementar a agroecologia dentro dos assentamentos do MST possuem, simultaneamente, experiências vivenciadas pelos agricultores – vinculadas a uma situação específica de exclusão – e um conjunto de forças existentes em um determinado momento da história (mercado, movimento de politização ecológica, entre outros). Ressalte-se que *o presente* comparece para construir a agroecologia dentro dos assentamentos do MST, ultrapassando um discurso ideologicamente construído. A realidade imediata destes agricultores é fator determinante para sustentar uma vinculação com o alternativo, ou seja, para além das aspirações que inicialmente a mobilizaram, a agroecologia tem permitido construir uma faixa intermediária de alternativas econômicas e sociais para aqueles setores historicamente marginalizados economicamente.

De forma geral, o MST (direção) e parcela dos agricultores assentados criaram um discurso coerente com as proposições agroecológicas, vinculando a ela princípios contestadores da sociedade capitalista e simultaneamente colocando-se como avaliadores dos valores da vida. Este discurso em favor das proposições agroecológicas procura conformar a prática de inserção destes agricultores familiares na economia, evidenciando sua faceta de resistência e atenuando, assim, aquilo que contraria o ideológico. O contato com sua realidade, no entanto, indica que isso não o torna livre de possíveis ajustamentos ao sistema dominante, mesmo que se pretenda um modo singular de inserção social baseado em ações concomitantes de resistência e adaptação.

Esta tensão inserção/resistência precisa ser olhada em sua complexidade, quando a condição de marginalidade dos agricultores assentados e a necessidade de obter resultados imediatos no plano da reprodução social despertam para uma forma de auto-organização que busca constituir uma via mais autônoma no interior do sistema econômico. Especialmente, quando estas práticas e valores ganham um caráter positivo na sociedade moderna, que (re)valoriza elementos sociais e ecológicos abandonados ao longo do processo de modernização da agricultura. Esse processo, ao mesmo tempo, vem permitindo que se renovem valores presentes no sistema cultural dos agricultores familiares assentados. Assim, a agroecologia torna-se não só uma resposta à crise da agricultura modernizada e condição de reprodução social de uma camada de agricultores marginais em nível econômico, mas especialmente espaço onde valores perdidos – que não tem como centro unicamente o mercado – são retomados e ressignificados.

A agroecologia tem permitido avanços não apenas no que se refere à produção dentro dos assentamentos, mas também na constituição de espaços sociais que estimulam a reflexão sobre esta “indefinição” – tensão entre resistência e ressocialização – própria da racionalidade moderna. Ou seja, estas modificações, manifestadas na prática destes agricultores, refletem (e tem reflexos) no espaço social onde estão inseridos, podendo gerar resultados no campo político, através de um confronto ideológico que permitiria avanços na construção de formas alternativas de desenvolvimento. Pode-se afirmar, ainda, que através da agroecologia busca-se aproximar trabalho e educação (construção de conhecimento), desenvolvendo capacidades intelectuais relacionadas com as necessidades do sistema produtivo. A construção do conhecimento se dá relacionando a prática dos agricultores e suas necessidades, permitindo a ele apreender, compreender e transformar as circunstâncias ao mesmo tempo em que é

transformado por elas. Pensar *a prática* é exatamente uma forma de conhecer limites, buscar alternativas e, sobretudo, definir estratégias.

Mesmo que exista o risco de acontecer a adoção de um “pacote agroecológico” em que a agroecologia seria apenas uma “tecnologia limpa” interiorizada no plano da sociedade, ou seja, o que é apresentado como uma aspiração maior dos entrevistados – afetar as estruturas da sociedade – não se concretizaria, a agroecologia tem permitido a valorização da agricultura familiar, ressocializando populações deixadas à margem do desenvolvimento econômico e social ao longo das décadas. As ações dos agricultores assentados em favor da agroecologia são motivadas por uma ânsia de mudar, mesmo que num primeiro momento mudar represente se inserir numa economia que sempre os colocou na condição de excluído.

Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo/Rio de Janeiro/Campinas: Hucitec, ANPOCS e UNICAMP, 1992.

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione e NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. (Org.) 2ª edição. Porto Alegre: Ed da Universidade/UFRGS, 1998. p.33-55.

ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil**. Porto Alegre: Ed da Universidade/UFRGS, 1999.

ALMEIDA, Jalcione. Agriculturas alternativas e a busca de autonomia: da crítica contracultural ao movimento social. **Cuadernos de Desarrollo Rural** (45) 2000 p.35-67.

ALMEIDA, Jalcione. Agroecologia: paradigma para tempos futuros ou resistência para o tempo presente? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. UFPR, n.6, jul/dez, 2002. p.29-40,

ALMEIDA, Jalcione. A Agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v.24, n.2, p.499-520, 2003.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

AUED, Bernadete Wrublevski e FIOD, Edna Garcia Maciel. Origens sociais dos movimentos rurais em Santa Catarina (ou ampliação do trabalho mas não do assalariamento) In: VENDRAMINI, Célia Regina. **Educação em movimento na luta pela terra**. Florianópolis: NUP/CED, 2002.

BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Ed da UFRGS, 2003.

BISCAIA, Clarisse Iol. A reforma Agrária planejada e realizada pelo Governo brasileiro desde a década de 80. In: AUED, Bernadete Wrublevski e PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Agricultura familiar**. Florianópolis: Ed. Insular, 2004. p. 199-215.

BOEIRA, Andréia. Das Ligas Camponesas ao MST. In: AUED, Bernadete Wrublevski e PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Agricultura familiar**. Florianópolis: Ed Insular, 2004. p. 191-197.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura trigo e soja**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1988. p.01-30.

BRUMER, Anita e TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Tensões agrícolas e agrárias na transição democrática brasileira. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: 1997. p.03-13.

BRUMER, Anita e TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais. In: Brumer *et al.* **30 anos de sociologia rural em américa latina**. Buenos aires: ALASRU, 1999. p.33-69.

BYÉ, Pascal e SCHMIDT, Wilson. Agricultura familiar no Sul do Brasil – de uma exclusão produtivista a uma exclusão certificada. **Estudos Sociedade e Agricultura**, nº17, outubro 2001. p.104-118.

CALDART, Roseli Salete. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**. (2002?). (cópia xerográfica)

CAPORAL, Francisco Roberto. **Superando a Revolução Verde**: a transição agroecológica no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Porto Alegre: 2002 (cópia xerográfica).

CAPORAL, Francisco Roberto e COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**. São Paulo: 1998. n.11, p.53-75.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 3. ed. São Paulo: Ed Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Ana Célia. Ciência e tecnologia para a agricultura: uma análise dos planos de desenvolvimento. **Cadernos de difusão de tecnologia**. Vol.1, n.3, set/dez 1984. p-309-334.

CAZELLA, Ademir Antonio. **Assentamentos rurais e cooperação agrícola: políticas conflitantes. O caso do assentamento 30 de outubro-S.C.**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992. (Dissertação de Mestrado)

CONDE, Soraya Franzoni. Linha do tempo. In: AUED, Bernadete Wrublevski e PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Agricultura familiar**. Florianópolis: Ed. Insular, 2004. p.259-325.

DE JESUS, Helino, DE ASSIS, Renato Linhares. Agricultura orgânica: Economicidade, ideologias e a realidade. In: XL Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. **Anais...** Passo Fundo, 28-31 julho de 2002. CD-Rom.

DICKIE, Maria Amélia, FLORA, Ângela Della, GILIOLI, Deuci Napoleão. **Contextos religiosos e agroecologia**. Trabalho apresentado no Workshop sobre agricultura familiar Florianópolis: UFSC. Junho/2003. (cópia digital)

FERNANDES, Bernardo Mançano. Gênese e desenvolvimento do MST. **Caderno de Formação nº 10**. Brasil: MST, 1998.

FLORIT, Luciano Félix. **A reinvenção social do natural: natureza e agricultura no mundo contemporâneo**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. (Tese de Doutorado)

GEHLEN, Ivaldo, MÉLO, José Luiz Bica de. A dinâmica da agricultura no Sul do Brasil: realidade e perspectivas. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação SAEDE, 1997. Vol 2, : n.11, p.99-108.

GIEHL, Luís Alexandre. **Entre o extraordinário e o cotidiano: os processos decisórios dos agricultores assentados – um estudo de caso do assentamento Domingos de Carvalho (Rio Negrinho/SC)**. Florianópolis: UFSC, 2002. (Dissertação de Mestrado)

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. São Paulo: Ed. Cortez, 2000.

GRADE, M. **MST: Luz e esperança de uma sociedade igualitária e socialista**. Florianópolis: UFSC, 1999. (Dissertação de Mestrado)

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Ed. Zhar, 1981. p.44-62.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Ed. Vozes/FASE, 1990.

GUANZIROLI, Carlos Henrique. Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária. In: **Reforma agrária: produção, emprego e renda o relatório da FAO em debate**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes/IBASE/FAO, 1994. p.13-86.

GUIVANT, Julia. Percepção dos riscos referentes a agrotóxicos e adoção de tecnologias agrícolas alternativas. In: **XV Encontro Anual da ANPOCS**, 15 a 18 de outubro 1991. Caxambu, 1991.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione e NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. p. 19-32.

LAMARCHE, Hughes. **A agricultura familiar II: do mito à realidade**. Campinas: Ed da UNICAMP, 1998.

LEITE, Sérgio et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura/ Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 2ª ed. Petrópolis: Ed.Vozes, 1984.

MARTINS, José de Souza. **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos Movimentos Sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Movimentos Sociais, lutas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ e UNRISD, 2002.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom . **Manual de história oral**. São Paulo: Ed. Loyola, 2000.

MORAIS, Clodomir Santos de. Elementos sobre a teoria da organização no campo. **Caderno de Formação nº 11**. Brasil: MST, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

MOREIRA, Roberto José. **Agricultura Familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, Seropédica, UFRJ e Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 1999.

NAVARRO, Zander. Formatos tecnológicos e organização produtiva – O caso dos assentamentos rurais no sul do Brasil. **Políticas Agrícolas**, 1995. Vol. 1, nº1, p.81-117.

NAVARRO, Zander. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, 1978 -1990. In: NAVARRO, Zander. **Política, protesto e cidadania no campo**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1996. p. 62-105.

NAVARRO, Zander. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo, o MST e a reforma agrária. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação SEADE, 1997. Vol 11, n.2. p.86-93.

NAVARRO, Zander, MORAES, Maria Stela, MENEZES, Raul. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de, LEITE, Sérgio. **A formação dos assentamentos Rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999. p.19-68.

PAULILO, Maria Ignez. O assentamento de reforma agrária como objeto de estudo. In: ROMEIRO, Adhemar *et al.* **Reforma agrária: produção, emprego e renda o relatório da FAO em debate**. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994. p.192-215.

PAULUS, Gervásio. **Do padrão moderno à agricultura alternativa: possibilidades de transição**. Florianópolis: UFSC, 1999. (Dissertação de Mestrado)

PASTORE, Elenice. **Relações de gênero na agricultura ecológica: um estudo de caso na Região Serrana do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. (Dissertação de Mestrado)

PORTO, Maria Stela Grossi e SIQUEIRA, Deis Elucy. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. In: PORTO, Maria Stela Grossi. **Politizando a tecnologia no campo brasileiro: dimensões e olhares**. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 1997. p.25-39.

- PRADO JUNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- ROMEIRO, Ademar Ribeiro. *Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998.
- SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1979. p.07-10; 190-199.
- SAMPAIO, Plínio de Arruda. **A questão agrária brasileira e a luta pelo socialismo**. Texto apresentado na Conferência Estadual de Reforma Agrária em Setembro, 2001.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. 3ª edição. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SCHERER-WARREN, Ilse. “o caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paul. **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- SCHMIDT, Wilson. Agricultura orgânica: entre a ética e o mercado? In: **Agroecologia e desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, jan/mar 2001. v.2, n.1.
- SCHULTZ, Theodore. **A transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
- STRAPAZZON, João Paulo Lajús. “...E o verbo se fez terra” **Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra [SC] 1980-1990**. Florianópolis: UFSC, 1996. (Dissertação de Mestrado)
- VILELA, Moacir Urbano e WILKINSON, John. Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária e a inovação agroindustrial. In: LIMA, Dalmo M. de Albuquerque e WILKINSON, John *et al.* **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/ Paralelo 15, 2002, p. 215-225.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O camponês: um trabalhador para o capital. **Cadernos de difusão de tecnologia**. Brasília: Vol 2 n.1. Jan/abr 1985. p. 13-78.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In TEDESCO, João Carlos. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 23-56.
- WINNER, Landon. **Tienen política los artefactos?** In: More usefull Everyday_arquivos/artefacto.htm 18/08/2002. Publicação original de MACKENZIE D. *et al.* “Do Artifacts Have Politics?” In: *The Social Shaping of Technology*, Philadelphia: Open University Press, 1985. (cópia xerográfica)

Páginas da web

CORREA, Ciro Eduardo “**Agricultura ecológica é o único caminho para a Reforma Agrária**” disponível em <www.biodiversidadla.org/article/articleview/3226/1/15/> acesso em 16 ago 2004.

GARCÍA, Maria Carrascosa. “**Experiências brasileiras com sementes crioulas: relato de uma viagem (bio)diversa**” disponível em <www.biotechimc.org/media/2004/08/3224.pdf> acesso em 29 set 2004.

IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1985/95**. disponível em www.ibge.gov.br acesso em 10 jan 2005.

RICCI, Rudá. Movimentos sociais rurais nos anos 90. disponível em <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/sober2000.html>> acesso em 17 dez 2001.

SCHIMITT, Claudia Job. “**Transição para a Agroecologia na Região Sul.**” disponível em <www.encontroagroecologia.org.br/files/Transicao_Sul.rtf> acesso em 16 ago 2004.

WILKINSON, Jonh. “**Distintos enfoques e debates sobre a produção familiar no meio rural.**” disponível em <www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/n3/06-artigo1.htm> acesso em 07 dez 2004.

Documentos do MST

MST. A luta continua: como se organizam os assentados. **Cadernos de Formação nº 10**, Brasil: 1986.

MST. **Construindo o caminho**. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Brasil: 2001.

MST. Da propriedade individual à cooperação agrícola. **Cadernos de Estudo n.11**. Brasil: 1987.

MST. “**Cooperativas de assentados: a união permite avançar na produção.**” Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Ano XIV n.153. novembro 1995, p.11.

MST. “**Plantar para colher, colher para plantar: crime!**” David Hathaway/ AS-PTA. Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Ano XV n. 156. março 1996, p.13.

MST. “**Camponeses do mundo todo se unem contra o neoliberalismo.**” Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Ano XV n.158. maio 1996, p.18.

MST. “**Agricultura cubana hoje.**” Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Ano XV, n.159, junho 1996, p.08.

MST. “**Via Campesina denuncia manobra dos países ricos na FAO**” Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Ano XV n.161, agosto 1996, p.18.

MST. “**Nobel da Paz apóia ocupação de terras.**” Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Ano XV, n.162, setembro 1996, p.10-11.

MST. **“Via Campesina participa da Conferência Mundial de Alimentação da FAO”** Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Ano XIV, n.164, dezembro 1996, p.16.

MST. **“América latina: a volta da esquerda.”** James Petras. Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Ano XV, n.165, janeiro 1997, p.17.

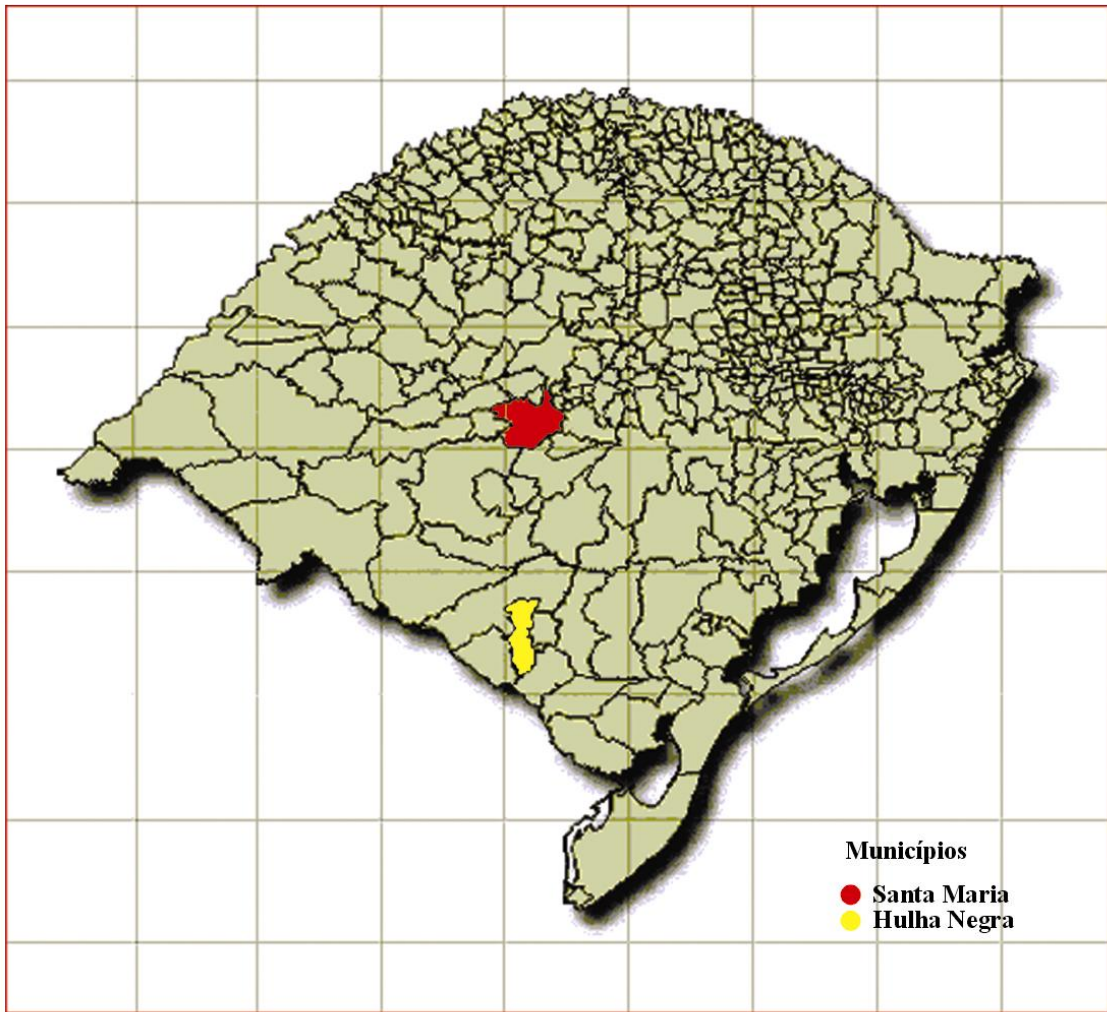
MST. **“MST lança projeto de educação ambiental.”** Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Ano XIX, n.206, dezembro 2000/janeiro 2001, p.07.

MST. **“Destruição de soja transgênica encerra Jornada de Agroecologia.”** Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Ano XXI, n.229 maio 2003. p.06.

MST. **“Jornada de Agroecologia resgata cultura de sementes crioulas.”** Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Ano XXII, n.241, junho 2004 disponível em <www.mst.org.br> acesso em 12 agosto 2004.

MST. Número de assentamentos organizados pelo MST no estado do Rio Grande do Sul, disponível em <www.mst.org.br> acesso em 15 janeiro 2005.

ANEXO 01



Rio Grande do Sul

ANEXO 02

ROTEIRO ENTREVISTA AGRICULTOR

ASSENTAMENTO

Ano de chegada no assentamento

Fazer um histórico desde o período que precedeu a entrada no MST

Falar sobre a região de onde vem, o que produziam, como produziam, diferenças de hoje.

Falar sobre o acampamento: os espaços de discussão, os projetos de como iriam produzir, diferenças de hoje.

Falar sobre a chegada no assentamento: as questões produtivas, dificuldades, assistência técnica, as lideranças.

Quando entra a agroecologia? Motivos, as pessoas envolvidas (técnicos, lideranças)

Recursos (havia?)

A orientação das lideranças para as questões produtivas

A importância da agroecologia?

O que é agroecologia?

As discussões dentro do MST (sobre agroecologia)

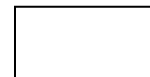
Falar sobre a assistência técnica: frequência e dinâmica das visitas, mudanças, posicionamento desses em relação à agroecologia.

Falar sobre as atividades de produção dentro do assentamento: o aprendizado, as atividades, definição da dinâmica (porquê, quanto, como)

Falar sobre as feiras de comercialização: local, frequência, tipo de consumidores, preço, produtos, outros agricultores.

Produtos agroecológicos e consumidores,: falar sobre suas percepções.

Aspectos positivos, aspectos negativos



ANEXO 03

ROTEIRO ENTREVISTA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

ASSENTAMENTO:

INSTITUIÇÃO/ ÓRGÃO/ ORGANIZAÇÃO:

Falar sobre o trabalho da entidade (histórico)

Histórico das atividades no assentamento: o início, relação com os agricultores e com as lideranças do MST

Dificuldades financeiras (dos agricultores)

Frequência e dinâmica das visitas

As dificuldades na implementação de propostas agroecológicas.

O que é a agroecologia?

Falar sobre os espaços de comercialização?

Hoje: Falar sobre a relação com as lideranças e com os agricultores?

Como vocês percebem o assentamento, quais as principais dificuldades (novas e velhas)?

O que avançou e o que precisa avançar em relação à agroecologia e ao próprio movimento?